

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO  
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

DIEGO CALDAS CHAVES

HISTÓRIA DA NÃO-VIOLÊNCIA ATIVA EM SÃO PAULO :  
O APRENDIZADO DE UMA NOVA POSTURA POLÍTICA

GUARULHOS

2016



**DIEGO CALDAS CHAVES**

**HISTÓRIA DA NÃO-VIOLÊNCIA ATIVA EM SÃO PAULO :  
O APRENDIZADO DE UMA NOVA POSTURA POLÍTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
à Universidade Federal de São Paulo como  
requisito parcial para obtenção do grau de  
Licenciado em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Cléber Santos Vieira

**GUARULHOS**

**2016**

Chaves, Diego Caldas.

História da Não-Violência Ativa em São Paulo : O aprendizado de uma nova postura política / Diego Caldas Chaves. Guarulhos, 2016.

94 p. ;

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2016.

Orientador: Prof. Dr. Cléber Santos Vieira.

Título em inglês: History of Active Nonviolence in São Paulo.

1. Não-Violência Ativa. 2. Secretariado Justiça e Não-Violência. I. Prof. Dr. Cléber Santos Vieira. II. História da Não-Violência Ativa em São Paulo

DIEGO CALDAS CHAVES

## **HISTÓRIA DA NÃO-VIOLÊNCIA ATIVA EM SÃO PAULO : O APRENDIZADO DE UMA NOVA POSTURA POLÍTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
à Universidade Federal de São Paulo como  
requisito parcial para obtenção do grau de  
Licenciado em Pedagogia.

Aprovação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

**Prof. Dr. Cléber Santos Vieira**

Orientador

Universidade Federal de São Paulo

---

**Prof. Dr. João do Prado Ferraz de  
Carvalho**

Universidade Federal de São Paulo

---

**Prof. Dr. Marcos Cezar de Freitas**

Universidade Federal de São Paulo

GUARULHOS

2016



*Este trabalho é dedicado aos movimentos sociais que  
buscam uma inspiração não-violenta em suas ações.*





# Agradecimentos

Agradeço a todos os humanistas que me ajudaram a experimentar a importância da não-violência tanto no trato com os outros, como no trato de um consigo mesmo.

Agradeço também à Priscili, pelo suporte e estímulo que tem me dado na reta final da entrega deste trabalho.



*“O importante não é a gente ser valente ou violento de vez em quando, mas firme o tempo todo, a vida toda, em todas as atitudes, quer na família, na fábrica, ou na sociedade. Ser firme não quer dizer ser o dono da verdade, mas estar disposto sempre a descobrir a verdade para a realização da justiça para o homem todo e todos os homens.”*  
*(Mário Carvalho de Jesus)*



# Resumo

Este estudo analisa elementos que possibilitaram o aprendizado da atitude não-violenta por parte de um grupo de sindicalistas cristãos em São Paulo entre as décadas de 1960 e 1980. É apresentada uma revisão bibliográfica sobre o movimento não-violento paulista e em seguida a história deste movimento é analisada a partir da trajetória do advogado Mário Carvalho de Jesus, desde a sua formação na militância católica até sua atuação à frente do Sindicato dos Queixadas durante a greve de sete anos de duração em Perus, evento decisivo para a emergência do pensamento não-violento. É analisada também a articulação do grupo com uma rede internacional de ativistas não-violentos (MIR / IFOR) que levou à criação do Secretariado [Nacional] de Justiça e Não-Violência (o braço brasileiro do SERPAJ) grupo que se notabilizou pela luta pelos Direitos Humanos e a consequente resistência à ditadura nas décadas de 1970 e 1980.

**Palavras-chave:** Não-Violência Ativa. Secretariado Justiça e Não-Violência. Ativismo Católico.



# Abstract

This study examines elements that made possible the learning of nonviolent attitude by a group of Christian trade unionists in São Paulo between the 1960s and the 1980s. It is presented a bibliographic review on the nonviolent movement in São Paulo and then the history of the movement is analyzed from the trajectory of the lawyer Mario Carvalho de Jesus, from his formation in Catholic militancy to his role to front of the Queixadas' Union during a strike in Perus that lasted seven years, a decisive event for the emergence of nonviolent thinking. It is also analyzed the group's collaboration with an international network nonviolent activists (MIR / IFOR) that led to the creation of the Justice and Nonviolence [National] Secretariat (the Brazilian arm of SERPAJ) a notable group for Human Rights fighting and the following resistance against the dictatorship during the 1970s and 1980s.

**Keywords:** Nonviolence. Justice and Nonviolence Secretariat. Catholic activism.





# Lista de abreviaturas e siglas

ACB	Ação Católica Brasileira
ACO	Ação Católica Operária
AI-5	Ato Institucional nº 5
AJP	Ação, Justiça e Paz
CDDH	Centro de Defesa dos Direitos Humanos
CDDH-O	Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Osasco
CEB	Comunidade Eclesial de Base
CNBB	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CELAM	Conferência Geral do Episcopado Latino Americano
CPC	Centros Populares de Cultura
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DEOPS	Departamento Estadual de Ordem Política e Social
DSI	Doutrina Social da Igreja
FNT	Frente Nacional do Trabalho
ICAR	Igreja Católica Apostólica Romana
IFOR	International Fellowship of Reconciliation
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
JBP	João Breno Pinto
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
MCC	Movimento Contra a Carestia
MCJ	Mário Carvalho de Jesus
MCP	Movimento de Cultura Popular
MEB	Movimento de Educação de Base

MIR	Movimento Internacional de Reconciliação
NVA	Não-Violência Ativa
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PML	Pressão Moral Libertadora
SERPAJ	Serviço Paz e Justiça
SERPAJ-AL	Serviço Paz e Justiça na América Latina
TdL	Teologia da Libertação
TFP	Terra, Família e Propriedade
UNE	União Nacional dos Estudantes

# Sumário

	<b>Introdução</b>	<b>19</b>
<b>0.1</b>	<b>As motivações da pesquisa ou em outras palavras “o que isso tem a ver com pedagogia?”</b>	<b>19</b>
<b>0.2</b>	<b>Metodologia Utilizada</b>	<b>23</b>
0.2.1	As Fontes	23
0.2.2	As Estratégias de Leitura	24
<b>0.3</b>	<b>Resumo dos Capítulos</b>	<b>25</b>
<b>1</b>	<b>REVISÃO BIBLIOGRÁFICA</b>	<b>27</b>
<b>1.1</b>	<b>As Fontes Primárias</b>	<b>28</b>
<b>1.2</b>	<b>Literatura Sobre a Não-Violência em São Paulo</b>	<b>34</b>
<b>2</b>	<b>CONTEXTO HISTÓRICO</b>	<b>37</b>
<b>2.1</b>	<b>Contexto Social e Político</b>	<b>38</b>
2.1.1	A América Latina no Pós-Guerra	38
2.1.2	Os Dois Projetos de Brasil	39
2.1.3	O Crescimento Urbano e a Favelização	41
2.1.4	O Mundo Sindical	41
2.1.5	O Golpe Militar	42
<b>2.2</b>	<b>Contexto Católico</b>	<b>43</b>
2.2.1	Como Analisar a Igreja Católica?	43
2.2.2	A Igreja Face à Modernidade	43
2.2.3	Neocristandade, a Renovação Católica	44
2.2.4	A Igreja Reformista	45
2.2.5	Principais Tendências Católicas no Brasil de 1955 à 1964	47
2.2.6	A Igreja Brasileira no Pós-Golpe	48
2.2.7	A Igreja Popular, um Fruto do Reformismo e da Repressão	49
2.2.8	Justiça e Paz	51
2.2.9	A Igreja de São Paulo	51
<b>3</b>	<b>ORIGENS DO ATIVISMO NÃO-VIOLENTO</b>	<b>53</b>
<b>3.1</b>	<b>Caracterização do Movimento</b>	<b>55</b>
<b>3.2</b>	<b>As Matrizes Ideológicas do Movimento</b>	<b>56</b>
<b>3.3</b>	<b>Mário Carvalho de Jesus (1919-1995)</b>	<b>56</b>
<b>3.4</b>	<b>O pensamento de Padre Lebrecht</b>	<b>58</b>
<b>3.5</b>	<b>Volta ao Brasil e Chegada à Perus</b>	<b>60</b>

3.6	As greves da Década de 1950 . . . . .	61
3.7	Se Levanta o Poder Operário . . . . .	63
3.8	Frente Nacional do Trabalho (FNT) . . . . .	64
3.9	A Greve de 1962 e a Demissão Coletiva . . . . .	65
3.10	A Greve de Fome e a Nova Tentativa de Negociação . . . . .	67
3.11	A Luta no Pós-1964 . . . . .	69
4	<b>DESCOBERTA E CONSOLIDAÇÃO DA NÃO-VIOÊNCIA . . . . .</b>	<b>71</b>
4.1	<b>1ª Etapa (1962-1968): O Fim da Era de Ouro . . . . .</b>	<b>72</b>
4.1.1	A Descoberta da Não-Violência . . . . .	72
4.1.2	Fechamento da Primeira Etapa . . . . .	76
4.2	<b>2ª Etapa (1969-1974): O refluxo da ação após o AI-5 . . . . .</b>	<b>77</b>
4.2.1	Reflexão e Definição de Novas Identidades . . . . .	77
4.2.2	A Luta dos Queixadas Continua . . . . .	79
4.3	<b>3ª Etapa (1975-1979): Pressão pela Abertura Política . . . . .</b>	<b>79</b>
4.3.1	Diferenciação do Movimento . . . . .	80
4.3.2	A Resistência à Ditadura Entra em uma Nova Fase . . . . .	80
4.4	<b>4ª Etapa (1980-1986): Abertura Política e o Fim da Perus . . . . .</b>	<b>84</b>
	<b>Considerações Finais . . . . .</b>	<b>89</b>
	<b>REFERÊNCIAS . . . . .</b>	<b>91</b>

# Introdução

Abordarei nesta pesquisa a História da Não-Violência Ativa na cidade de São Paulo e região entre as décadas de 1960 e 1980. O principal objetivo será dar embasamento para uma futura análise do aprendizado dos valores da não-violência por parte de um grupo de ativismo originado dentro da Ação Católica e do movimento sindical que articularam entre outras ações a Greve dos Queixadas em Perus.

## 0.1 As motivações da pesquisa ou em outras palavras “o que isso tem a ver com pedagogia?”

Durante a elaboração deste trabalho fui questionado muitas vezes sobre o que tal assunto tem a ver com o curso de pedagogia. Como é bem possível que tal dúvida apareça também durante a leitura destas páginas, considero importante justificar a minha escolha antes de entrar propriamente no tema.

Primeiramente é importante deixar claro que embora o sufixo “ped” na palavra pedagogia, se refira à palavra grega “paidos”(criança), no Brasil esta área do conhecimento possui uma visão ampla sobre a educação, não se ocupando apenas da infância. Além disso, embora o âmbito mais comum de atuação do pedagogo seja a escola, a pedagogia também estuda o processo educativo que ocorre em outros espaços.

Portanto, esta pesquisa cujo foco é entender como se deu o aprendizado de uma nova postura política na luta de movimentos sindicais, sociais e religiosos está dentro dos domínios da pedagogia, talvez em uma região fronteiriça, mas ainda sim, por estar se focando em elementos que ajudam a entender o aprendizado, está conversando com esta ciência.

Falar um pouco de minha trajetória pode ajudar a contextualizar esta escolha diferente. Não comecei a estudar pedagogia por querer me tornar um educador escolar. Meu interesse pela educação surgiu na militância dentro de movimentos sociais de linha humanista, onde tomei contato com temáticas como a “Não-Violência Ativa”(NVA), autofinanciamento, organização de ações comunitárias, etc. Minha formação foi influenciada também pela leitura que realizei da “Pedagogia do Oprimido” de Paulo Freire em um momento chave de minha formação, o que me impactou bastante, me ajudando a perceber a importância do diálogo para aqueles que buscam uma sociedade mais justa.

Neste percurso formativo estive muitas vezes no papel de orientador de adultos e jovens em projetos de ações locais. Uma das intenções era capacitar as pessoas com ferramentas organizativas, de modo que elas formassem um grupo capaz de dar continuidade

ao trabalho de maneira autônoma. Outro intuito era estimular os indivíduos a refletirem sobre a própria ação para alcançarem um nível maior de lucidez sobre si mesmos e sobre as relações estabelecidas com seu mundo. Além de haver uma problematização e uma mediação dos conflitos, buscando-se que as pessoas vissem umas às outras desde sua humanidade e dialogassem entre si.

Ao abstrair um pouco, creio não ser ousadia dizer que esta preocupação em favorecer a alteridade, o diálogo, a colaboração e a autonomia é parte importante do trabalho de qualquer pedagogo ou educador que atue em um âmbito democrático, seja o de um coordenador pedagógico trabalhando junto aos professores, seja o de um professor junto aos estudantes, de um diretor junto à comunidade escolar, de um líder sindical junto ao seu público, etc.

A primeira vista, um líder sindical ou mesmo um diretor escolar, não exercem um papel de educador. O intuito primário das ações de tais profissionais é ajudar as pessoas a avançarem na elucidação de uma situação prática, seja operacional, no caso da relação de um diretor com a equipe de profissionais de uma escola, seja trabalhista, no caso de um sindicato, etc. E, tomando unicamente tais objetivos, as pessoas tem razão em desconfiar que uma monografia acerca de ações que surgiram inicialmente dentro de uma igreja e de um sindicato parece estar muito distante de um tema de interesse pedagógico.

No entanto, quando estamos tratando de um âmbito democrático, é necessário considerar um outro objetivo que tange todos estes profissionais, eles deixam de apenas coordenar e auxiliar na resolução de problemas práticos, e passam a se preocupar em auxiliar que o **grupo aprenda a se relacionar dentro de uma perspectiva dialógica**, respeitando e crescendo com o ponto de vista de seus indivíduos, de modo que o engajamento do grupo na resolução dos problemas reflita em mais autonomia, responsabilidade pelas próprias ações e maior clareza de seus próprios desejos e capacidades.

Esta compreensão um pouco mais abrangente do processo educativo ajuda a explicar, parcialmente, a escolha de estudar indivíduos e grupos que, em uma posição de quase “marginalidade”, atuaram com alguma ligação à uma ala progressista da Igreja Católica em São Paulo entre as décadas de 1960 e 1980. Estes ativistas, muitos deles religiosos, estavam, como será demonstrado ao longo da pesquisa, preocupados em promover um novo posicionamento da igreja diante das questões sociais, aproximando-a dos mais pobres e por conta disso começaram a se empenhar na construção de instituições renovadas, liderando outros religiosos ou pessoas simples do povo na resolução de problemas específicos, ao mesmo tempo em que ajudavam na configuração de grupos mais participativos, responsáveis pelos seus atos, etc. Algo bem semelhante ao que apresentei mais acima como sendo o papel do educador em um âmbito democrático.

Porém, meu olhar não está voltado para todos os ativistas católicos, mas para um conjunto muito particular que atuava de acordo com os princípios da NVA, o que nos leva

a uma segunda questão a ser esclarecida: Porque um interesse tão específico na NVA?

Quando falo de Não-Violência<sup>1</sup>, estou remetendo àquele conceito propalado por Gandhi ao longo de sua atuação pela libertação da Índia do domínio inglês. Diferente do pacifismo, que denuncia e discorda das ações violentas em um nível mais discursivo, a não-violência envolve também buscar estratégias para agir de modo que a situação considerada violenta seja resolvida, mas com a preocupação ética de não efetuar uma outra violência contra o adversário, mesmo que esta resposta violenta seja entendida como um “mal menor”. Por isso a utilização da palavra “Ativa”, para reforçar a diferenciação de iniciativas que embora se declarem contrárias à violência, tem uma postura mais passiva e permanecem no campo da denúncia.

Em minha militância, o princípio da não-violência era uma espécie de lembrete de que por baixo dos rótulos, das classes sociais e outros conceitos que recobrem as pessoas que me cercam, elas ainda são pessoas. Com este princípio em mente era possível avançar em um diálogo muitas vezes produtivo e transformador, ou, ainda que não estabelecêssemos o diálogo, e fosse necessário entrar em uma situação de conflito, refletir sobre este princípio ajudava a lembrar que apesar das perspectivas diferentes, o adversário precisava ser respeitado como pessoa. Quando este princípio era observado, o que infelizmente não acontecia sempre, mesmo que o conflito não se resolvesse de forma satisfatória, ainda sim, era possível agir com mais clareza, evitando comportamentos compulsivos, ressentimentos e outros sentimentos destrutivos em relação ao outro, algo de grande importância, principalmente em situações em que é necessário voltar a interagir com a pessoa. Tais experiências me mostraram o potencial do princípio da “não-violência” em um contexto de aprendizado e ativismo, tanto em cenários colaborativos quanto em cenários adversos.

Sempre participei de grupos pequenos, onde a maioria das pessoas tinha uma certa dedicação ao estudo e à prática da não-violência, e mesmo assim, em situações de conflito era difícil sustentar uma atitude não-violenta, mesmo que em um curto período. Por isso fiquei impressionado a primeira vez que ouvi falar da “Greve dos Queixadas”, uma greve de sete anos de duração ocorrida em Perus nos anos 1960 que utilizou uma variante da NVA como metodologia de ação. Como era possível manter uma ação coordenada de mais de mil pessoas por tanto tempo? Fui fisgado, precisava desvendar o mistério e por volta de 2005 comecei a procurar em sebos e comprar a pouca literatura existente sobre o tema. Ler os relatos da experiência dos Queixadas desmistificou a greve, na realidade eles foram demitidos ilegalmente no início da greve e se mobilizaram para reverter a demissão nos tribunais, luta que levou um bom tempo, principalmente por causa do Golpe Militar, e ao

---

<sup>1</sup> Não-violência é um conceito complexo e esta monografia não vai tratá-lo em detalhes. Para quem deseja saber mais sobre o assunto um bom ponto de partida são alguns dos documentos indicados na revisão bibliográfica, tais como o livro “Firmeza Permanente” (FRAGOSO et al., 1977) que possui textos introdutórios ao tema. No mercado há uma profusão de obras acerca da não-violência. Para um enfoque mais teórico consulte as obras do filósofo francês Jean-Marie Muller ou os livros do sociólogo americano Gene Sharp.

final, apenas 500 trabalhadores de cerca de 1000 conseguiram ser reintegrados.

Por outro lado, ficou visível que houve um grande trabalho “educativo” realizado pelo sindicato dos Queixadas, possibilitando aos operários terem esperança de que poderiam alcançar condições mais justas de trabalho através de paralisações, de mobilizações não-violentas, etc. Levando, inclusive, a um movimento que contestava a competência do dono da empresa, lutando pela desapropriação da pedreira e a transferência do controle para os próprios Queixadas. Tal trabalho também ajudou os Queixadas a manterem-se na luta, mesmo após a demissão.

Mesmo que a luta não tenha sido completamente exitosa e venha se desenrolando até hoje, a “educação sindical” dos Queixadas foi um caso de sucesso, e seu estudo poderia trazer elementos importantes para compreender uma educação desenvolvida dentro de um contexto sindical, utilizando a não-violência como princípio e estratégia.

Porém, é importante frisar que assim como não ingressei na pedagogia por me interessar pela educação escolar, tampouco estou fazendo esta monografia por me interessar em educação sindical ou pastoral. **O foco estava posto em entender a maneira que se deu o aprendizado de valores democráticos, não-violentos e dialogais entre os Queixadas.**

Com o avanço das leituras, ficou clara a determinação de um pequeno grupo, em sua maioria católicos, na difusão da “não-violência”, com destaque para o advogado Mário Carvalho de Jesus(MCJ). O trabalho deste homem diante do sindicato dos trabalhadores da indústria de cimento de Perus foi fundamental, inspirando inclusive outros focos de mobilização não-violenta. A ditadura em 1964 e seu recrudescimento em 1968 impuseram uma série de dificuldades levando a ação a um forte refluxo, ficando claro também que a expansão das mobilizações foi uma feliz combinação dos esforços de ativistas obstinados com um contexto oportuno.

Ao longo da pesquisa segui as trajetórias de MCJ, além de algumas outras lideranças e fiquei impressionado com seus esforços, com suas ligações com outros pontos do Brasil, da América Latina e da Europa, com a variedade de ações a que se propunham e a grande quantidade de dificuldades que enfrentavam.

Com a ajuda de meu orientador **ficou mais claro que ao invés de estudar apenas os Queixadas deveria transferir minhas atenções para as ações do Dr. Mário Carvalho de Jesus e outros entusiastas da não-violência.** Conforme fui avançando nas pesquisas, pude perceber que quase não há produção historiográfica sobre as organizações não-violentas em São Paulo. Isso me colocou em uma encruzilhada, pois para poder lançar o olhar de pedagogo nas ações não-violentas em São Paulo, precisaria mapear esta história primeiro, o que resultaria em um esforço um tanto grande para alguém que está aprendendo a pesquisar. Diante disso, **decidi priorizar o levantamento histórico que poderá fundamentar um futuro trabalho de análise das questões**



**relacionadas ao aprendizado**, apontando algumas questões relativas ao aprendizado sem me aprofundar sobre elas.

## 0.2 Metodologia Utilizada

### 0.2.1 As Fontes

Em um primeiro momento coletei livros, cartilhas e materiais produzidos pelos próprios ativistas([FRAGOSO et al., 1977](#)), ([ENCONTRO DOS BISPOS DA AMÉRICA LATINA; GOSS, 1979](#)), ([SECRETARIADO NACIONAL DE JUSTIÇA E NÃO-VIOLÊNCIA, 1982](#)), ([BARBÉ, 1983a](#)). Há mais material que poderia ser arrolado, tal como correspondências, panfletos, circulares, cartas abertas, etc. Porém, como o interesse maior é construir um panorama do ativismo não violento e de seu discurso, o levantamento atual, ainda que não exaustivo, atende aos propósitos desejados.

Em um segundo momento foi realizado um levantamento de fontes secundárias, onde se reuniu um pequeno número de trabalhos acadêmicos e até mesmo um média-metragem no qual os próprios Queixadas reconstituem cenas da greve([CORRÊA, 1978](#)). O material levantado é em sua maioria sobre os Queixadas ou seus desdobramentos sindicais, porém oferece uma perspectiva crítica sobre os atores pesquisados e é um contraponto interessante às fontes primárias ([SIQUEIRA, 2001](#)), ([SIQUEIRA, 2009](#)), ([MANFREDI, 1986](#)), ([GONÇALVES, 1989](#)).

Uma primeira confrontação destes materiais serviu para delinear algumas questões chave sobre as condições estruturais que poderiam ter influenciado as ações dos atores investigados, bem como demonstrar a importância de entender melhor a trajetória do grupo dentro deste cenário. Por tal motivo, outras obras foram sendo levantadas durante a leitura, de modo que fosse possível entender as condições do tabuleiro e como as figuras investigadas estavam dispostas no jogo.

Como os grupos estudados eram de uma ala progressista da ICAR brasileira foi necessária uma pesquisa mais aprofundada sobre a “esquerda católica” e a “Igreja Popular” no Brasil ([MAINWARING, 2004](#)), ([WANDERLEY, 2007](#)), ([DELGADO; PASSOS, 2007](#)) que dessem um contexto sobre a militância católica, o surgimento da Teologia da Libertação(TdL), a luta pelos direitos humanos até o período da abertura e outras situações que tiveram influência nas ações estudadas.

Vale dizer que menções diretas à NVA em trabalhos acadêmicos só foram encontradas em textos sobre os Queixadas. As ações de militantes da Igreja contra a ditadura geralmente são identificados apenas como ações em prol dos Direitos Humanos na fase da abertura. Causou curiosidade contudo a existência de estudos impressionantes sobre os grupos armados. Mesmo as pequenas dissidências são mapeadas e tem suas ideologias

discutidas em obras como “O estado militar e oposição no Brasil” de Maria Helena Moreira Alves, “Combate nas trevas” de Jacob Moreno e “O fantasma da revolução” de Marcelo Ridente. Parece haver uma lacuna no estudo de uma resistência nomeada de não-violenta, podendo implicar que tal princípio, embora presente na experiência de alguns grupos, seja considerado pelos historiadores como sendo de pouca relevância em um quadro mais geral, ou talvez nem tenha sido identificado, pois mesmo nas fontes primárias utilizadas a NVA é chamada de diferentes nomes: “Firmeza Permanente”, “Não-Violência Evangélica”, “Teologia do Conflito” e “Pressão Moral Libertadora”.

### 0.2.2 As Estratégias de Leitura

Peguei emprestada algumas ideias do Método Estrutural Dinâmico(POMPEI, 2013) que era utilizado pelos grupos humanistas, no qual era ativista, para a análise de obras filosóficas. Esta metodologia parte do pressuposto que a observação se modifica de acordo com o olhar do observador e portanto mais importante do que perseguir uma objetividade idealizada é tomar consciência de como o ponto de vista do observador influencia na forma como ele constrói o conhecimento.

Primeiramente, foi identificado o objeto de estudo, no caso o grupo não-violento ligado aos Queixadas. Segundo foi traçado o viés pelo qual objeto seria analisado, no caso, a história do movimento. A partir disso foi realizada uma “análise estática” buscando realizar a localização “espacial” do objeto de estudo. Busca-se identificar o “âmbito maior” do objeto de estudo para entender quais ritmos e ciclos podem ter influenciado nas transformações sofridas. Em segundo lugar identifica-se um “âmbito médio”, que engloba tanto o objeto de interesse quanto outros concomitantes a ele naquele mesmo “nicho”, desta maneira tenta-se observar como os ritmos do âmbito maior influenciaram cada objeto, bem como entender as tensões e as confluências entre eles. Em um terceiro momento analisa-se o interior do grupo estudado, decompondo-o em elementos menores.

No estudo em questão decompus em dois âmbitos maiores, um relativo à sociedade brasileira e outro à Igreja e portanto também utilizei dois âmbitos médios, um com as concomitâncias nas lutas sindical e por direitos humanos, além de um outro que arrolou outros grupos católicos com ação social.

A partir destes diagramas utilizei algumas ferramentas da chamada análise dinâmica, que buscam realizar a localização temporal do objeto. Adaptei esta análise e utilizei apenas alguns de seus elementos.

O primeiro passo foi realizar o estudo de processo, que busca entender a trajetória do objeto e como ele evoluiu, para isso me lancei na revisão de cada obra na tarefa de identificar os momentos mais significativos e a partir disso estruturei uma linha do tempo, usando cores diferentes para diferenças entre momentos dos âmbitos maiores e de elementos dos âmbito menores. A partir da linha do tempo identifiquei novos padrões

de comportamento que indicavam uma mudança qualitativa no entendimento ou prática da não-violência e a partir da linha do tempo ficou fácil relacioná-los com alterações no contexto maior demonstrando quando a transformação do objeto havia sido influenciada por uma mudança mais abrupta no meio e por ter separado dois âmbitos, o da Igreja e o da sociedade, foi possível também testar as hipóteses consultando a historiografia de objetos concomitantes.

## 0.3 Resumo dos Capítulos

O trabalho está dividido em quatros capítulos, seguidos das considerações finais.

O primeiro capítulo é uma revisão bibliográfica, apresentando as obras mais relevantes que abordam o objeto de pesquisa. A intenção é compartilhar a bibliografia encontrada ao longo da pesquisa e dar subsídios para outros pesquisadores interessados nesta temática.

O segundo capítulo trás o contexto histórico do período estudado, onde se faz um resumo de capítulos da história brasileira relevantes para o assunto estudado, bem como uma análise sobre as transformações modernizantes pelas quais passou a Igreja Católica brasileira.

O terceiro capítulo traz uma descrições das ações não-violentas em São Paulo, apresentando de forma sumária a trajetória dos grupos e indivíduos, quais suas principais ações e que relações existiam entre eles.

O quarto capítulo discute as mudanças das práticas e dos discursos de seus protagonistas, identificando algumas fases ao longo da história do movimento.



# 1 Revisão Bibliográfica

O movimento que estamos tratando aqui, ou seja, o grupo formado majoritariamente por católicos e sindicalistas que promoveu um ativismo não-violento em São Paulo, teve uma abordagem original tanto dentro do sindicalismo quanto do catolicismo da região. Suas ideias bebiam em fontes internacionais e se desenvolveram no encontro de um ambiente estimulante promovido por uma ala reformista do catolicismo e de uma realidade social em transformação que demandava adaptações dos movimentos sociais e sindicais que nela atuavam.

A atuação mais conhecida do grupo ocorreu na região oeste de São Paulo a partir do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Cimento, Cal e Gesso. Aí iniciou-se um trabalho de base nos anos 1950 junto aos empregados da Fábrica de Cimento Portland de Perus, e tal formação levou a uma mobilização crescente, tornando o grupo uma referência dentro do cenário sindical paulista da época. Devido a união demonstrada durante as mobilizações os operários da Perus ficaram conhecido como Queixadas, um porco selvagem que estando ameaçado se junta ao bando e começa a bater o queixo fazendo um barulho que afugenta o predador (FRAGOSO et al., 1977, p. 46-47).

O braço sindical do movimento não-violento é o mais estudado e possui uma considerável bibliografia. Há filmes, peça de teatro, pesquisas acadêmicas, livros e reportagens acerca da trajetória dos Queixadas, porém, na maioria dos casos a não-violência é abordada apenas de relance quando tratam das estratégias pouco ortodoxas adotadas pelo grupo. Neste cabedal os materiais que mais interessam a esta pesquisa são os trabalhos acadêmicos dos historiadores Adilson José Gonçalves (1989) e Élcio Siqueira (2001 e 2009), além dos testemunhos produzidos pelo próprio movimento como forma de divulgar a não-violência e sua proposta sindical.

Há também alguma bibliografia acerca de outra ramificação do movimento, a Frente Nacional do Trabalho (FNT), grupo criado em 1960 para atender aos pedidos de ajuda que outras categorias sindicais estavam fazendo aos Queixadas, bem como ajudar a disseminar a visão sindical do grupo. A FNT teve um trabalho de assessoria sindical e jurídica, além de realizar um trabalho de base através da formação de Comissões de Fábrica. Ela é citada na literatura principalmente por conta dos Queixadas, da greve da COBRASMA em Osasco (um evento significativo por ter sido uma das últimas greves antes do AI-5) e posteriormente por sua participação na articulação do núcleo jurídico da Central Única dos Trabalhadores (CUT) durante o período de abertura. Durante os anos 1970 manteve um trabalho sindical destacado principalmente pelo seu trabalho formativo junto a sindicatos e grupos de base em um momento no qual o movimento sindical enfrentava uma grande repressão. Do material sobre eles que foi arrolado o mais significativo para a pesquisa

é um livro de Silvia Maria [Manfredi \(1986\)](#) que trata de educação sindical, embora a historiografia sobre os Queixadas também seja uma fonte importante, com destaques para o texto de Adilson [Gonçalves \(1989\)](#).

Outra importante frente do movimento não-violento foi o Secretariado Nacional de Justiça e Não-Violência, criado nos anos 1970 com um âmbito de articulação de ações não-violentas, a maioria delas ligadas a uma ala progressista do catolicismo nacional, além de assessorar na formação de comunidades eclesiais de base (CEBs), de estruturar Comissões de Defesa de Direitos Humanos e auxiliar movimentos civis de resistência à ditadura. A bibliografia sobre estas ações do grupo é modesta, algumas das pesquisas já citadas anteriormente abordam o Secretariado quando tratam de seu fundador, Mário Carvalho de Jesus (MCJ), que também foi o advogado responsável pela estruturação do trabalho sindical dos Queixadas e um dos fundadores da FNT. Há também um artigo escrito pelo teólogo Roberto Zwetsch ([2014](#)) que esboça um panorama da resistência não-violenta à ditadura realizada por grupos religiosos e aborda algumas das ações do grupo. Em compensação a esta pouca bibliografia, o Secretariado se colocou como uma agência de difusão da não-violência e partindo deste esforço publicou uma série de materiais que além de exporem a visão não-violenta do grupo, trazem testemunhos sobre algumas das ações realizadas pelos seus ativistas, principalmente os Queixadas, que se tornou uma espécie de “cartão de visitas” do movimento.

## 1.1 As Fontes Primárias

A partir de meados da década de 1970 o Secretariado e alguns de seus membros passaram a editar materiais com uma preocupação de difundir aspectos teóricos e práticos da não-violência, bem como demonstrar com exemplos como este princípio funcionava na prática, por conta disso, em vários destes materiais aparecem crônicas, testemunhos e relatos de ações ocorridas em São Paulo.

As principais crônicas estão reunidas nos seguintes materiais:

No livro “A Firmeza Permanente: A Força da Não-Violência” ([FRAGOSO et al.](#)) de 1977;

Em uma coletânea de textos de 1975 organizada para o segundo encontro nacional do Secretariado realizado na cidade de São Paulo ([ENCONTRO A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL PELA NÃO-VIOLÊNCIA, 1975](#));

E no livro “40 anos de ação sindical transformam velha fábrica em Centro de Cultura Municipal”. ([JESUS, 1992](#)).

Além disso há capítulos soltos em outros materiais produzidos por membros do grupo:

Diário de Missão do Pe. Barbé está no livro “A Graça e o Poder: As Comunidades Eclesiais de Base no Brasil” (BARBÉ, 1983a), material lançado inicialmente na França e que no ano seguinte foi editado no Brasil;

Testemunho de Dom Angélico Sândalo Bernardino no relatório do Encontro de Bispos da América Latina “A não-violência evangélica: Força da Libertação”(1979).

Há muitos textos que se repetem entre os materiais, visto que a apostila foi utilizada como base para o livro “A Firmeza Permanente” e este por sua vez deu subsídios para o livro de 1992 sobre os Queixadas. Alguns destes materiais, inclusive, já haviam sido editados de maneira avulsa em jornais como “O São Paulo”, da arquidiocese paulistana(ENCONTRO A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL PELA NÃO-VIOLÊNCIA, 1975, doc.3-p. 4) ou, no caso dos textos teóricos e táticos, foram produzidos pela rede internacional que o grupo fazia parte e adaptados para a realidade nacional. Por conta disso, o texto pode sofrer variações de uma versão para a outra.

O livro “**A Firmeza Permanente: A força da não-violência**” (FRAGOSO et al., 1977) foi editado pelo Secretariado Nacional da Não Violência traz uma seleção de textos bem heterogênea. Ele é apresentado por Dom Paulo Evaristo Arns e introduzido por Dom Fragoso, duas figuras iminentes da hierarquia católica e que representavam as articulações do movimento com a Igreja Popular. O livro é um material de divulgação da firmeza permanente, nome que o grupo preferiu adotar à se referir à não-violência e que remete ao conceito gandhiano de *satyagraha*. Há três textos puramente teóricos, dois de teologia produzidos pelo Pe. Barbé e um de filosofia assinado por Hubert Lepargneur. Há dois materiais mais informativos, um sobre o que é a não-violência e um discurso de D. Hélder Câmara realizado em 1968 sobre a Pressão Moral Libertadora, que deu base a um movimento de mesmo nome, sendo um importante vínculo entre a não-violência e a luta pelos direitos humanos e que contou com a participação de alguns arcebispos de São Paulo(CARDONHA, 2011, p.367-375). Este texto de D. Hélder embora não contenha o termo não-violência ativa em seu interior, usa como sinônimos os termos “pressão moral libertadora” e “violência dos pacíficos”. Há ainda um grupo de três capítulos ricos em exemplos de ações não violentas, um apresenta ações coletivas ocorridas ao redor do mundo, outro cita exemplos em diversas partes do país para ilustrar como deve ser realizado o treino para uma ação não-violenta e um terceiro trata de uma ação do Pe. Fredy Kunz em Tauá, a região mais pobre da arquidiocese de Cratêus, onde D. Fragoso era bispo.

Sobram então três capítulos dedicados aos Queixadas e um apêndice:

O relato “Vinte dois anos de luta sindical na Perus”, escrito por Mário Carvalho de Jesus, o advogado do sindicato, onde são apresentados os principais episódios da luta dos Queixadas, iniciando pelas primeiras articulações nos anos 1950 e indo até a desapropriação da fábrica pelo governo federal nos anos 1970, colocando em evidência a natureza justa da reivindicação dos operários como resposta às artimanhas de Abdalla, o mau patrão,

expondo com detalhes a diversidade de estratégias utilizadas;

O “Depoimento: A descoberta da não-violência na greve da Perus”, é um testemunho breve escrito pelo líder sindical João Breno Pinto, com um tom mais pessoal e pontuando situações que demonstraram a ele e ao movimento a importância da não-violência;

O texto “Raízes da Não-Violência no Brasil, na Faixa Sindical. Dez Distinções e Dez Testemunhos”<sup>1</sup>(FRAGOSO et al., 1977, p.91-106), no qual Mário Carvalho de Jesus inicia pontuando os sete principais eventos que levaram à descoberta da não-violência, para em seguida explicar dez aspectos que diferenciam a ação não-violenta das atitudes passivas e conservadoras, tais pontos já constavam do documento final do “Seminário da Não-Violência” ocorrido em março de 1975 em Buenos Aires(ENCONTRO A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL PELA NÃO-VIOLENCIA, 1975, doc.7 - p.8-9), porém nesta nova versão cada um deles foi ilustrado com uma situação envolvendo a luta em São Paulo;

E o apêndice: “Uma ação não-violenta política” assinado pelo Secretariado e que trata da prisão de uma liderança sindical, Manoel da Conceição, na casa do Pe. Barbé em Osasco e a mobilização realizada junto ao DEOPS para conseguir sua soltura e seu posterior exílio para a Suíça.

A apostila do Seminário “A Transformação Social pela Não-Violência”<sup>2</sup>, o segundo encontro nacional do Secretariado realizado em fins de outubro de 1975 em regime de internato no Seminário da Freguesia do Ó em São Paulo. Este material possui muitos dos textos que aparecem no livro de 1977, porém, por ter recebido aporte de vários membros possui alguns materiais extras. Serão citados apenas os materiais de interesse para São Paulo:

O primeiro relato, etiquetado como doc. 4, foi escrito por Mário Carvalho de Jesus e trata sobre um colaborador da FNT que foi preso por ilustrar os boletins da entidade. O texto se presta a ser um manual que mostra os procedimentos passo a passo adotados pelo advogado para conseguir a soltura do rapaz;

O segundo material, etiquetado como doc. 7, trás os resultados dos seminários internacionais sobre a não-violência realizados em 1967 em São Paulo e 1975 em Buenos Aires;

Lista de endereços de movimentos de não-violência no mundo, etiquetado como doc. 8, que embora não trate de São Paulo, dá uma dimensão da rede internacional que

<sup>1</sup> Segundo observação na apostila foi publicado originalmente no Semanário O SÃO PAULO da Arquidiocese de São Paulo em 18 out. 1975, com trechos censurados. (ENCONTRO A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL PELA NÃO-VIOLENCIA, 1975, doc. 3)

<sup>2</sup> A apostila é uma reunião de documentos contendo 109 páginas que está presente no acervo online do “Memorial da Anistia”. Há uma numeração de páginas marginal, anotada à lápis, porém preferiu-se seguir a numeração original, no qual cada item é marcado com um número de documento, e as contagens das páginas reiniciam a cada um deles. O material completo pode ser acessado em: <[http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=DOCBNM\\_A&PagFis=93098](http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=DOCBNM_A&PagFis=93098)>



dava suporte às ações do grupo;

Programa do encontro com o calendário das atividades (não etiquetado). Embora um simples programa não seja muito significativo, ele trás a informação de que D. Paulo Evaristo Arns esteve presente no sábado à tarde, dia 25. Isso ajuda a entender outros textos que declaram que D. Paulo ficou sabendo da morte de Herzog durante o evento, pois o “suicídio” de Herzog ocorreu às 15h deste mesmo dia e tal incidente marcou as discussões, levando o grupo a propor a criação dos Centros de Defesa dos Direitos Humanos que se tornaram uma das bandeiras futuras do grupo.

Relato “O povo conversa com o vereador”, etiquetado como doc. 12. Tal documento não contém qualquer assinatura nem menção à cidade onde tenha ocorrido, porém, pela sigla CCTC (possivelmente Companhia Campinense de Transporte Coletivo) e por conter a mesma tipografia que o relato seguinte, parece se tratar de ação ocorrida em Campinas. A fala trata de uma pressão coletiva da população de uma COHAB durante a visita oficial de um vereador e um secretário no qual os moradores apresentaram uma pesquisa que haviam realizado sobre as necessidades da região.

Relato sobre ação trabalhista em Campinas, etiquetado como doc. 13. O texto trata de vinte jovens aprendizes que estavam recebendo um valor abaixo do piso e após realizarem uma mobilização com a ajuda da Equipe da Pastoral Operária de Campinas, conseguiram seus direitos na justiça.

Documento com os objetivos do Secretariado, etiquetado como doc. 15, revela um conflito acerca do nome não-violência, que por conta disso fica como não obrigatório para os Secretariados locais.

Bibliografia sobre a não-violência, etiquetado como doc. 16, exhibe algumas das leituras sugeridas para o grupo naquele momento.

E por fim uma carta para os bispos da CNBB que se reuniriam em Itaici no dia seguinte ao final do encontro do Secretariado, etiquetado como doc. 19. Tal carta enumera as conclusões do encontro, tais como a criação das Comissões de Defesa de Direitos Humanos, a colaboração com as Comissões de Justiça e Paz e divulgação as violações dos direitos humanos. Além disso, o grupo informou que participantes do encontro estariam em Itaici para realizarem jejum e oração como um gesto de comunhão com os bispos.

Junto à apostila há um dossiê de dezembro que trás um relato da ação citada no doc. 19. Explicam que a fala de D. Paulo no evento tratou da sua impotência diante dos maus tratos nas cadeias e o jejum do grupo foi para rezar para que os bispos reunidos em Itaici fossem inspirados a tomar uma decisão contra tal situação. Tal ação teve alguma repercussão entre os católicos, angariando tanto simpatias quanto antipatias. Em paralelo a esta ação, um dia depois do início do jejum, ocorreu a prisão do líder sindical maranhense Manoel dos Santos(de que trata o apêndice do livro “Firmeza Permanente”) na casa do

Pe. Domingos Barbé, se tornando um dos motivos das orações daqueles que jejuavam ([SECRETARIADO JUSTIÇA E NÃO-VIOLÊNCIA, 1975](#)).

Um próximo livro importante para a compreensão das mobilizações dos Queixadas na década de 1980 é o **“40 Anos de Ação Sindical Transformam Velha Fábrica em Centro de Cultura Municipal”**([JESUS, 1992](#)). Além dos textos sobre a greve publicados também no livro de 1977, há um texto que trata da última greve em 1986 e o fechamento da indústria. Já na segunda parte há uma discussão acerca do projeto de transformar a antiga fábrica em Centro Cultural, tal luta ainda é uma demanda do movimento. Em seu final há a indicação de uma bibliografia completa acerca dos Queixadas (p. 110) que conta com 16 itens, contudo esta revisão não exauriu tal lista pela dificuldade de acessar alguns materiais. Provavelmente os textos que possam conter relatos mais significativos sejam: “A Greve de Perus nos Tribunais” de 1968; “O caso Perus e a liberdade sindical no Brasil” de 1974; “Perus - Os Queixadas resistem às artimanhas do grupo Chohfi-Abdalla em Cajamar” de 1983; “A Máfia do Cimento” de 1975; Cadernos de Formação da FNT da série 20 anos de luta.

Um outro texto que ajuda a caracterizar a não-violência em São Paulo é o **“Diário de Missão”** presente no livro “A Graça e o Poder : As Comunidades Eclesiais de Base no Brasil”([1983a](#)), do pe. Domingos Barbé (Domingos como assinava seus livros no Brasil, ou Dominique, seu nome de registro). Ele foi um dos padres operários que chegaram em São Paulo na década de 1960, foi para Osasco e antes de começar seu trabalho pastoral foi operário da COBRASMA na época da greve em 1968. A partir dos anos 1970 há menções a ele em atividades pela não-violência. A prisão do líder operário citada no apêndice do livro “Firmeza Permanente” foi realizada em uma batida do DEOPS em sua casa um dia após o término do seminário de 1975, no qual os dois estavam presentes. Em 1967 ele criou o Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Osasco (CDDH-O), o segundo no país e o primeiro no estado de São Paulo.

Seu diário de missão se inicia em maio de 1979 e vai até o natal de 1980. Em tal diário há uma rica exposição sobre a atuação do Pe. Barbé frente ao CDDH-O, com as situações de desrespeito aos direitos humanos, de criminalidade e pobreza. A questão da violência policial é frequente, com assassinatos e ameaças à testemunhas. É possível encontrar neste diário os desafios do trabalho da firmeza permanente frente a um quadro de miséria e violência urbana, constantemente o Pe. Barbé encontra situações de violações de Direitos Humanos nas quais as pessoas não pensaram em procurar o CDDH-O e tampouco os leigos tiveram a iniciativa de procurar as vítimas, há também a presença de uma cultura de resignação, de “entregar tudo nas mãos de Deus”. Em tal relato é citada ainda uma viagem de 15000Km realizada por ele e por frei Alamiro<sup>3</sup> para divulgarem a não-violência pelo país ([BARBÉ, 1983a](#), p. 26).

<sup>3</sup> Frei José Alamiro é uma das poucas lideranças do Secretariado ainda viva, porém não vive mais em São Paulo.

Pe. Domingos pode ser considerado o teólogo político da não-violência, pois em suas obras há um exercício de esboçar uma Teologia do Conflito (título de um livro cujo subtítulo é “a Não-Violência Ativa”) e articulá-la com a Teologia da Libertação. Uma primeira versão de seu trabalho pode ser vista nos seus dois capítulos no livro “A Firmeza Permanente” e depois é continuado em pelo menos mais quatro obras. A apostila “A Não-Violência Ativa”, organizada por ele em nome do Secretariado no ano de 1982, os livros “A Graça e o Poder” (1983a) e “Teologia da Pastoral Operária : Experiência de Osasco, SP” (1983b), além do livro “Uma teologia do conflito: A Não-Violência Ativa” de 1985. Ao longo destes materiais ele discorre bastante sobre a Teologia da Libertação e as CEBs. Uma das questões centrais de seus textos é a partilha como fundamento de sua utopia social. A “graça”, uma livre abertura da pessoa ao outro, seria a inspiração capaz de levar à confiança necessária para uma vida de partilha e se articula dialeticamente com o “poder”, que em sua forma mais apropriada seria apenas um serviço organizador da partilha.

Um outro material que ajuda a entender as articulações da ação não-violenta em São Paulo é o relatório do Encontro de Bispos da América Latina “**A Não-Violência Evangélica: Força de Libertação**”(1979). O encontro foi realizado no final de 1977, na cidade de Bogotá, com relatoria do casal Hildegard Goss-Mayr e Jean Goss e o material foi publicado no Brasil em 1979. É interessante observar a forte presença da igreja brasileira no encontro. D. Aloísio Lorscheider, arcebispo de Fortaleza (fez a fala de abertura no lugar de D. Hélder Câmara que não pode estar presente), D. José Maria Pires, arcebispo da Paraíba, entre outros.

Na parte referente aos “Testemunhos” há quatro falas, três delas do Brasil e uma de El Salvador. Dois dos testemunhos brasileiros são nordestinos dos estados do Ceará e Bahia, o terceiro é de São Paulo, feita por Dom Angélico Sândalo Bernardino, que à época era bispo auxiliar da arquidiocese de São Paulo e coordenador da região episcopal de São Miguel, em seu breve testemunho ele trata da luta pela colocação de cancelas em uma linha de trem, as autoridades só resolveram a situação após a pressão exercida pelo agendamento de um ato de desobediência civil no qual o bispo e a população local se sentariam nos trilhos.

O grupo de materiais apresentado acima é o filão principal para quem está garimpando pelas atividades do grupo paulista, porém há uma série de **outros materiais** ainda pouco explorados que podem auxiliar o pesquisador. O grupo principal de documentos é o espólio de Mário Carvalho de Jesus que está no Arquivo Edgard Leuenroth na UNICAMP e que inclui, entre outras coisas, a correspondência que trocou com outros ativistas da não-violência no Brasil e no mundo. A articulação com a Democracia Cristã ajudou ainda que a defesa dos Queixadas ecoasse nas tribunas e portanto possa ter entrado para os anais de diversas casas legislativas, um exemplo disso é a carta de Mário Carvalho de Jesus lida por Franco Montoro no senado em 1973 (JESUS, 1973). Há também outros livros

lançados por ativistas da causa. Creuza Rosa Maciel, que atuou como secretária executiva da SERPAJ-AL lançou o livro “Não-Violência: Uma estratégia revolucionária”(1988) que embora não trate de São Paulo, possui uma grande lista de referência bibliográficas sobre a não-violência organizada em tópicos. Tal livro também contém um histórico do SERPAJ-AL, grupo ao qual o Secretariado era vinculado. Marco Antônio Gonçalves, um membro do Secretariado, lançou a cartilha “Pela Vida e Pela Paz: Justiça e Não-Violência Ativa”(1986), um libelo contra a corrida armamentista e exaltação ao pacifismo, com um apêndice que trata do Serviço Civil Patriótico, uma bandeira pacifista de alternativa ao Serviço Militar Obrigatório, no qual o objetor de consciência se alista em outro ministério que não o da guerra. Outro participante do Secretariado, Pe. Alfredinho Kunz, também escreveu livros nos quais divulgava as ideias da não-violência. Atuou grande parte da sua vida nas zonas mais necessitadas da diocese de Cratêus, porém a partir dos anos 1990 atuou também em áreas carentes da região metropolitana da capital paulista e resgata algumas de suas vivências no livro “À Sombra de Nabuco”(1997).

## 1.2 Literatura Sobre a Não-Violência em São Paulo

Sobre os **Queixadas** e a **FNT** o trabalho principal é a dissertação “ ‘Perus’: A violência dos pacíficos : ‘Uma nova arma para uma velha luta’ ” de **Adilson José Gonçalves**, apresentada para a obtenção do título de mestrado em História na PUC-SP, na qual é analisado o projeto político da FNT gestado na dinâmica sindical e pensado como alternativa aos impasses da sociedade capitalista, desde o nascimento do movimento até o ano de 1989, quando a pesquisa foi concluída. Para isso analisou os discursos desde diversos ângulos, tomando o cuidado de observar não só a atuação do movimento, sua ideologia e seu projeto político, mas também o contexto em que tal movimento se formou, identificando as tensões e as articulações a relação com os demais integrantes da sociedade civil, do movimento sindical e do próprio Estado (1989, p.2-4).

**Élcio Siqueira** lança mais luzes sobre a luta dos Queixadas, tanto em sua tese de doutorado, “Melhores que o patrão: a luta pela cogestão operária na Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus (1958-1963).”, defendida em 2009 na UNICAMP, quanto de sua dissertação “Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus: contribuição para uma história da indústria pioneira do ramo no Brasil (1926-1987)” apresentada em uma pós-graduação na UNESP em 2001; Ele analisa como as lideranças souberam articular as demandas e os descontentamentos trabalhistas e a partir delas construir uma situação de dualidade na gestão da fábrica, com os operários tendo tanto ou mais poder que o patrão. As lideranças tinham um programa baseado em posições católicas progressistas e souberam conduzir estas demandas operárias para que se tornassem uma demanda política pela gestão compartilhada da empresa e para isso souberam usar de suas articulações com a Vanguarda Democrática (grupo também egresso da JUC, mas que optou pela via política,

se tornando representante da Democracia Cristã no Brasil e que no início da década de 1960 possuía alguma influência no governo paulista). Porém, como mostra a pesquisa de Élcio Siqueira, quando o conflito cresceu, a práxis levou a demanda política do grupo a se radicalizar, o que gerou um conflito com a plataforma política moderada, conduzindo a uma série de deslizes táticos na condução da grande greve que fizeram o grupo perder terreno. Estas contradições no entanto levaram as lideranças a uma reflexão que acarretou sua aproximação com o movimento não-violento e os levaram a se apropriarem do conceito e adaptá-lo à sua realidade até chegarem na proposta de socialismo autogestionário da década de 1980 de que trata Adilson Gonçalves.

O tópico da não-violência perpassa boa parte da literatura produzida acerca dos Queixadas, porém na maioria dos casos ela aparece de maneira “colateral”, na fala de alguém do sindicato, em entrevistas com antigos Queixadas ou em referência a alguma das fontes primárias já tratadas aqui.

A **FNT**, um dos outros braços do movimento não-violento, possui uma bibliografia mais concisa. Além das referências nos materiais já citados, o trabalho da Frente, bem como seu viés não-violento, são analisados em profundidade no livro “Educação Sindical Entre o Conformismo e a Crítica” escrito por **Silvia Maria Manfredi**(1986). A pesquisa trata da educação voltada para trabalhadores ocorrida no bojo do movimento sindical brasileiros ao longo de mais de duas décadas. Ao traçar a história do movimento, são analisadas a linha ideológica e o projeto pedagógico de cada grupo. Desta maneira a história, a dinâmica interna, o projeto político e as ações formativas da FNT são destrinchadas. Outro aspecto importante de tal obra é que ela permite comparar as ações da FNT com a de grupos com outros alinhamentos políticos, e como o valor de cada grupo se traduz em sua proposta educativa.

Outra referência sobre a FNT pode ser visto no trabalho de doutoramento da historiadora **Marta Rovai**<sup>4</sup> “Osasco 1968: A Greve no feminino e no masculino” entregue em 2012, no qual ela realiza um trabalho de resgate das memórias de pessoas que participaram da greve da COBRASMA, no qual há uma análise das narrativas de pessoas ligadas à FNT, onde embora não apareça textualmente a questão da não-violência, pode-se perceber como os valores não-violentos eram entendidos pelos operários do grupo.

Por fim, o último grande *front* do ativismo não-violento em São Paulo foi o **Secretariado (Nacional) Justiça e Não-Violência**, braço brasileiro do SERPAJ e que se propunha a ser um articulador nacional entre grupos que tivessem a proposta da Firmeza Permanente, além de assessorar aos CDDH e CEBs. A literatura acerca do grupo

---

<sup>4</sup> A autora percebe que na historiografia da greve a FNT é desprezada, ao mesmo tempo que se dá grande atenção aos personagens que mais tarde aderiram à luta armada (ROVAI, 2012, p. 29). Tal fala reforça algo também verificado na elaboração deste trabalho de que há uma historiografia detalhada de grupos que aderiram à luta armada, porém outras formas de resistência foram analisadas com menos precisão.

é precária, embora eles sejam citados em uma ou outra pesquisa acerca dos Queixadas ou da FNT. Há um pesquisador contudo que tem realizado pesquisas sobre a Firmeza Permanente, a principal bandeira do grupo e possui dois artigos publicados sobre o tema. Se trata do teólogo **Roberto Zwetsch** que publicou o artigo “Da Não-Violência Ativa ou Firmeza-Permanente à Educação Para a Paz”(2010) onde retoma as fontes primárias já citadas aqui para realizar um panorama da não-violência no Brasil, além de apresentar a teologia da não-violência do Pe. Domingos Barbé. Seu segundo artigo, “A Luta Contra a Ditadura Civil-Militar a Partir da Prática da Não-Violência Ativa”(2014), não trata diretamente do Secretariado, pois ao falar das atividades de Mário Carvalho de Jesus, relaciona-o apenas à FNT, porém as ações que descrevem foram realizadas pelo advogado desde o Secretariado<sup>5</sup>. Estes dois textos são relevantes por rascunharem as articulações nacionais em torno do tema da não-violência e também por inserirem no panorama os cristãos protestantes.

Uma **outra frente de pesquisa** indica um trabalho com a não-violência em São Paulo que não era ligado diretamente ao grupo de Mário Carvalho de Jesus. Em 1968 dom Hélder Câmara fez o discurso pela “Pressão Moral Libertadora” ou “Ação, Justiça e Paz” em torno da luta pelos direitos humanos, que inclusive consta no livro “A Firmeza Permanente”, e depois de divulgar esta mensagem na CNBB, quarenta e um bispos firmaram um pacto em torno de tal proposta, o termo pressão moral libertadora remete a uma estratégia de luta não-violenta e D. Hélder tinha ciência de tal fato e conhecia o casal Goss-Mayr desde pelo menos 1962. Haviam bispos do estado de São Paulo entre os que firmaram este pacto e alguns dos desdobramentos de tais ações podem ser vistos nas pesquisas “A Igreja Católica nos “Anos de Chumbo”: Resistência e Deslegitimação do Estado Autoritário Brasileiro 1968-1974”(CARDONHA, 2011) e “Por Debaixo da Batina: Padres e Bispos sob Vigilância do DOPS/SP”(SANTOS, 2011).

---

<sup>5</sup> A confusão é fácil, pois Mário Carvalho de Jesus era liderança em ambos e eles dividiam inclusive o mesmo espaço físico, no entanto como será visto mais à frente, em meados dos anos 1970 a FNT, o escritório de advocacia e o Secretariado assumiram prioridades diferentes, o que levou a uma diferenciação de suas atividades.

## 2 Contexto Histórico

Eventos ocorridos ao final da segunda guerra mundial tiveram reflexos importantes na sociedade brasileira, fermentando o cenário político, econômico e social, criando esperanças, divergências, temores e uma tensão crescente que culminou no golpe militar de 1964. No pós-guerra a Igreja também passava por um grande esforço reformista, realizando um discurso crítico em relação à guerra fria, às tiranias e ao subdesenvolvimento de países periféricos, se colocando como guardião dos pobres e injustiçados.

No mesmo momento em que ocorria um importante concílio católico, o país mergulhava em uma ditadura e a partir de então, em um período muito curto de tempo o setor progressista da Igreja Católica brasileira se avolumou e conduziu a construção do que ficou conhecido como Igreja Popular. Como Mainwaring explica

as instituições reagem à mudança política de formas particulares e complexas, a luta política é um dos fatores que mais condicionam a percepção que as instituições têm de sua própria função e da política.(...) As mudanças políticas pós-1964 levaram um número cada vez maior de bispos no rumo de visões políticas mais progressistas. As violações generalizadas dos direitos humanos, a marginalização das classes populares, a repressão contra a Igreja e o fechamento de outros canais de dissidência fizeram com que muitos bispos se tornassem mais progressistas (MAINWARING, 2004, p.103).

O grupo de ativistas estudado neste trabalho desenvolveu sua prática não-violenta na intersecção destes dois cenários, o social e o religioso. Este capítulo busca dar subsídios para o estudo a ser realizado em capítulos posteriores, analisando elementos e episódios relativos à configuração de cada um dos contextos de modo a facilitar o entendimento de como as ações realizadas pelo grupo foram influenciadas pela dinâmica do contexto externo.

O capítulo está dividido em duas partes:

O contexto social e político, que se inicia pela América Latina para depois se focar no Brasil.

E o contexto católico, que aborda o processo de adaptação da Igreja ao mundo moderno, finalizando com uma breve análise do progressismo em São Paulo.



## 2.1 Contexto Social e Político

### 2.1.1 A América Latina no Pós-Guerra

A antiga disputa entre Europa e EUA quanto à hegemonia sobre o continente americano foi resolvida ao fim da segunda guerra quando durante as conferências de paz ocorridas entre as potências vencedoras estabeleceu-se uma nova configuração internacional que não deixou dúvidas sobre a influência norte-americana na região.([HERZ, 2008](#), p. 335).

O governo dos EUA, se colocando como liderança mundial, dedicou dinheiro para a reconstrução da Europa através do Plano Marshall, além de se preocupar com a situação de atraso de diversos países do mundo, auxiliando-os com o envio de comissões técnicas que ao percorrerem a América Latina passaram no Brasil e reforçaram a vocação agrícola do país, diagnosticando que os males nacionais decorriam do atraso no campo e que modernizar a agricultura era mais importante que industrializar([ARRAES, 2008](#), p. 100). Estas recomendações estavam calcadas em uma visão econômica ortodoxa<sup>1</sup>, porém o liberalismo já enfrentava algum descrédito desde a crise de 1929 e a região trilhou outro caminho, experimentando uma onda de industrialização e urbanização. As divergências com os EUA não pararam por aí, por sua exclusão do Plano Marshall, os países latino-americanos se queixaram na Organização das Nações Unidas(ONU) que em resposta decidiu pela criação da Comissão Econômica para América Latina e Caribe(CEPAL). A partir de sua criação em 1948 tal comissão realizou uma série de estudos de viés estruturalista, dando um respaldo teórico que faltava aos projetos políticos de vários governos do continente([BIELSCHOWSKY, 2000](#), p. 24-26).

Nos anos 1950 e 1960, conceitos introduzidos pelas análises do CEPAL circularam entre governos e intelectuais latino-americanos. A crítica da utilização de teorias clássicas(pensadas para países centrais) em países periféricos gerou um movimento inédito e a América Latina passou a construir ou adaptar ferramentas analíticas para olhar para si mesma. Um outro tópico chave trazido por economistas ligados ao CEPAL foi acerca do “desenvolvimento econômico”, que substituiu a palavra “progresso” nos discursos da época, e ajudou a criar um posicionamento crítico sobre a relação entre países centrais e periféricos, problematizando a questão do subdesenvolvimento entre outras. Estas ideias dialogaram com discursos que emergiam à mesma época, tal como os estudos políticos do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) sobre “libertação”, “imperialismo”, etc. além de projetos de reformas econômicas focados na industrialização voltada para a economia interna, com o Estado conduzindo o processo e a burguesia nacional apoiando,

---

<sup>1</sup> teorias da “vantagem comparativa” de David Ricardo que propunha uma divisão internacional do trabalho no qual cada país se focaria na produção daquilo que produz de maneira mais eficiente, e ao vendê-los no comércio internacional, obteria recursos para adquirir os outros produtos de que necessita dos países que são eficientes em sua produção.



buscando trazer os centros de decisão para dentro dos próprios países em desenvolvimento. Este discurso anti-imperialista refletiu em outros contextos e até mesmo movimentos sociais (e membros da própria igreja) passaram a utilizá-lo.

Em 1948, também na esteira dos esforços do pós-guerra, foi criada a Organização dos Estados Americanos (OEA) e em meados dos anos 1950 quando os EUA começaram a tentar utilizar o organismo como um instrumento de sua política externa e assim justificar as intervenções militares em países da região, as relações interamericanas foram inseridas na lógica da Guerra Fria. Esta situação foi agravada após a Revolução Cubana em 1959. Os EUA sentindo sua hegemonia ameaçada conseguiram que Cuba fosse expulsa da OEA em 1962, o que marcou a incorporação do sistema interamericano ao aparato institucional do bloco capitalista liderado pelos Estados Unidos, e portanto, sua incompatibilidade com o comunismo(HERZ, 2008, p. 335-337). Isso aumentou a tensão no continente americano, acendendo um alerta contra outras revoluções que poderiam ocorrer e fortalecendo o sentimento de anticomunismo em algumas esferas da sociedade. A relação difícil do catolicismo com o regime cubano ajudou a inflamar o espírito anticomunista também entre os católicos.

Ao longo dos anos 1950 a tendência industrializante persistiu no continente, porém havia uma forte pressão inflacionária, um processo de crescimento desordenado, favelização e empobrecimento nos centros urbanos, além de uma crescente insatisfação traduzida em pressões sociais através de lutas políticas e sindicais. Tais situações associadas às atitudes dos EUA após a Revolução Cubana levaram a uma crescente polarização política e ideológica, que em alguns países chegou ao extremo de ditaduras de direita e organizações revolucionárias de esquerda(BIELSCHOWSKY, 2000, p 37-38).

### 2.1.2 Os Dois Projetos de Brasil

Esta polarização se manifestou no Brasil com um colorido próprio, matizado por questões políticas internas que são abordadas pela historiografia do período sob diversos ângulos, porém, para este breve contexto, esta tensão será analisada principalmente pelo viés do desenvolvimento econômico, buscando dar conta de algumas transformações ocorridas nos meios sindicais e urbanos que influenciaram as lutas estudadas, para tanto, é necessário recuar um pouco no tempo, para observar questões cruciais para o desenvolvimento do sindicalismo e do pensamento econômico no Brasil.

Na década de 1930 a agricultura de exportação, até então o principal pilar da economia nacional, estava debilitada pela depressão econômica e tal situação abriu espaço para um projeto modernizante encarnado na figura de Getúlio Vargas que buscava transformar o país através da industrialização. Adotava-se uma concepção corporativista inspirada no fascismo italiano, onde, fazendo analogia com um organograma, cada setor da sociedade estava dentro de uma “caixinha” abaixo da tutela do Estado. Desta maneira

combatia-se a ideia comunista de que a luta de classes era o motor da história com uma visão de que a harmonia entre as classes garantida pela arbitragem do governo geraria um grande progresso para o país. As vozes dissonantes foram caladas com um golpe em 1935 que inaugurou o Estado Novo e uma série de leis criaram uma estrutura sindical vertical subordinada ao Ministério do Trabalho. Assim era possível controlar os sindicatos e cooptar o movimento sindical, levando-o para dentro do aparelho do Estado.

Em 1945, o fim da segunda guerra favoreceu a abertura política, porém antes de Getúlio concluir o processo foi deposto por um golpe militar que o impediu de ser candidato. Em tal momento já era possível vislumbrar dois projetos de país que se enfrentariam pelas próximas décadas.

Em um dos polos, sob o discurso nacionalista se alinharam movimentos populares, parte da elite industrial e do exército, dando sustentação a grupos políticos que buscavam reformas visando o desenvolvimento nacional autônomo através de industrialização, com uma aposta na estatização de setores chave da economia e no protecionismo econômico, em partes embasados nos estudos cepalinos. Entre indivíduos de tal grupo vicejavam discursos anti-imperialistas e contra os interesses do capital estrangeiro.

No outro polo, setores da elite afinados com um pensamento econômico voltado para uma concepção de desenvolvimento promovida pelos EUA, favorável à abertura ao capital estrangeiro como forma de dinamizar a modernização do parque industrial, se aliaram a grupos mais tradicionais que se opunham a reformas que poderiam alterar seu status quo. Em tal polo a responsabilidade pelos problemas que o país enfrentava eram atribuídas ao comunismo e às políticas econômicas nacionalistas.

Constantes disputas entre estes dois projetos de país marcaram o período que vai até o golpe militar de 1964 e fomentaram o aumento da polarização, agregando mais setores a uma ou outra fileira. É importante ter em mente que estas coalizões abarcavam uma heterogeneidade de interesses e posições políticas diferentes, formando por vezes laços frágeis que se alteravam de acordo com o contexto político e que estes dois projetos, embora influentes, conviviam com outras propostas.

Cabe ressaltar que este foi um momento fervilhante da história brasileira e houveram muitas iniciativas de setores progressistas da classe média se aproximarem do povo através de trabalhos sociais diversos seguidos de debates cujo intuito era politizar as pessoas para que elas adquirissem autonomia para decidir sobre seus próprios problemas, se libertando da dependência das classes dominantes, de figuras paternalistas, da opressão, da alienação, do atraso, etc. Paulo Freire, em Recife, criou o Movimento de Cultura Popular (MCP); A União Nacional dos Estudantes(UNE), no Sudeste, criou os Centros Populares de Cultura(CPC)<sup>2</sup>.

<sup>2</sup> Neste período os Queixadas, em São Paulo, também falavam em autogestão, porém, as pesquisas apontam que a maior influência sobre tal discurso estava relacionado com as ideias do Padre Lebrete.

### 2.1.3 O Crescimento Urbano e a Favelização

O desenvolvimento industrial é outro ponto chave para o entendimento das mobilizações sociais do período. O rápido crescimento dos centros urbanos e a necessidade de mão de obra atraiu fluxos migratórios e acentuou o êxodo rural, porém, estas novas levas foram absorvidas de forma precária fazendo aumentar um processo de favelização. Nesta nova configuração as periferias das grandes cidades se tornaram palco de diversas lutas sociais. Setores progressistas ligados à tais mobilizações começaram a ter influência no jogo político e em algumas regiões chegaram a sobrepujar grupos conservadores. Outra consequência desta industrialização foi o crescimento do peso político dos centros urbanos((ARRAES, 2008, p.102-104)). Este fenômeno não era exclusivo da realidade brasileira, situações semelhantes ocorriam por toda a América Latina, e foram inclusive foco de estudos da CEPAL e outros organismos.

### 2.1.4 O Mundo Sindical

O crescimento da atividade industrial fortaleceu também a atividade sindical. Os sindicatos seguiam oficialmente submetidos a uma estrutura burocrática verticalizada criada durante o Estado Novo, porém a industrialização fez crescer a importância do movimento operário, propiciando a criação de estruturas intersindicais de caráter horizontal, que embora ilegais, foram toleradas de Getúlio, eleito em 1950, até o fim do período democrático(MANFREDI, 1986, p.37). A própria Frente Nacional do Trabalho(FNT) se estruturava de uma maneira que não estava amparada legalmente.

Em meados dos anos 1950 o meio sindical brasileiro poderia ser dividido em três grandes correntes, cada qual com suas divisões internas: Havia os ministerialistas( também chamados de trabalhistas ou amarelos) alinhados à uma visão de desenvolvimento social harmônico, adaptada de uma concepção corporativista do fascismo italiano, na qual o sindicato se articulava com o Ministério do Trabalho e com os empresários em prol de um grande pacto social; Havia ainda os classistas( comunistas, socialistas, anarquistas), articulados muitas vezes por grupos que eram embriões de células de partidos políticos e haviam ainda grupos sindicais de orientação religiosa e confessional, com grande destaque os católicos, uma vertente bem hegemônica que abrangia desde grupos mais conservadores articulados ao alto clero, até grupos com uma orientação de esquerda que atuavam no campo através do Movimento de Educação de Base (MEB) e no meio urbano através de organizações como a Juventude Operária Católica(JOC) e a Associação Católica Operária(ACO) (MANFREDI, 1986, p.43-45).

No começo dos anos 1960 houve grande efervescência no meio sindical, com rearranjos nestas correntes. Os grupos mais conservadores possuíam um denominador comum, a luta contra o comunismo, por um Brasil cristão-democrático. O Partido Comunista Brasileiro(PCB) e o Partido Trabalhista Brasileiro(PTB) se aliaram em uma tendência na-

cionalista e anti-imperialista, ganhando hegemonia política no meio sindical (MANFREDI, 1986, p.45).

### 2.1.5 O Golpe Militar

Em 1964 ocorreu o golpe militar, sob o argumento de que ele era necessário para combater o perigo comunista, desta maneira a corrente que defendia um projeto nacionalista foi desarticulada e a pauta da corrente liberal foi posta em prática.

Em um primeiro momento houve forte repressão ao movimento sindical e a grupos militares esquerdistas. Com efeito, nos primeiros anos do regime militar um dos poucos movimentos sindicais que cresceu foi a FNT.

Em 1966 houve a prorrogação do mandato do Castelo Branco e os militares já davam mostras de que não voltariam para os quartéis tão cedo. Em 1967 os militares colocaram uma nova constituição e Castelo Branco, de perfil mais moderado, passou a faixa presidencial para Costa e Silva, um general da linha dura.

Uma onda de indignação juvenil e resistência civil se espalharam pelo mundo após o maio de 1968 na França. No Brasil houve a marcha dos 100 mil em protesto contra a morte de um jovem estudante e a partir deste episódio a sociedade civil parecia esboçar alguma reação e outras mobilizações contra a ditadura começaram a surgir. A leitura que os militares realizaram deste episódios é que havia uma revolução comunista em andamento e assim a corrente do alto comando militar conhecida pelo termo “Linha Dura” decretou o Ato Institucional nº5(AI-5), que fechou o congresso, limitou vários direitos, entre eles os sindicais, proibiu manifestações de cunho político, deu amplos poderes ao executivo ao mesmo tempo que isentava seus atos de qualquer apreciação judicial. Isto foi uma espécie de golpe dentro do golpe, os linha duras foram ganhando em influência e conseguiram derrubar o grupo ligado à Escola Superior de Guerra, que era a favor dos militares voltarem para os quartéis em breve.

Tal decreto tornou a ditadura ainda mais autoritária e afetou diretamente a atuação de movimentos sociais que ficaram paralisados. Quando os militares ampliaram seu aparato repressivo começaram a despontar pequenas organizações que pregavam a resistência ou a revolução armada. Mas formas alternativas de resistência também se multiplicaram apesar das diversas restrições. Como será visto mais a frente, a Igreja Católica serviu como um grande guarda-chuva para muitas destas ações.

Ironicamente, o autoritarismo político andou de mãos dadas com o liberalismo econômico e ações no campo econômico produziram um período de bonança conhecido como Milagre Econômico, porém com a crise de 1973, a política de arrocho salarial associada a uma inflação e uma urbanização crescente, deteriorou ainda mais as condições de vida das camadas mais pobres.

Neste cenário a Igreja Católica foi também fundamental para a aglutinação de movimentos de protesto contra a fome, a carestia, etc. como será visto no próximo tópico.

## 2.2 Contexto Católico

### 2.2.1 Como Analisar a Igreja Católica?

Uma das questões mais imediatas para quem analisa é a estrutura hierárquica que confere à Igreja diferentes níveis organizacionais como em uma pirâmide na qual os leigos são a base, o Vaticano, a Santa Sé(o alto comando da Igreja) e seu líder supremo, o papa, estão no topo. O posicionamento de uma figura proeminente tem um efeito cascata nos níveis inferiores, seu apoio ou censura a uma iniciativa pode determinar se esta terá facilidades ou dificuldades em seguir em frente.

Além disso a Igreja não é monolítica, pelo contrário, ela é um microcosmo que comporta uma pluralidade de formas de agir, visões de mundo, etc. Uma das formas de analisá-la é identificar os diferentes grupos, suas divergências, afinidades, etc.

Na bibliografia consultada apareceram pelo menos duas análises diferentes, a de Sílvia Manfredi(1986) que faz primeiro um recorte em três níveis hierárquicos: o mundo clerical; as obras eclesásticas; e o mundo leigo; para depois focar na análise das diferenças políticas existentes entre os grupos leigos que operavam no meio sindical. E a de Scott Mainwaring(2004), que embora também aponte uma diferenciação entre o laicato e a hierarquia, privilegia uma análise panorâmica das diferentes forças atuantes, ressaltando que algumas eram influentes na alta hierarquia, enquanto outras eram mais presente entre os leigos.

### 2.2.2 A Igreja Face à Modernidade

O período estudado abrange um momento de virada do catolicismo no Brasil, em poucas décadas a igreja brasileira saiu de uma situação de grave crise e alcançou um estado de efervescência e renovação que a tornou nos anos 1970 uma das igrejas mais progressistas do mundo.

Scott Mainwaring(2004) em seu estudo “Igreja Católica e Política no Brasil: 1916-1985” apresenta pelo menos três fatores que favoreceram o surgimento de um catolicismo progressista no Brasil(p. 266):

O primeiro foi a situação da instituição no país nas décadas anteriores. No século XIX, o avanço do pensamento liberal, associado a uma visão anticlerical, teve uma resposta tradicionalista por parte do Vaticano. No Brasil, embora a Igreja estivesse submetida ao Estado, passou a adotar uma postura tradicionalista e criou embates que resultaram em retaliações mútuas. A cisão entre Igreja e Estado, que só foi se concretizar plenamente

com a promulgação da república, conferiu autonomia ao catolicismo para realizar uma série de reformas e reabilitar sua imagem, além disso, ajudada por um fluxo de clero estrangeiro, aos poucos conseguiu reverter a decadência institucional de décadas anteriores. Esta é uma marca que distingue o catolicismo brasileiro dos de outros países. Em lugares onde o anticlericalismo foi mais forte, tal como México e Espanha, a Igreja se fechou em uma posição tradicionalista e revanchista, no Brasil, porém, embora a cisão tivesse sido considerada uma heresia, a Igreja cedeu e se adaptou aos desafios e às mudanças sociais (MAINWARING, 2004, p. 41-43; p. 266).

Um segundo fator corresponde a uma maior fragilidade da instituição no Brasil, que se manifestava, entre outras formas, pela constante falta de padres. Por conta disso desde as primeiras décadas do século XX a Igreja brasileira passou a incentivar uma maior liderança leiga do que as suas equivalentes na América Latina (MAINWARING, 2004, p. 266). Inclusive, esta falta de padres criou uma constante importação de clero estrangeiro, permitindo um intercâmbio e uma circulação de novas ideias que dinamizaram as bases da igreja brasileira.

E por fim, um terceiro fator pode ser localizado nos anos 1950 quando a ala progressista da Igreja Católica no Brasil estabeleceu um vínculo muito forte com as figuras mais progressistas do Vaticano (MAINWARING, 2004, p. 266).

### 2.2.3 Neocristandade, a Renovação Católica

O tradicionalismo católico resistia à modernidade e mantinha a igreja operando dentro de um modelo medieval de “cristandade”, reminiscências de um tempo no qual todo o rebanho estava reunido sob o cajado do Papa, os estados eram fragmentados e praticamente subalternos à Santa Sé. Neste novo cenário com estados nacionais fortes, soberanos e principalmente laicos, o fato da Igreja se dividir em pequenas províncias episcopais (arquidioceses) que respondiam diretamente ao Vaticano dificultava que as diretrizes católicas tivessem mais penetração em um país grande como o Brasil.

Ainda no século XIX foram tomadas algumas iniciativas tímidas para adaptar a Igreja a esta nova realidade. Na década de 1890 um concílio nacional foi organizado e ocasionalmente os bispos passaram a emitir cartas pastorais conjuntas. Embora não houvessem encontros regulares, estruturou-se uma instância hierárquica informal para que as províncias pudessem dialogar entre si e tratarem de questões nacionais.

Entre 1921 e 1942 o líder desta instância foi Dom Sebastião Leme, arcebispo do Rio de Janeiro. Ele recebeu apoio do Vaticano por possuir uma visão próxima a do papa Pio XI de que a Igreja deveria se aproximar do estado para garantir os interesses católicos. No começo da década de 20 iniciou com um projeto de restauração católica que já na década de 1930 havia revertido a decadência na qual se encontrava a instituição. Este novo modelo, chamado de neocristandade, chegou no auge entre as décadas de 1930 e 1940,

durante o governo de Getúlio, quando a Igreja no Brasil desenvolveu uma forma de lidar com a fragilidade da instituição, sem alterar sua natureza conservadora.([MAINWARING, 2004](#), p. 42-43).

A neocristandade encarou o fato de que a Igreja estava fragilizada, perdendo terreno e que precisa assumir uma postura mais ativa para “recatolizar” o país. Dom Leme era um grande articulador, soube envolver grupos e colocar suas ideias em prática. Em uma carta episcopal de 1916 ele atribuiu à ignorância religiosa do povo brasileiro a causa de todos os males sociais. A restauração católica busca educar este povo e se lança nesta tarefa com a ajuda dos leigos. Leigos da classe média foram arregimentados para a causa, sob a batuta de Dom Leme é estruturado um grupo de intelectuais de muita expressão que tiveram grande influência sobre a vida pública brasileira nas próximas décadas. Neste momento houve também a criação da Ação Católica Brasileira (ACB), um braço laico da hierarquia estendido no campo social, político e cultural que foi desenvolvendo diversas formas de atuação, tais como a Juventude Operária Católica(JOC) e a Juventude Universitária Católica(JUC)([DELGADO; PASSOS, 2007](#), p. 95-100).

O discurso de Dom Leme era disciplinador, direcionado para a preservação da ordem e da moral, fortalecedor de um conceito de Igreja-Docente na qual os leigos eram a Igreja-Discente. O povo aparece como um rebanho que deve respeitar a hierarquia da Igreja, do Estado e das empresas. O papel do clero é interceder pelos mais pobres quando há abusos, dialogando com patrões e governantes apelando para seus sentimentos cristãos, ajudando os menos favorecidos a se organizarem, etc. Porém, quando as camadas populares promoviam greves ou outras formas de lutas sociais, a hierarquia católica apoiava a repressão como uma maneira de restaurar a ordem. Tal visão estava articulada com a Doutrina Social da Igreja(DSI) criada pelo Papa Leão XIII ao final do século XIX, quando escreveu a carta-encíclica *Rerum Novarum*(das coisas novas). Naquele período as condições precárias de trabalho levaram ao surgimento do movimento operário e à uma disseminação veloz do comunismo e do socialismo. A carta criticava a exploração dos operários e exortava os patrões a agirem com caridade, apoiava a existência de associações e sindicatos de orientação católica, defendia a propriedade, inclusive dos meios de produção, como um direito natural no qual o Estado não poderia interferir e refutava a tese da luta de classes, além de condenar o socialismo e o comunismo([LEÃO XIII, 1891](#)).

#### 2.2.4 A Igreja Reformista

A partir dos anos 1950 um espírito de reforma ganha corpo no Vaticano e o núncio apostólico Dom Armando Lombardi, espécie de embaixador da Santa Sé, facilitou que esta situação se replicasse também na Igreja Brasileira, “entre 1952 e 1964 nomeou como bispos um grande número de padres que haviam trabalhado com a Ação Católica. Esses bispos foram indispensáveis na mudança eclesial progressista na década de



1960.”(MAINWARING, 2004, p. 266)

Por influência de missionários europeus e canadenses a Ação Católica ganha uma orientação mais concreta e histórica e seus militantes passam a buscar um maior conhecimento da realidade e uma atuação com maior compromisso social. A nomeação de Hélder Câmara(futuro bispo de Recife e Olinda) como assistente nacional favoreceu toda esta evolução do apostolado leigo e consequentemente um novo tipo de relação da Igreja com o mundo social, político, cultural e artístico, neste período de grande efervescência(DELGADO; PASSOS, 2007, p. 101-102).

Dom Hélder Câmara<sup>3</sup> contava com apoio do núncio apostólico e do futuro papa Paulo VI e se tornou figura proeminente do progressismo católico. Ele esteve à frente da ampliação da experiência de encontros regionais de bispos, promovidas por setores mais progressistas da Igreja brasileira. Assim em 1952 foi criada a Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB). O feito foi tão bem sucedido que poucos anos depois, em 1955, foi criada a Conferência Geral do Episcopado Latino Americano (CELAM). Havia um temor tradicionalista de que tais instâncias pudessem quebrar a cadeia de comando hierárquica, portanto a participação da Santa Sé foi fundamental para superar estas resistências e assim permitir a oficialização destas instâncias hierárquicas de diálogo acerca de problemas regionais.

Um outro evento chave para entender as mudanças na Igreja foi a conclave de 1958 que elegeu o papa João XXIII, uma figura proeminente de uma ala mais reformista da ICAR comprometido com o ecumenismo e com os Direitos Humanos, admirado, entre outras coisas, por suas ações durante a Segunda Guerra Mundial, quando salvou milhares de judeus de irem para os campos de concentração. O novo papa tinha 77 anos e pela sua idade avançada era esperado que cuidasse apenas da transição para um próximo papado, porém, ele realizou uma revolução ao convocar o Concílio do Vaticano II (1962-1965), e ajudar a produzir as mudanças mais significativas na ICAR desde o fim da idade média. Como João XXIII morreu antes do término do concílio, coube ao seu sucessor, Papa Paulo VI, a finalização dos trabalhos e a promulgação de duas importantes constituições pastorais, a “*Gaudium et Spes*”(Alegria e Esperança), que trata da igreja no mundo contemporâneo e a “*Lumen Gentium*”(Luz dos Povos) que trata da natureza e da constituição da igreja, bem como pontua a relevância do laicato.

Além de iniciar os trabalhos conciliares, João XXIII tomou outras medidas para reformar a ICAR, tal como a promulgação em 1961 da carta-encíclica “*Mater et Magistra*”(Mãe e Mestra), com a qual atualizou a DSI. Esta não foi a primeira atualização, em 1931, Pio XII já a havia atualizado, ao declarar que o direito à propriedade, embora natural, deveria ser limitado de modo a permitir que os bens criados por Deus, para todos

---

<sup>3</sup> Hélder Câmara esteve engajado em movimentos relacionados a não-violência no Brasil, porém, por sua atuação ter sido principalmente no nordeste, não será estudado neste trabalho.



os homens, estivessem à disposição de todos. João XXIII, por sua vez, usando as palavras chave “socialização” e “comunidade”, criticou as desigualdades existentes no plano econômico e internacional, conclamando as nações mais ricas a ajudarem às mais pobres, além disso falou sobre a corrida por armamentos nucleares, a superpopulação, o subdesenvolvimento, o êxodo rural e sobre a necessidade dos trabalhadores participarem da gestão e do lucro das empresas. Com isso acolheu algumas das ideias mais progressistas que corriam dentro da ICAR, tais como o pensamento de Jacques Maritain sobre a valorização dos Direitos Humanos, ou as experiências do Padre Lebreton e dos padres operários franceses, que haviam situado a ICAR em discussões trabalhistas que agitavam a sociedade daquele período.

### 2.2.5 Principais Tendências Católicas no Brasil de 1955 à 1964

Entre os anos de 1955 até o golpe militar houve um rearranjo das principais forças católicas que deve ser olhado juntamente com os fatos históricos e políticos citados na parte anterior. A polarização do mundo e do país durante este período favoreceu o surgimento de uma direita católica combativa de cujo seio saíram discursos como o de Plínio Correia de Oliveira, criador da “Terra, Família e Propriedade”(TFP) e surgiu também uma esquerda católica engajada politicamente em lutas e movimentos sociais. Mainwaring explica que ambos os grupos tinham pequena representação dentro da hierarquia, porém a direita católica desempenhou um papel importante na derrubada de Jango em 1964 e conseguiu prevalecer temporariamente sobre a esquerda católica, passando a pressionar com mais intensidade tanto a esquerda quanto os bispos progressistas(MAINWARING, 2004, p.65).

Na análise realizada por Mainwaring foram identificadas quatro forças que atuavam no país durante este período pré-golpe, além dos tradicionalistas(direita) e da esquerda, haviam dois grandes grupos que se equilibravam na CNBB, ambos atentos às mudanças que a Igreja precisava realizar, porém, com visões diferentes do que tais atualizações implicavam. O grupo que tinha maioria numérica era o dos modernizadores conservadores, diferente dos tradicionalistas, eles estavam preocupados com a justiça social, porém, diferente dos reformistas, a injustiça era vista mais como um problema individual do que uma questão estrutural. Seguindo as ideias de Dom Leme, uma educação que permitisse o desenvolvimento individual era vista como uma das soluções dos problemas. E concordavam também com uma maior participação do laicato, desde que obedientes à hierarquia e, embora não fossem entusiastas das mudanças promovidas pelo Concílio do Vaticano II, não se opunham a elas, afinal, tal oposição implicaria na quebra da cadeia hierárquica que tanto valorizavam. Por fim, havia um grupo reformista que embora não fosse tão grande numericamente, graças ao apoio de setores progressistas do Vaticano ocupava importantes funções na CNBB. Tal ala era entusiasta do espírito de mudança alavancado pelo novo concílio e entendia que a missão social da ICAR passava por um maior envolvimento político e devia influenciar reformas estruturais que ao seu ver eram as maiores causadoras

dos problemas sociais, mas rejeitavam mudanças radicais, pois tal grupo era politicamente conservador e, até mesmo pelas perseguições realizadas contra os católicos em países do bloco socialista, eram ainda mais anticomunistas que seus predecessores. Havia um equilíbrio entre estas duas forças até 1964, porém, com o agravamento da tensão no país, os conservadores derrotaram os reformistas nas eleições da CNBB (MAINWARING, 2004, p. 64-66).

### 2.2.6 A Igreja Brasileira no Pós-Golpe

A polarização entre dois discursos empobrece a visão que ambos tem dos adversários, as nuances são deixadas de lado e qualquer crítica ao grupo é suficiente para enquadrar o discurso no polo oposto. Em 1964 triunfou uma aliança entre o liberalismo e o anticomunismo e qualquer crítica ao mundo capitalista era automaticamente classificada como comunista. Como Moreira Alves trás, havia uma crença arraigada entre os militares vitoriosos de que haviam padres, pastores e leigos comunistas e em uma exposição de material subversivo feita em 1964 estavam arroladas cópias de encíclicas papais, materiais das ações católicas especializadas e do MEB.(ALVES, 1979 apud WANDERLEY, 2007, p. 78)

Em um primeiro momento esta suspeita sobre a Igreja foi oportuna para uma visão mais tradicionalista, de que a Igreja só deve se envolver em assuntos políticos quando o tema são questões morais, o ensino religioso, etc. E de 1964 à 1968 os bispos mais progressistas passaram a posições de menor destaque na CNBB. Neste período os documentos da CNBB tratavam apenas de reformas estruturais da própria Igreja. Em 1964, por exemplo, foram criadas diversas regionais, que durante este período tiveram muito mais importância nas reflexões sobre as implicações do Vaticano II.

A partir de 1968, com o recrudescimento da ditadura, houve um aumento da perseguição contra quem questionasse as práticas do regime e até mesmo ativistas católicos moderados passaram a sofrer retaliações. Embora o alto clero fosse em sua maioria conservador, viu nesta situação uma afronta à hierarquia e se criou um discurso mais ou menos coeso dentro da CNBB de condenação das práticas de tortura.

Esta primeira década do regime militar afetou a ICAR de diversas maneiras, diferente do período do Estado Novo, quando Dom Leme mantinha uma política da boa vizinhança com a ditadura, a Igreja dos anos 1960 passava por uma reorientação que lhe aproximava dos mais pobres, da justiça e dos direitos humanos. Com o tempo a nova realidade política e econômica agravou a situação de marginalização, aumentando as desigualdades em São Paulo e outras grandes metrópoles.

A expansão das fronteiras agrícolas para a Amazônia e o Pantanal fez explodir as casos de violência, com assassinato inclusive de padres e agentes das pastorais. A tortura contra quem se opusesse ao regime, que se agravou após 1968, começou a afetar também

militantos católicos moderados, além de haver uma forte repressão contra a Igreja no Nordeste, até então uma das mais combativas.

A Igreja do Norte foi a que sofreu a mudança mais visível. Seus bispos, na maioria conservadores, ao seguirem a orientação de se aproximar dos mais pobres foram expostos à uma realidade sangrenta e no início dos anos 1970 ela já havia se convertido na ala mais progressista da Igreja brasileira, estando na vanguarda da Igreja Popular.

### 2.2.7 A Igreja Popular, um Fruto do Reformismo e da Repressão

Como bem observa Mainwaring, as mudanças do cenário social, econômico e político por si só não explicam as mudanças eclesiais, visto que a Igreja do sul do país, ou de países como a Argentina, não tiveram um desenvolvimento parecido, apesar de todas as atrocidades.

Tampouco as mudanças doutrinárias decorrentes do Vaticano II, com a igreja internacional estimulando o surgimento de uma Igreja Popular e o Papa Paulo VI emitindo uma série de documentos progressistas explicam as mudanças eclesiais, visto que a DSI era a mesma no mundo todo.

A mudança da ICAR se deu tanto em função desta nova identidade institucional, quanto das novas condições econômicas, políticas e sociais. Na América Latina, com exceção da Argentina e Uruguai, foi em situações de repressão que as maiores mudanças ocorreram. Portanto, isolar a nova doutrina ou as condições políticas e sociais como um fator único de mudança, é deixar de perceber o caráter dialético de tal processo (MAINWARING, 2004, p.132-133; p.150).

Os documentos conciliares tinham um caráter progressista, pensados por teólogos europeus que ainda estavam digerindo os efeitos de uma guerra sangrenta e de uma reconstrução demorada, e portanto, ao falarem de pobreza e injustiça não tinham totalmente em conta a problemática do terceiro mundo. Porém quando estas temáticas foram recebidas pela ala mais progressista do catolicismo latino-americano, houve uma grande inquietação. Ainda durante o Concílio, em 1965, 40 padres, a maioria latino americanos, se encontraram e firmaram o Pacto das Catacumbas, onde se comprometiam a levar uma vida de pobreza e a colocarem os pobres como o centro de sua pastoral, além de se comprometerem com o princípio da colegialidade, buscando tornar a Igreja um pouco mais horizontal. Nomes ativos da não-violência do Brasil estiveram presentes a este encontro, tais como Dom Frago e Dom Hélder Câmara.

Enquanto os desdobramentos do Concílio alimentavam esta inquietação com publicações sobre justiça, paz e direitos humanos, muitos países da América Latina enfrentavam uma repressão crescente que colocava as ações de suas alas mais progressistas no ocaso.

A Igreja latino-americana carecia de um novo modelo capaz de resolver este

descompasso e alguns anos foram necessários para a gestação da proposta que levou à Igreja Popular dos anos 1970.

Em 1968 a hierarquia latino americana, na cidade de Medellín, realizou a II CELAM, com o tema “A Igreja na atual transformação da América Latina”. O propósito de tal conferência era discutir a aplicação dos documentos produzidos no Concílio do Vaticano II na região, mas foi também influenciada pela situação política do continente. Ao fim, de todos os temas discutidos, os documentos que tiveram maior repercussão traziam conclusões progressistas sobre justiça, paz e a pobreza da Igreja. Marcou-se um posicionamento de que a Igreja não poderia ficar indiferente ante as injustiças sociais existentes no continente e que deveria adotar uma preferência pelos pobres.

Nos anos seguintes alguns teólogos progressistas lançaram obras que serviram de aporte para a nascente Teologia da Libertação(TdL), que sintetizava o discurso progressista e o adaptava a um continente mergulhado em ditaduras militares, favelização, pobreza, etc. aclarando os caminhos para uma práxis emancipatória na qual o pobre aparece como o construtor de um novo modelo de Igreja e de uma nova sociedade. Tal doutrina serviu de base para a consolidação da Igreja Popular. Algumas das iniciativas já ocorriam dentro da própria instituição, porém sem o viés político. É o caso das Comunidades Eclesiais de Base(CEBs) que inicialmente tinham seu foco apenas no viés eclesiástico.

Nos anos 1970 a direita passou a ser desestimulada, por ser vista como um elemento desagregador da igreja, ao mesmo tempo que a Igreja Popular se estruturou e começou a ganhar força, organizando as Comunidades Eclesiais de Base(CEBs) e uma série de pastorais conectadas aos problemas sociais. A Igreja brasileira se converteu na Igreja mais progressista do mundo até pelo menos os anos 1980, quando revoluções socialistas na América Latina contaram com apoio de bispos e padres ligados à TdL e o novo papa, João Paulo II, deu início a uma onda neo conservadora, tomando diversas medidas para enquadrar os setores de vanguarda dentro de uma perspectiva mais tradicional de catolicismo.

Duas figuras da alta hierarquia brasileira foram emblemáticas nesta fase da Igreja Popular. O nome mais em evidência era Dom Hélder Câmara que colocou os holofotes internacionais sobre o país em 1970 quando foi à Paris denunciar as torturas cometidas pela ditadura, ele porém sofreu uma forte campanha de difamação e era chamado de “bispo vermelho”. O governo inclusive fez *lobby* para impedir que ele ganhasse o prêmio nobel da paz nos anos seguintes.

Outro personagem importante foi Dom Paulo Evaristo Arns, nomeado arcebispo de São Paulo no ano de 1970.

### 2.2.8 Justiça e Paz

O Papa Paulo VI seguiu realizando reformas, participando de conferências e publicando uma série de documentos com um cunho reformista e progressista, lançando críticas tanto ao desenvolvimento proposto pelo bloco capitalista, quanto o proposto pelo bloco comunista.

Em 1967 lança a Comissão Pontifica de Justiça e Paz e logo em seguida a “Encíclica *Populorum Progressio*”, que trata da injustiça da tirania e do neocolonialismo e também do direito de todos participarem do bem-estar trazido pelo progresso e não apenas os ricos e em 1968 participou do Concílio de Medellín.

Com o entusiasmo causado em Medellín a CNBB criou a “Comissão Pontifica de Justiça e Paz - Seção Brasil” que começou a funcionar efetivamente em 1971 realizando o “I Seminário Brasileiro de Justiça e Paz”. Em 1973 passou a funcionar a subseção de São Paulo. Devido ao AI-5 ambas estas comissões tiveram papel fundamental na luta pelos direitos humanos e se espelhavam nas novas diretrizes sobre justiça.

Em novembro de 1971 houve o “II Sínodo Ordinário dos Bispos” que discutiu somente dois temas, justiça e sacerdócio ministerial. E a partir desta discussão elaborou o documento “A Justiça no Mundo” que explicitava a conexão entre a promoção da justiça e o trabalho evangélico, discorrendo sobre a paz, a educação para a paz, os direitos humanos e condenando a desigualdade social provocada pela nova ordem mundial, concluindo que a Igreja precisa amparar os injustiçados sem voz, um mote que repercutiu diretamente nas ações das comissões de justiça e paz.

### 2.2.9 A Igreja de São Paulo

Em São Paulo estas transformações também foram significativas. Cardeal Motta, o arcebispo de São Paulo até 1964, dinamizou as bases da Igreja ao promover algumas reformas pastorais importantes e mesmo após sua partida muitos padres e freiras deram continuidade a um trabalho pastoral junto à classe trabalhadora, até 1968 a igreja paulista deu cobertura ao movimento estudantil e outros movimentos laicos eram bastante ativos. Porém, de 1964 à 1970 o responsável pela diocese foi o cardeal Agnelo Rossi, que embora criticasse os excessos militares quando estes tangiam à Igreja, legitimou o regime autoritário e minimizava as denúncias de tortura no Brasil como sendo problemas pontuais que não comprometiam o regime como um todo.

São Paulo só voltou a ter uma atitude progressista em 1970 quando Dom Paulo Evaristo Arns assumiu o arcebispado e passou a apoiar mudanças importantes que estavam surgindo nas bases. Através de sua liderança, as CEBs, o respeito pela dignidade humana e os direitos dos pobres tornaram-se prioridade. Deu grande incentivo a atuação dos grupos leigos, bem como ao fortalecimento das pastorais e de uma forma de gestão colegiada, com

um poder menos centralizado, com espaço aberto inclusive para os leigos.

Havia uma ampla campanha difamatória contra outras figuras mais destacadas do progressismo católico, porém, Dom Paulo era uma figura não tão em evidência e tida como moderada, e por conta disso, em 1971, quando escreveu um documento denunciando a tortura em São Paulo, sua fala teve ampla repercussão e foi recebida até mesmo pelo Papa. A Igreja paulistana vinculou a questão da defesa dos direitos humanos à situação cada vez mais degradante do povo, e tomou para si a missão de dar voz aos que não tem voz. Em 1972 criou a Comissão Justiça e Paz, e rapidamente ganhou protagonismo na luta pelos direitos humanos.([MAINWARING, 2004](#), p.123-125)

Também no ano de 1972 a diocese de São Paulo lançou a “Operação Periferia”, dando maior ênfase às campanhas em comunidades carentes, ajudando a organizar CEBs, estruturar trabalhos em prol de creches, de moradia, etc. Esta dinâmica de trabalho intensa começou a gerar respostas muito positivas, gerando constantemente novas ações, porém os religiosos da periferia, muitos deles estrangeiros, não eram suficientes para acompanharem os trabalhos, o que fez aumentar ainda mais a importância do trabalho dos leigos mais experientes, muitos deles oriundos da Ação Católica e também na formação dos leigos das próprias comunidades ([WALDIR; TICÃO, 2015](#), p. 375).

### 3 Origens do Ativismo Não-Violento

#### **Bumba meu Queixada**

Tem um porco do mato  
Um porco selvagem  
Que quando anda em bando  
Vira turma da pesada  
Seu nome é Queixada! (bis)

Teve uma greve na cidade de Perus,  
onde os operários  
sabedô dos seus direitos  
Assinaram em cruz  
Foi uma briga feia  
Durô dezena e meia  
Uma briga danada  
E os operários chamavam Queixada!  
(César Vieira & José Giroldo)





Este capítulo investiga a trajetória do grupo estudado antes da assunção do perfil não-violento e logo após o golpe militar, quando a não-violência estava em fase de consolidação. É preciso esclarecer que há aqui uma pequena inversão do interesse. Enquanto as bibliografias e boa parte das fontes tem o foco posto nos Queixadas, o ponto de vista aqui é um pouco mais panorâmico e enxerga os Queixadas integrados a um movimento maior que atuava pelo viés da não-violência. Isso não implica dizer que a luta dos Queixadas era um desdobramento das ações de uma cúpula. Pelo contrário, adota-se aqui o entendimento trazido por Adilson Gonçalves(1989) ao longo de seu texto de que a visão não-violenta surgiu na práxis sindical, logo, os documentos que tratam dos Queixadas serão um referencial importante para tratar da descoberta da não-violência, porém, ao invés de serem a finalidade desta pesquisa, servirão de ponto de partida para o entendimento de outras ações não-violentas realizadas pelo mesmo movimento nas décadas seguintes.

### 3.1 Caracterização do Movimento

Este pequeno movimento era integrado majoritariamente por ativistas católicos e sindicalistas (não necessariamente católicos) que a partir dos anos 1960 começaram a promover ações identificadas com a não-violência na região metropolitana de São Paulo, mas que ao longo da ação se integraram a uma rede não-violenta internacional, costurada através dos esforços do Movimento Internacional de Reconciliação(MIR).

Cabe aqui um pequeno aparte para discutir uma questão terminológica. Não é fácil encontrar um termo que identifique tal movimento, pois ao longo do tempo os mesmos ativistas atuaram sob diferentes bandeiras: Queixadas, FNT, Secretariado (Nacional) de Justiça e Não-Violência, SERPAJ, etc. O próprio termo não-violência teve vários sinônimos ao longo da ação: Firmeza Permanente, Violência dos Pacíficos, Pressão Moral Libertadora, Não-Violência Ativa, Não-Violência Evangélica, etc. Essa questão terminológica será contornada com a utilização de termos genéricos como por exemplo “movimento da firmeza permanente” ou “grupo da não-violência”. Voltando à explanação...

A história do Sindicato de Perus é de longa data, porém o período que interessa a este trabalho, isto é, o momento em que começaram a incorporar atitudes em seu repertório que mais tarde favoreceriam a descoberta da não-violência, se iniciou na década de 1950 com a chegada do advogado Mário Carvalho de Jesus(MCJ), ou doutor Mário, forma pela qual ficou conhecido entre os operários.

Devido ao foco desta pesquisa, a história do sindicato prévia a este episódio não será detalhada, pois o fio condutor da narrativa será a trajetória de MCJ desde sua militância na Ação Católica, passando pelo Sindicato de Perus e as ações que a partir daí passou a realizar para difundir a não-violência.

## 3.2 As Matrizes Ideológicas do Movimento

Adilson Gonçalves estudou o caso concreto de Perus para identificar um projeto político gestado na dinâmica sindical e pensado como alternativa aos impasses da sociedade capitalista(1989, p.2). No decorrer de sua análise o autor delimitou três matrizes de pensamento que contribuíram com o projeto dos Queixadas/FNT ao apontarem soluções para as contradições da sociedade capitalista. São elas:

- a) Princípios oriundos da formação dentro de uma tendência modernizante do cristianismo, até os anos 1960 marcados principalmente pela prática do Padre Lebrete e da Doutrina Social da Igreja como leitura e prática da “Mater et Magistra” e a partir dos anos 1970 pela Teologia da Libertação(GONÇALVES, 1989, p. 352);
- b) Não violência como visão de mundo, concepção do social e estratégia para a práxis(GONÇALVES, 1989, p. 352-353);
- c) Alguns traços do pensamento libertário consubstanciados no anarco-sindicalismo, na solidariedade espontânea e no socialismo autogestionário(GONÇALVES, 1989, p. 353).

O autor nota que tais visões embora aparentem ser excludentes, representavam modalidades de luta e percepções diversificadas que, não sem crises, debatiam entre si e construíam um projeto político socialista autogestionário e não-violento.

## 3.3 Mário Carvalho de Jesus (1919-1995)

Entre as décadas de 1960 e 1980 um dos principais entusiastas da não-violência em São Paulo foi Mário Carvalho de Jesus(MCJ).

Sua trajetória de militância é tão interligada com a história do progressismo católico na América Latina, que em uma primeira leitura a conclusão mais simples é de que a não-violência foi um mero desdobramento das teologias políticas que inspiraram Mário e outros religiosos da época. Embora tal leitura não deva ser completamente descartada, pois de fato a conjuntura do catolicismo brasileiro naquele período foi muito favorável à ações laicas em diversos trabalhos sociais diferentes, ao se olhar mais de perto para a trajetória de MCJ e confrontá-la com a história de outros grupos, é notável que a formação dele se distingue da de seus contemporâneos em alguns aspectos cruciais.

Entre os anos de 1943 e 1947 cursou direito no Largo São Francisco e foi militante da Juventude Universitária Católica(JUC). Como pode ser visto no contexto histórico, naquele momento a Ação Católica Brasileira(ACB), movimento que incluía a JUC, estava imbuída da missão de formar leigos afinados com a Doutrina Social da Igreja(DSI) e nesse processo foi se aproximando de posições mais progressistas dentro da teologia católica.

Em seu relato sobre os antecedentes da não-violência no Brasil, o advogado declara que os militantes da JUC, após formados, continuaram em contato com os militantes da Juventude Operária Católica(JOC) e que todo o grupo e mais alguns padres da ACB foram influenciados pelo Movimento Economia e Humanismo do Padre Lebret.(FRAGOSO et al., 1977, p.92)

É bem provável que este encontro com o pensamento de Lebret tenha ocorrido em uma série de palestras que o próprio padre realizou na USP em 1947(BOSI, 2012), (ANGELO, 2010).

O coordenador da JUC à época, o canadense Pe. Corbeil, indicou o jovem formando Mário e mais dois colegas seus para realizarem um estágio de oito meses junto à organização Economia e Humanismo na França (JESUS, 1973, p. 925-926).

Élcio Siqueira, o historiador queixada, explica em sua tese de doutorado que em 1947 houve uma inflexão entre os militantes da JUC do Largo São Francisco, enquanto estes três seguiram para a França para se aprofundarem em um trabalho sindical, outros militantes, incluindo Franco Montoro, estavam entusiasmados com a democracia cristã após regressarem do Encontro da Democracia Latino-Americana em Montevideu e criaram uma frente chamada Vanguarda Democrática, seguindo com uma militância através da política partidária institucional, chegando a ter uma certa projeção política entre as décadas de 1950 e 1960( como será visto mais à frente, ajudaram em vários momentos a luta dos Queixadas)(SIQUEIRA, 2009, p. 15-16).

Percebe-se aqui que um contexto muito estimulante foi berço do ativismo de diversos leigos, porém, as diferenciações ocorridas no seio do grupo também são significativas ao indicarem que os interesses individuais foram fundamentais para o caminho de ativismo que cada um seguiu. Em outras palavras, o aprendizado da visão política de cada um foi se desenhando a partir das experiências individuais, na articulação entre as condições objetivas e a intencionalidade do sujeito. Havia um ambiente propício no qual circulavam ideias como a da Democracia Cristã e a da Economia e Humanismo e havia o interesse particular de cada indivíduo de se apropriar de uma ou outra ideia.

O trio que seguiu para a França trabalhou tanto na parte administrativa quanto no chão de fábrica na Comunidade de Trabalho de Boimandau, uma fábrica de caixa de relógios autogerida, onde o grupo teve oportunidade de conhecer um engajamento social baseado no evangelho, se aprofundar nos aspectos teóricos do Movimento Economia e Humanismo e ainda conhecer a realidade de um país com sindicatos ativos e independentes do Estado. Siqueira destaca que não havia muita diferença entre as propostas políticas da Doutrina Social e da Democracia Cristã, porém aquela oportunidade do jovem Mário de vê-las postas em prática foi fundamental para sua formação.(SIQUEIRA, 2009, p.15-16 ; p. 40-42)(FRAGOSO et al., 1977, p. 41)

Tal experiência se tornou seminal, levando as ideias do padre francês a serem a

principal referência para o trabalho que ele iniciou em Perus.

### 3.4 O pensamento de Padre Lebret

Há dois textos que exploram este tema e que foram usados como referência nesta monografia. O primeiro deles, um pequeno artigo escrito por Alfredo Bosi, descreve o conceito de Economia e Humanismo, além de trazer uma breve biografia do Padre Lebret. Bosi explica que esta foi uma das ideias mais promissoras que conheceu em sua juventude e que foi uma das matrizes de passagem de um tímido catolicismo de centro para um vigoroso cristianismo de esquerda no Brasil (BOSI, 2012, p. 249-250). Alfredo Bosi comenta que:

O fato de a Província Dominicana de São Paulo estar vinculada aos dominicanos franceses conta entre aquelas circunstâncias felizes que mudam o rumo de uma instituição. A França dos anos 1930 aos 1950 foi um viveiro de intelectuais cristãos que se posicionaram contra as tendências de direita que rondavam o clero europeu e latino-americano. Em face da ocupação nazista, esses intelectuais elaboraram um pensamento político não só antifascista (como é o caso do grupo da revista *Esprit* fundada por Emmanuel Mounier e da militância democrática de Jacques Maritain), mas abertamente anticapitalista e anti-imperialista, de que é exemplo Economia e Humanismo criado pelo Pe. Lebret no começo dos anos 1940 (BOSI, 2012, p. 250).

Lebret é descrito como um homem fortemente inclinado para a ação, com uma teoria desenhada ao longo de sua práxis, chegando a ser comparado à uma “usina” por sua capacidade de ação extraordinária. O termo ponte também é utilizado para denotar a capacidade de traçar ligações entre posições distantes como o marxismo e a Doutrina Social da Igreja (BOSI, 2012, p. 250).

Em sua análise Bosi traça ainda a trajetória de Lebret e descreve como seu contato com injustiças motivou-o a desenvolver pesquisas teóricas que embasariam suas ações futuras. Ele radicalizou sua visão comunitária depois das más experiências durante a República de Vichy (governo fantoche dos nazistas na França ocupada durante a Segunda Guerra Mundial) que deturpou a noção de comunidade em prol de um corporativismo estatista. Após este episódio encontrou no marxismo um modelo de análise estrutural que estudou em profundidade, tirando proveito dos conceitos de acumulação de capital e mais-valia, sem contudo adotar a proposta marxista de luta de classes. Com efeito, suas experiências com federações de pescadores não usavam um viés classista e abarcavam tanto pescadores, quanto pequenos proprietários de barcos, comerciantes menores, etc. A visão lebreteana tinha também uma afinidade com o anarquismo de Kropotkin, além também de haver uma inspiração tomista, de onde tira os conceitos de justo preço (corrigindo as teorias mercantis do lucro pelo lucro) e bem comum (que se antepõe a um uso associal do direito de propriedade). Lebret propõe a partir desta base uma classificação das necessidades básicas pessoais e coletivas que se não forem satisfeitas geram infelicidade. Suas ideias eram avessas

tanto ao consumismo pregado pelo jogo de mercado, quanto a um planejamento férreo do Estado. Desta maneira ele apresentava uma terceira via, um conceito pregado também pelos líderes europeus da democracia cristã e que mais tarde circularia pelos discursos da democracia cristã da América Latina, marcadamente na proposta de Eduardo Frey, no Chile. Devido à amizade com o Papa Paulo VI e também com Dom Hélder Câmara, Lebrete teve uma participação de destaque no Concílio do Vaticano II e foi convidado para escrever a encíclica *Populorum Progressio*, contudo morreu antes de concluir a tarefa. (BOSI, 2012, p. 251-265)

O segundo texto é a tese de doutorado em arquitetura e urbanismo de Michelly Ramos de Angelo, no qual a autora busca entender o aporte de Lebrete para o planejamento urbano no Brasil. De Angelo traça a trajetória de Lebrete descrevendo as matrizes que fundamentaram seu pensamento, a rede de contatos que constituiu em suas visitas ao Brasil e o contexto que o trouxe para a América Latina.

Segundo a pesquisa desta autora o responsável por trazer Lebrete ao Brasil em 1947 foi frei Romeu Dale, secretário da JUC à época. Ele havia conhecido Lebrete enquanto estudava na França no ano de 1941 e em 1946 convidou-o para ministrar um curso na Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo. Dale foi estudar na França pois os dominicanos de São Paulo eram vinculados à província dominicana de Tolouse e havia uma preocupação da hierarquia católica em realizar missões de reevangelização no continente como uma maneira de firmar a fé católica que estava ameaçada diante do crescimento de religiões protestantes e do processo de intensa industrialização e urbanização que expunham as pessoas a situações degradantes. Esta reevangelização foi preparada atendendo a dois pontos: a busca da justiça social e o acompanhamento da evolução social e cultural do continente. Neste ínterim, jovens padres latino-americanos foram enviados para estudar ciências sociais na Europa e nos EUA, para que quando voltassem pudessem atuar com a temática da justiça social e com os movimentos de juventude (ANGELO, 2010, p. 61-68).

Os dois textos enquadram o trabalho de Lebrete de maneira diferente, porém complementares. O pequeno artigo de Bosi analisa como a personalidade de Lebrete e o poder de suas teorias foram fundamentais para a grande difusão de suas ideias, enquanto de Angelo identifica seus referenciais teóricos, suas redes de contatos, as oportunidades que ele teria no Brasil, bem como quais seriam os interesses envolvidos em trazer suas ideias para a América Latina. Trocando em miúdos, uma fala dá mais destaque às características individuais do pensador, enquanto a outra dá mais peso ao contexto que o envolveu, porém quando colocadas lado a lado exibem um cenário que reforça a hipótese colocada acima de que o estudo do aprendizado político deve mirar tanto a trajetória individual quanto o contexto em que ela ocorreu.

Porém, ambos os textos ao falarem dos dominicanos ou da Ação Católica, evidenciam que a entrada das ideias de Lebrete no Brasil foi facilitada por um conjunto de religiosos

progressistas.

Como visto no histórico do catolicismo, nos anos 1940 o que preponderava na Igreja brasileira era uma visão modernizante conservadora, por conta disso havia uma maior abertura em relação aos leigos, porém, havia uma visão conservadora sobre o preceito hierárquico que organizava estes movimentos leigos sob o comando da hierarquia. Essa abertura no entanto colocou em posição de liderança jovens clérigos formados por setores mais progressistas da Igreja e eles estimularam o laicato a ter mais protagonismo. Clérigos como Romeu Dale, padre Corbeil ou até mesmo Hélder Câmara (coordenador nacional da Ação Católica a partir de 1947) prepararam o terreno, principalmente entre as juventudes católicas, para que houvesse um engajamento em questões relacionadas à justiça social, o que despertou o interesse por ideias como a do padre Lebret.

Aqui é possível refinar um pouco mais a hipótese formulada acima. O contexto favorável para o aprendizado não ocorreu espontaneamente, havia ali a intencionalidade de mestres zelosos. Há ainda um elemento de conflito entre duas místicas, uma tradicional, defensora de uma ordem hierarquizada e outra mais progressista, preocupada com a justiça social. Então, aqueles mestres não eram simplesmente indivíduos isolados, mas estavam inscritos em uma coletividade preocupada com uma forma específica de renovação da Igreja. Portanto, pode-se inferir que o aprendizado de uma nova postura política dependeu tanto dos interesses subjetivos, como também da “iniciação” dos sujeitos em uma coletividade que facilitava (ou mediava) o contato com ideias de cunho progressista, com o intuito de melhorarem a própria ação do grupo frente à injustiças existentes no contexto social.

### 3.5 Volta ao Brasil e Chegada à Perus

Em 1949, já de volta ao Brasil, o jovem advogado casou-se e iniciou suas atividades como advogado. Em 1950 ajudou um frei dominicano a fundar a Cooperativa de Móveis UNILABOR no Alto do Ipiranga, uma experiência inspirada em Boimondau, e atuou no sindicato dos metalúrgicos, de onde se desligou por ficar desiludido com as disputas entre os dirigentes, mas que teve sua importância, pois foi lá que conheceu João Breno Pinto, na época um metalúrgico demitido, mas que logo em seguida conseguiria emprego na Companhia de Cimento, se aproximaria da liderança sindical e indicaria o jovem advogado para trabalhar no sindicato em fins de 1954. O advogado estava há mais de um ano longe da atividade sindical e ainda estava um pouco desiludido, chegou a vacilar, porém aceitou o convite quando o presidente do sindicato comentou que também vinha de um ativismo católico (SIQUEIRA, 2009, p.154-155).

Quando MCJ chegou à Cia. Brasileira de Cimento Portland de Perus encontrou o sindicato desacreditado e os operários amedrontados. Ao longo de três anos conquistou a confiança dos trabalhadores passo a passo. O sucesso no atendimento das reclamações

trabalhistas aliadas à uma preocupação com a formação dos operários foram os elementos-chaves de seu trabalho, pois após cada audiência na Justiça do Trabalho eram realizadas reuniões para avaliar o acontecido e assim as vitórias serviam para ilustrar que os operários não precisavam ter medo de ir à justiça quando falavam a verdade e que este tipo de ação fortalecia tanto o sindicato quanto a união dos trabalhadores (FRAGOSO et al., 1977, p.41). Aqui já se vislumbra o etapismo que Gonçalves (1989, p.238) identificou no projeto político do movimento. Os pequenos avanços possibilitados pela solução de necessidades imediatas eram valorizados e colocados como testemunho da possibilidade de se alcançar as metas maiores.

Um exemplo deste avanço gradual fica visível no episódio ocorrido em 1957 quando o Grupo Abdalla (*holding* proprietário da Fábrica de Perus), ao perceber que o sindicato estava se fortalecendo, tentou transferir de forma irregular algumas das lideranças sindicais para um trabalho inferior no litoral. O sindicato orientou os funcionários que ir à justiça quando estivessem em dúvida, porém, diante daquela certeza, caso eles se unissem poderiam conseguir o que lhes assegurava a lei. Assim os trabalhadores se juntaram para questionar tal procedimento, enviaram alguém ao litoral para recolher provas das irregularidades e com tal pressão a empresa voltou atrás (FRAGOSO et al., 1977, p.42).

Este episódio marcou o nascimento de uma das atitudes mais importantes dos Queixadas: a da união na hora da luta. Isto foi o coroamento de um trabalho “educativo” paciente e consciente. A cúpula era responsável pelas estratégias, porém tinha uma preocupação de envolver as bases nas discussões, explicando o sentido do que era realizado. Desta maneira o sindicato foi se legitimando perante os operários como um âmbito ao qual eles poderiam recorrer para a resolução de seus problemas trabalhistas e a partir disso muitos destes operários começaram a respaldar e participar destas ações.

### 3.6 As greves da Década de 1950

Uma divergência com a Federação da categoria levou o Sindicato de Perus a uma negociação individual do dissídio de 1958. Estava tudo certo para Perus pleitear os mesmos 30% de aumento que a categoria já havia obtido quando a imprensa noticiou que devido às negociações salariais o preço do cimento teria uma alta significativa. O sindicato “auditou” independentemente estes valores e percebeu um reajuste nos preços 700% maior do que o montante que os empresários desembolsariam com o dissídio e diante disso decidiram pedir 40% de aumento. Como o Grupo Abdalla não aceitou e tampouco a Justiça Trabalhista se sentia legitimada para discutir a auditoria apresentada, o sindicato usou a tática de aceitar os 30% oferecidos desde que a empresa incrementasse os preços do cimento em apenas 1/7 do que já havia anunciado o que levou a um impasse. Havia ainda o agravante da demissão de um funcionário que abertamente declarou que não votaria em J.J. Abdalla, o dono da empresa, na eleição para deputado federal (FRAGOSO et al., 1977, p.43-44).



Essa campanha uniu os funcionários em uma greve e ao final conseguiram a reintegração do funcionário demitido, os 40% de aumento e o recebimento dos dias parados (FRAGOSO et al., 1977, p.47-48). Tamanha união cunhou o apelido do grupo:

“Queixada” foi a denominação que demos, entre os operários de “Perus” , ao método da não-violência, já em 1958, quando da primeira greve de 46 dias. Como se sabe, o porco-do-mato, queixada, quando se sente ameaçado, em perigo, junta-se em bando, bate o queixo (daí a denominação queixada) que tem de bater em retirada ou subir numa árvore. Queixada é o símbolo da união, da firmeza-permanente[...] (FRAGOSO et al., 1977, p.94)

A disposição dos operários de abrir mão de um aumento maior pelo bem comum também chamou a atenção, tendo repercussão favorável junto à opinião pública e foi outra das estratégias utilizada várias vezes pelo grupo nos anos seguintes. Sem diminuir a importância do engajamento dos funcionários é necessário frisar que parte desta visibilidade foi favorecida pelas articulações de Mário Carvalho de Jesus com políticos de militância católica, possibilitando que até mesmo Jânio Quadros, governador à época, se declarasse favorável aos grevistas (FRAGOSO et al., 1977, p.46-47).

Em 1959 outra situação solicitou a união dos Queixadas, naquela época o funcionário que trabalhasse dez anos se tornava estável, para evitar isso a empresa resolveu demitir oitenta funcionários com nove anos de casa, porém não quis pagar as indenizações, mandando-os procurarem a justiça. Devido ao trabalho que vinha sendo realizado pelo sindicato, uma assembleia exigiu o pagamento caso contrário depois de 48h entrariam em greve. A empresa se recusou a pagar e levou funcionários de outras empresas para furarem a parede<sup>1</sup>, porém por inexperiência eles não conseguiram colocar a empresa em funcionamento e a empresa cedeu, contudo os Queixadas não quiseram mais o pagamento e exigiram a reintegração dos funcionários, o que foi atendido pela empresa e ainda conseguiram um acordo coletivo no qual toda a demissão precisa ser feita com acompanhamento do sindicato (FRAGOSO et al., 1977, p.49-51).

Pois bem, alguns dos pontos nevrálgicos que tornariam a atuação dos Queixadas singulares frente às outras vertentes sindicais do período já estavam presentes:

- a) Primeiramente, havia a preocupação em realizar uma greve pacífica conclamando os operários a manterem a “cabeça fria” e não cederem às provocações do patrão ou da polícia. A greve era um último recurso, seu grande valor estava em paralisar a produção e pressionar economicamente os patrões para que estes se tornassem mais receptivos às demandas dos operários durante as negociações na justiça. A possibilidade de vencer o patrão nos tribunais era mais importante do que acabar com a greve de uma maneira violenta. Desta maneira, após cada recurso

<sup>1</sup> Prática de greve que consistia em fechar os portões da empresa não deixando ninguém passar.



judicial vitorioso crescia a confiança no método de se manter “permanentemente firme” em suas exigências e se valer sempre da verdade;

- b) A importância dada à formação sindical e à explicação sobre cada passo dado, aproximando os operários e até mesmo suas famílias das lutas e das decisões. Durante a greve de 1958, por exemplo, a condução pacífica das ações possibilitou o envolvimento das esposas e até filhos pequenos nas atividades de greve. Os esforços para formação realizados nos anos anteriores tiveram frutos e os funcionários entenderam mais facilmente que se a greve fosse acompanhada de violência, ou de outra ação não considerada legítima, o grande trunfo da greve, a verdade, perderia sua força. Desta maneira, os operários percebiam que o respeito à propriedade e à autoridade do patrão e do Estado, longe de serem atitudes submissas, faziam parte de uma estratégia de luta;
- c) A relação com o Estado também era estratégica. Reconheciam o poder do Estado ao acionarem a Justiça do Trabalho para arbitrar os conflitos e com isso acalmavam o ânimo da oficialidade. Porém, em alguns momentos apontavam as contradições e as limitações da justiça ao que juntavam alguma solução afinada com os valores que Mário Carvalho de Jesus havia trazido para o sindicato. Nesta greve de 1958, por exemplo, apontaram que o aumento abusivo nos preços ia contra o bem comum, assunto que não interessou ao Tribunal, visto que não era de sua alçada, mas foi suficiente para criar um impasse, garantir que o judiciário entendesse a paralisação como razoável e julgasse pela sua legalidade;
- d) Colocar a greve na agenda política através das articulações com membros da democracia cristã que tinham alguma projeção política no município e no estado de São Paulo;
- e) Apelar para a opinião pública, realizando atos para expor à população suas demandas, mas também princípios como os da honestidade, do “bem comum” e da resistência pacífica e com isso angariarem a simpatia de outros setores da sociedade.

### 3.7 Se Levanta o Poder Operário

Élcio Siqueira em seus estudos encontrou indicativos de que em inícios dos anos 1960 havia uma dualidade de poder dentro da companhia. Desde o início da década de 1950, quando o Grupo Abdalla assumiu o controle de Companhia de Perus, foi promovida uma ampliação da capacidade dos fornos em 60% sem quaisquer melhorias na infraestrutura, o que levou o maquinário a grandes desgastes. Tal fato foi provavelmente o pivô de um enfraquecimento da hierarquia de comando. Os operários diante deste estilo de gestão passaram a tomar para si discussões de competência técnica e sobre medidas em prol da

empresa. A situação ganhou mais contraste após uma curta paralisação em 1959 quando José João Abdalla (J. J. Abdalla) tentou colocar a fábrica em funcionamento com operários trazidos de fora e fracassou. No início dos anos 1960 os operários questionavam a gestão da empresa implementando medidas técnicas alternativas, instaurando assim uma espécie de poder operário (SIQUEIRA, 2001, p.3)(SIQUEIRA, 2009, p.255-258).

Estas vitórias fortaleceram o sindicato e no começo dos anos 1960 cerca de 99% dos funcionários da Companhia de Perus eram sindicalizados, as assembleias estavam sempre cheias e os Queixadas eram inclusive requisitados a ajudar em greves de outras regiões, até mesmo de outras categorias, o que justificou a criação da FNT, como será visto mais adiante (FRAGOSO et al., 1977, p.56-57).

O Município de Cajamar, onde morava boa parte dos Queixadas se emancipou e as eleições municipais tiveram uma grande vitória de operários ligados ao sindicato, elegendo prefeito, o vice-prefeito(o próprio doutor Mário), além de cinco dos nove vereadores. Os operários também conseguiram vencer o plebiscito para que Perus não se emancipasse, pois isso foi visto como uma estratégia para deixar a planta da fábrica apenas em cidades do interior, o que poderia ter consequências nas negociações salariais. Até mesmo a contratação de pessoal passava pelo aval dos operários.

### 3.8 Frente Nacional do Trabalho (FNT)

A FNT é apontada por Mário Carvalho de Jesus(MCJ) como uma das raízes da não-violência do Brasil na faixa sindical, de fato ela era uma espécie de guarda-chuva para as ações sindicais de um coletivo que tinha iniciado suas ações pela ACB. No resumo biográfico de MCJ foi dito que nos anos 1940 houve uma convergência entre membros da JOC e da JUC. Nesta ocasião os jovens advogados iniciaram uma assistência jurídica aos trabalhadores e constataram que havia duas maneiras de encarar este trabalho: a) resolver unicamente a questão jurídica; b) usar o problema jurídico para conscientizar acerca da dignidade do homem e das estruturas que os oprimiam.(FRAGOSO et al., 1977, p.92)

Em Perus este trabalho de conscientização foi o que deu base para que os operários se envolvessem nas ações sindicais e conforme os Queixadas ganharam visibilidade, tanto o advogado quanto seu coletivo passassem a ser requisitados em outras lutas trabalhistas.

De 1955 à 1960 o grupo responsável pela fundação da frente participou de vários movimentos coletivos, entre os quais, as greves da Rhodia e na Tecelagem Santo André; na Perus, em 1958; na Usina Miranda em 1959. [...] Depois da fundação da Frente em maio de 1960, a nossa ação se estendeu para outras fábricas (FRAGOSO et al., 1977, p.92).

Este trabalho teve um apoio decisivo de pessoas mais progressistas dentro da hierarquia católica. Um exemplo foi D. Jorge Marcos, o bispo operário de Santo André,

um dos fundadores da FNT, porém, apesar dessa afinidade com o catolicismo, a FNT seguiu como um movimento autônomo institucional, organizativa e programaticamente, com um princípio de que a hierarquia não comandava a atuação dos leigos. Entre as suas atividades, a FNT prestava serviços educacionais e jurídicos para associados de municípios e categorias profissionais diferentes, garantindo através da formação um certo grau de unidade entre os associados (MANFREDI, 1986, p.67-68).

Assim, quando de sua fundação, a FNT organiza-se como uma entidade parassindical, plasmada por uma perspectiva de sindicalismo cristão, que procurava nuclear, orientar e capacitar trabalhadores para atuarem organizadamente, não só nos sindicatos, mas principalmente ao nível do próprio movimento operário-sindical (MANFREDI, 1986, p.68).

A pesquisadora Silvia Manfredi postula que houveram duas necessidades que levaram à estruturação da FNT. Primeiramente dar organicidade e continuidade aos movimentos nascidos a partir de lutas específicas e que extrapolavam os limites impostos pela organização sindical oficial e em segundo lugar marcar presença dentro do movimento operário-sindical com uma linha político-ideológica baseada numa concepção humanista e cristã (MANFREDI, 1986, p.68).

Neste primeiro instante o projeto político da FNT estava embasado na Doutrina Social da Igreja e também no Movimento Economia e Humanismo, do padre Lebret. Os livros de Lebret eram os manuais dos jovens ativistas e por tal motivo a FNT buscava uma alternativa à perspectiva de luta por categorias dos demais sindicatos, contando com uma base muito diversificada, além de tentar envolver até mesmo os familiares dos operários nas ações. A unidade base da ação era a Comissão de Fábrica e através dela os trabalhadores se colocariam para resolver seus problemas específicos, mas também esbarrariam nas contradições estruturais de suas sociedades e com ajuda das lideranças da frente passariam por um processo de formação e conscientização. Desta maneira haveria uma crescente capacidade de lançar ações para denunciar e tensionar as contradições sociais, além de experimentar novos modelos. Um trabalho paciente com a intenção de reformar o capitalismo por etapas.

Ao se compreender a articulação entre Queixadas e FNT, verifica-se a importância dos Queixadas, como um trabalho de base focado em uma luta específica, e da FNT como um grupo de apoio com recursos formativos, jurídicos e de comunicação, capazes de ajudar as lideranças em suas lutas específicas, bem como ser um canal para que os operários compartilhassem suas experiências com trabalhadores de outros grupos de base.

### 3.9 A Greve de 1962 e a Demissão Coletiva

Em maio de 1962 os Queixadas aderiram à uma negociação coletiva com o Grupo Abdalla após serem procurados pelos sindicatos de outras três empresas do mesmo grupo

e terem garantias de que todos negociariam juntos. A greve começou quase que causada pelo próprio J.J. Abdalla que em 14 de maio, prazo final da negociação, mandou a polícia ocupar a fábrica (FRAGOSO et al., 1977, p.57-58).

Os operários estavam confiantes de que a união com as outras categorias faria desta uma greve breve, porém com cerca de um mês de paralisação o empresário conseguiu desunir o grupo, atendendo as demandas dos outros sindicatos em uma reunião secreta com uma clara intenção de mostrar aos Queixadas sua autoridade. E após isso declarou que a greve dos Queixadas não tinha mais porquê, pois sua razão era solidariedade às outras categorias que já haviam voltado ao trabalho. Como havia menos de um ano que eles tinham assinado um acordo salarial a justiça trabalhista por 4 votos a 3 se recusou avaliar se os atrasos no salário e quebra de acordos coletivos dos anos anteriores eram motivos que justificassem a greve dos Queixadas o que gerou uma situação ambígua, pois apenas um dos juízes se manifestou pela volta ao trabalho, desta maneira a greve tampouco era ilegal (FRAGOSO et al., 1977, p.59-60).

Abdalla iniciou uma forte campanha junto à opinião pública para desmoralizar os grevistas, contando com o apoio da deputada estadual Conceição da Costa Neves, que se lançou em uma cruzada contra o comunismo e a “malandragem corrupta” dos líderes Queixadas. Aproveitando-se do desgaste produzido pela longa duração da paralisação utilizou estratégias para recrutar operários, deixando claro que os que eram ativos no sindicato não poderiam voltar. E então após cerca de cem dias de greve mais de uma centena de funcionários se dispôs a voltar ao trabalho, a eles se juntariam funcionários remanejados de outras empresas e outros tantos que foram contratados uma semana antes. Alguns destes funcionários assinaram ainda uma carta escrita pelos advogados da empresa pedindo a intervenção no sindicato, acusando as lideranças de várias faltas, entre elas corrupção, desvio de verbas e de manterem a greve contra a vontade dos empregados (FRAGOSO et al., 1977, p.61-63).

Ao final J. J. Abdalla dispensou cerca de 1200 funcionários, incluindo 501 estáveis, que pela lei não poderiam ser dispensados sem os devidos trâmites legais. Fez acompanhar todas estas movimentações de matérias pagas em jornais de grande circulação, notícias em rádios e TV, onde o sindicato era acusado de impedir que os funcionários voltassem ao trabalho e passou a dificultar a organização dos Queixadas de diversas maneiras (FRAGOSO et al., 1977, p.63). A situação se deteriorou ainda mais e os comerciantes da região pararam de vender aos grevistas pois com a maioria dos seus clientes sem condições de pagar o que deviam, eles estavam quebrando (SIQUEIRA, 2009, p.267-272).

Assim a greve de 1962 se tornou um grande desastre para os operários, impactando também na comunidade em sua volta e J.J.Abdalla conseguiu habilmente se livrar de uma “pedra em seu sapato”.

A bordada do caçador foi forte e deixou os Queixadas desnorteados, MCJ em seu

relato “Vinte e dois anos de luta sindical na Perus” confessa: “quase fomos esmagados. Muitas privações, vexames e lágrimas correram. Dois operários suicidaram-se” (FRAGOSO et al., 1977, p.63).

Neste mesmo relato o advogado comenta de um operário se ofereceu para matar Abdalla e assim “encerrar a greve”, pensamento que circulava também pela cabeça de outros operários. A proposta foi levada para a assembleia e realizou-se uma fala para acalmar o ânimo de todos passando a mensagem de que caso os operários comessem a usar as armas dos próprios agressores (um argumento gandhiano), seriam facilmente esmagados e a greve terminaria com uma completa derrota, porém embora as leis fossem muito fracas para alcançarem os poderosos, ainda assim havia a possibilidade de vencer a greve nos tribunais, mas, para isso os operários precisavam manter a cabeça fria (FRAGOSO et al., 1977, p.66-67). Verifica-se que neste discurso já existia um esboço de estratégia não-violenta. Ao se deparar com uma situação de conflito tão intensa os sindicalistas passaram a buscar estratégias não-violentas para conseguirem sustentar a ação do movimento.

Além das mobilizações para arrecadar fundos para a greve, havia também a luta na justiça ocorrendo em paralelo com os operários realizando protestos para apoiá-la, porém a estratégia de luta mais significativa foi o lançamento de uma grande campanha com adesão de juristas, políticos e universitários, pedindo o encampação de Perus com base nas disposições da constituição de 1946 sobre a desapropriação para fazer valer a função social da propriedade. A proposta era entregar a empresa a uma cooperativa de operários que se comprometeria a vender cimento com um preço justo, abaixo do praticado pelas empresas da época. O governador em exercício, o desembargador Sylos Cintra, chegou a declarar que a desapropriação seria realizada, precisando apenas que alguns estudos protocolares fossem realizados antes, porém posteriormente quando Carvalho Pinto voltou ao seu cargo, ele alegou razões técnicas para não poder continuar com o plano. Élcio Siqueira procurou pelos alegados laudos técnicos e nada encontrou, por isso aventa que tal decisão tenha sido principalmente política e provavelmente motivada pela campanha desencadeada para rotular os Queixadas de comunistas em um momento em que havia uma grande onda anticomunista no país, ajudá-los neste contexto poderia trazer incômodos políticos dispensáveis a um governador em fim de mandato, com um ministério lhe esperando em Brasília (SIQUEIRA, 2009, p.338).

### 3.10 A Greve de Fome e a Nova Tentativa de Negociação

No final de 1962 os empregados já davam como certo que a audiência que se aproximava daria ganho de causa para Abdalla e confirmaria a demissão todos sem qualquer direito, então uma assembleia foi convocada pois alguns trabalhadores queriam ir à forra, invadir a fábrica durante a noite e bater nos pelegos ou até mesmo botar fogo na fábrica, o dia para esta ação já estava até marcado, quando alguém então disse (FRAGOSO

et al., 1977, p.70):

A gente sabe que a violência física pode ser praticada depois de esgotados todos os recursos. Será que já fizemos tudo?[...] Lembrem-se da passagem do Evangelho em que os apóstolos vieram se queixar a Cristo, porque não eram capazes de fazer algumas curas? Cristo respondeu: “Certos tipos de demônio só são expulsos com jejum e oração” (FRAGOSO et al., 1977, p.70).

Estimulado por isso um trabalhador sugeriu uma greve de fome, sugestão que foi acolhida pela maioria. Começaram as mobilizações em frente ao Palácio dos Campos Elíseos, sede do governo do Estado à época, mas por esperanças de que Carvalho Pinto poderia ser um aliado preferiram não criar desgastes com o governo e optaram por realizar o ato em frente à Faculdade de Direito, no Largo São Francisco. A polícia no entanto estava vigilante com os Queixadas e teve uma reação enérgica. Foi preciso acionar a justiça e conseguir um *habeas corpus* para que uma das primeiras greves de fome da história do Brasil tivesse início, e com isso, no início de dezembro o jejum público pode se iniciar, empregados demitidos e suas esposas pacientemente oravam e jejuavam e passaram assim até o começo de janeiro quando, segundo o relato de 1977, a justiça suspendeu o *habeas corpus* (FRAGOSO et al., 1977, p.70-71).

Élcio Siqueira no entanto aponta outra situação. Diante da repercussão da greve de fome, o governador Carvalho Pinto e o Cardeal Motta, arcebispo de São Paulo, lançaram um apelo de conciliação. Diante disso as conversas entre sindicato e o Abdalla ganharam um novo capítulo. O sindicato, tentando se distanciar da pecha de comunista, indicou um líder sindical “amarelo” para negociar com Abdalla. Um dos pontos era que a negociação fosse favorável tanto aos trabalhadores paralisados quanto aos que tinham voltado às suas funções. Além disso, formou-se um comitê para estudar a viabilidade do governo auxiliar com crédito e saberes técnicos a implantação de comunidades de trabalho aos moldes das propostas do padre Lebreton, o que daria meio de sustento para os funcionários demitidos. A situação parecia realmente que avançaria e portanto no momento da suspensão do jejum havia um clima de vitória. No entanto este delegado desconsiderou o Sindicato e tentou realizar um acordo não muito favorável aos grevistas, o que interrompeu as negociações. Já a proposta de Comunidades de Trabalho foi aceita mas nunca executada (SIQUEIRA, 2009, p.338-342).

Assim, só restou aos Queixadas o recurso aos tribunais e os trabalhadores foram aconselhados a procurar novas ocupações até que a situação se resolvesse.

A mobilização a partir daí tomou outras formas. Os piquetes terminaram, os protestos antes constantes, viraram passeatas nos momentos dos julgamentos dos recursos e apenas as assembleias foram mantidas em uma frequência quase semanal pelos próximos sete anos (ANDRÉ; ASSIS, 2013, p.113-115).

Sem tentar negar a validade das mobilizações de 1962 à 1969 terem sido um único e contínuo movimento, Élcio [Siqueira \(2009\)](#) propõe que o fim da Greve de 1962 deve ser entendido como o fim de janeiro de 1963, momento no qual os Queixadas finalizaram a "greve de fome", já que entre os operários existia a ideia de que greve não era um momento de ficar em casa parado, mas sim de contínua mobilização.

Daí em diante, a resistência aos despejos nas vilas operárias da Companhia e o enfrentamento de cortes de água e de luz determinados por J. J. Abdalla tornaram-se as formas de luta predominantes. Ações coletivas que tiveram o mérito de consubstanciar a continuidade real do movimento iniciado em 1962, cujos ritmos e dinâmicas permitem caracterizar um período distinto dos acontecimentos havidos entre maio de 1962 e janeiro de 1963 ([SIQUEIRA, 2009](#), p.234-235).

### 3.11 A Luta no Pós-1964

No momento do golpe militar em 1964 o clima era de perseguição, o Sindicato de Perus foi o primeiro em São Paulo a ser fechado. As lideranças foram presas e o chefe do departamento pessoal da fábrica de cimento foi colocado como interventor, demitindo MCJ logo em seguida e os processos criminais abertos pela empresa em 1962 foram reativados e Abdalla contratou dois criminalistas para assessorarem o Ministério Público (que depois de reexaminar os processos voltou a arquivá-los).

Na fábrica como os salários eram pagos continuamente em atraso, quando houve nova eleição no sindicato e um presidente do grupo dos pelegos foi eleito, chegaram inclusive a ameaçar uma greve em 1965, mas Abdalla dispensou as lideranças e seguiu atrasando os pagamentos. Diante disso os sindicalistas recontrataram o doutor Mário e começou uma queda de braço. Abdalla passou a atrasar ainda mais os salários, o sindicato passou a denunciá-lo na mídia, ao que o empresário respondeu com um corte de luz, deixando a fábrica parada por algumas semanas e as residências dos operários sem luz ou água, iniciou também um processo de despejo contra os Queixadas que ainda moravam em residências dentro do terreno da empresa. A má repercussão do caso levou-o a voltar atrás e religar a eletricidade e o despejo foi barrado na justiça.

Em paralelo a isso depois do início da ditadura a FNT seguiu com seu trabalho de formiga na estruturação de comissões de fábrica, sendo o único grupo sindical que cresceu apesar da ditadura. Depois de um período de diminuição das atividades em 1964, a FNT passou a ser cada vez mais requisitada por sindicatos para promover capacitações e em 1967 contava com mais de 10 mil sócios ([MANFREDI, 1986](#), p.162). Além das palestras começaram também com uma nova proposta educativa, com encontros voltados para os próprios militantes refletirem sobre a ação.

Uma explicação para este crescimento é o fato de serem uma corrente sindical alternativa de orientação católica e que apesar de uma prática arrojada mantinham um discurso com aspectos conservadores. Como Gonçalves indica, em seu primórdio o grupo



adotava uma postura não socialista, conseguindo assim um leque de apoiadores heterodoxo que abarcava inclusive a hierarquia católica, após o golpe este discurso ainda persistia, inclusive Gonçalves trás uma correspondência com o jornal Estado de São Paulo na qual MCJ demonstra concordância com o afastamento do perigo comunista e alerta para o crescimento dos sindicatos amarelos(GONÇALVES, 1989, p.128-130). Talvez naquele momento o conservadorismo do grupo tenha sido hiperbolizado como uma estratégia para se livrar das perseguições, mas ainda sim há elementos que demonstram uma visão bem crítica em relação aos sindicatos de orientação marxista.

Quando houve um novo atraso nos pagamentos em 1967 a FNT realizou um trabalho paciente junto ao Sindicato de Perus para conseguir realizar uma greve dentro dos novos parâmetros definidos pela lei de greve (ou antigreve) promulgada em 1964, sendo a primeira greve julgada legal desde o golpe militar. Com isso os “pelegos” conquistaram uma multa de 3,3% para cada dia de atraso (FRAGOSO et al., 1977, p.75).

Nos tribunais o processo foi dividido, os não estáveis perderam a causa. E em 1968 os estáveis( e alguns não estáveis retardatários cujo processo não tinha dado tempo de tramitar com os demais) ganharam a causa e tiveram o direito à indenização pelos dias parados de greve e a voltarem ao trabalho se assim quisessem (FRAGOSO et al., 1977, p.76-77).

A FNT ainda esteve envolvida em outro importante episódio sindical, organizou a comissão de fábrica na COBRASMA que preparou o terreno para que em 1967 a chapa de oposição da qual fazia parte ganhasse a eleição sindical. Tal grupo ampliou a experiência de comissões de fábrica para outras indústrias metalúrgicas da região e esteve junto em 1968 na greve da COBRASMA (ROVAI, 2012, p.33-39), que apesar de ter durado apenas um dia e ter tido um final truculento, foi a greve mais significativa do período e uma das últimas antes do AI-5. Aqui fica marcado mais uma vez os choques entre a visão sindical da FNT e de outros grupos (ROVAI, 2012, p.79). O grupo de esquerda de Osasco que foi protagonista da greve estava contagiado por uma onda de otimismo do período de que mobilizações populares crescentes poderiam abreviar a ditadura. A FNT no entanto estava mais preocupada com a estratégia de preparar pacientemente a greve, de modo a não dar motivos para o movimento ser reprimido. Quando a FNT se colocou contra a greve foi voto vencido, mas ainda sim se manteve solidária ao movimento e prestou assessoria jurídica e prática.



## 4 Descoberta e Consolidação da Não-Violência

Este capítulo segue o grupo estudado em sua trajetória como um movimento não-violento, recortando um período que vai de 1962 até 1986, respectivamente o ano do início da greve que levou à demissão de mais de mil trabalhadores e o ano da última grande mobilização dos Queixadas.

Como o foco da pesquisa está posto em entender como se deu o aprendizado do princípio da não-violência ativa(NVA), foi necessário adotar uma estratégia para identificar as situações mais significativas no discurso e na ação do grupo.

Para isso as transformações da ação e do discurso do grupo foram confrontadas com as mudanças ocorridas no cenário e como reagiram a tais mudanças outros grupos que compartilhavam um mesmo nicho, por exemplo, em 1965, após o golpe militar, houve um crescimento da FNT, o braço sindical do movimento, enquanto os outros sindicatos decresceram.

Por abranger um tempo relativamente longo a história do grupo foi seccionada em cinco etapas, cada corte foi realizado em um momento que houve uma inflexão na conduta do grupo:

A “zerésima” etapa foi a condição inicial do grupo detalhada no capítulo anterior na qual ainda não havia um discurso não-violento, embora houvesse uma prática que pudesse ser reconhecida como tal. Esta etapa não constará desta análise, porém é de extrema importância, visto que dá elementos para o entendimento do pensamento do grupo.

Na primeira etapa o projeto inicial do grupo entra em crise. Até então acreditava-se que organizações de base comunitária seriam capazes de ampliar as interpretações sobre as leis, transformando a sociedade pouco a pouco, porém, após uma série de reveses( demissão dos Queixadas após a Greve de 1962, o golpe de 1964 e o AI-5 em 1968), houve uma constatação de que a esta estratégia não era suficiente quando o adversário tinha força suficiente para quebrar as regras, ou até mesmo mudá-las.

Na segunda etapa a diminuição das atividades causadas pelo AI-5 leva a uma reflexão sobre os princípios do grupo. Nesta fase é consolidada a opção pela não-violência, que estava sendo experimentada desde o fim da etapa anterior.

Na terceira etapa a Igreja Católica de São Paulo adere às novas orientações do Vaticano sobre justiça, além de integrar a Teologia da Libertação e assim passa ter grande protagonismo na resistência à ditadura, e o movimento experimenta um período de grande atividade, colaborando com a hierarquia em ações em prol dos direitos humanos e da

justiça.

Na quarta etapa as pressões pela abertura política tomam corpo, o sindicalismo volta a ter importância e outros atores da sociedade civil passam a ter uma posição de destaque. O movimento ganha visibilidade por causa do prêmio Nobel dado ao coordenador internacional do SERPAJ, rede à qual o grupo é vinculado, e também é neste período que o movimento consolida-se como uma corrente de esquerda autogestionária que lutava por um socialismo brasileiro.

## 4.1 1ª Etapa (1962-1968): O Fim da Era de Ouro

Neste período havia uma diferenciação muito pequena entre a FNT e o Sindicato de Perus. A FNT havia surgido dois anos antes como uma maneira de atender a um fluxo de pedidos de auxílio e orientação sindicais realizados aos sindicalistas queixadas. O grupo era composto por militantes de Perus, religiosos e leigos que haviam iniciado um trabalho na JUC anos antes, além de outros que se somaram às atividades da diocese de Santo André realizadas por Dom Jorge Marcos de Oliveira que nos anos 1950 havia iniciado um trabalho pastoral junto ao crescente setor operário da região do ABC paulista. Havia também membros de outros sindicatos que a FNT foi tomando contato desde sua fundação.

O movimento experimentava seu auge, com greves vitoriosas e uma influência crescente no meio sindical quando em 1962 experimentou seu primeiro grande revés, a greve que colocou os operários em situação de penúria.

### 4.1.1 A Descoberta da Não-Violência

Como visto anteriormente, em 1962 a tensão era grande e o pedido de manter a cabeça fria, portanto, não era um mero exercício de retórica. Como é dito pelo líder do sindicato João Breno Pinto (JBP) em seu depoimento “A descoberta da não-violência na greve da ‘Perus’”, o serviço da fábrica de cimento era bruto e por conta disso os trabalhadores de lá, no fundo, eram agressivos. Diante disso, as lideranças tinham consciência de que alimentar a violência era fácil, porém não ia resultar em nada, visto que as forças de repressão tinham uma violência bem mais organizada. Esse evitamento do confronto físico gerava até revolta entre alguns dos operários que queriam dar o troco nos policiais e nos traidores, mas anos depois em conversas reconheceram que este caminho foi o melhor, embora não entendessem com profundidade a não-violência naquele período (FRAGOSO et al., 1977, p.35).

O relato explica que as lideranças perceberam que não iriam aguentar o tranco de manter os operários de cabeça fria e não entrarem no campo da pancadaria e do quebra-quebra e que estas circunstâncias forçaram as lideranças a buscar a obra de Gandhi, pontua porém que naquele momento a não-violência era encarada de uma maneira tática.

### Um Pequeno Parêntesis...

No texto de JBP é dito:

No meio deste trabalho meramente tático apareceram Hildegard e Jean Goss, em 1967. Andaram por ali, pesquisaram à moda deles e depois fizeram uma reunião conosco, com o grupo de proa, dizendo que nós estávamos fazendo não-violência. Eu pessoalmente fiquei nervoso, não querendo aceitar, porque achava que não-violência era peleguismo e que não era atitude de homem. Aceitava agora, mas depois ia dar o troco aos policiais e traidores (FRAGOSO et al., 1977, p.35).

MCJ, no entanto, ao falar da visita do casal de ativistas no qual eles identificaram a atitude não-violenta entre os Queixadas declara que o ano foi 1962 (FRAGOSO et al., 1977, p.92)!

Será que houveram duas visitas ou há um erro em um dos textos?

Pesquisando sobre as visitas deste casal à América Latina nenhuma hipótese pode ser descartada. A primeira vez que vieram à América Latina foi em 1962, chegaram por volta de fevereiro para uma viagem de quatro meses e é factível que em algum momento tenham passado por São Paulo e conhecido os Queixadas. No momento de maior tensão, no entanto, eles estavam no Vaticano buscando apoio de bispos para inclusão de questões sobre a paz em documentos do Concílio Vaticano II.

Nos anos seguintes estiveram constantemente no Brasil ajudando a organizar uma rede para divulgação da não-violência ativa, articularam uma sede do Movimento Internacional de Reconciliação (MIR ou IFOR em sua sigla em inglês) no Rio de Janeiro e moraram no Brasil entre 1964 e 1965. Em 1967 ajudaram na promoção de um seminário nacional para difusão do assunto do qual JBP e MCJ participaram.

Faltam provas para esta pesquisa sustentar a hipótese de que a contradição entre os textos é fruto de um erro, para contornar isso será considerado que os ativistas já estavam se aproximando do ideia desde a greve de fome em 1962, porém quando algumas das lideranças participaram de um encontro organizado pelo IFOR no Morumbi em 1967 é que houve um aprofundamento do conceito e a assunção da não-violência como princípio fundamental do grupo.

Se esta não fosse uma obra de caráter científico, um bom palpite seria que o erro está na fala de JBP, pois poucas linhas adiante ele declara que em 1963 percebeu que a não-violência não era simples tática e que este era o caminho a seguir.(FRAGOSO et al., 1977, p.35) Ora, se ele já tivesse esta visão desde 1963 não teria razões para ficar nervoso se a conversa sobre a não-violência tivesse ocorrido em 1967.

Porém tal relato está em uma obra de difusão do princípio da firmeza permanente escrito em 1977 e os autores tratam como não-violentas até mesmo ações de épocas nas quais o conceito não era conhecido claramente por eles.

Há alguns caminhos que podem ser utilizados para um esclarecimento futuro sobre tal assunto:

Localizar o diário detalhado das viagens do casal à América Latina que foi compilado em um relatório em 1984 chamado "Antecedentes del Servicio Paz y Justicia en América Latina". Há uma referência a tal diário no site do SERPAJ em espanhol ([SERPAJ, 2013](#)).

E realizar uma busca nos arquivos do DOPS utilizados por Élcio Siqueira em sua pesquisa, pois em 1962 os policiais do DOPS acompanharam de perto a greve de 1962, além disso, Hildegard Goss-Mayr, Adolfo Pérez Esquivel e MCJ foram presos em 1975 em São Paulo e portanto foram fichados nos arquivos do DOPS.

### Fim do Parêntesis e Volta à Descoberta da Não-Violência

Ao continuar com a leitura do relato de JBP, é notável que no ano de 1962 as estratégias pacíficas conviviam com outras um tanto agressivas quando era conveniente.

Élcio Siqueira em suas pesquisas cita relatórios dos investigadores do DOPS com episódios de violência por parte dos grevistas. Hostilidades e até mesmo pedradas contra aqueles que eram considerados traidores, gente que ia para o piquete com machados e foices e até mesmo a tomada do cassete de um policial. ([SIQUEIRA, 2009](#), p.295-296)

O relato de JBP parece indicar que estas violência relatadas tendiam a surgir espontaneamente entre os operários, sendo desestimuladas pelas lideranças, porém, do livro de onde foi retirado seu relato há também uma foto de mulheres fazendo um piquete em maio de 1962 e elas estão com paus nas mãos ([FRAGOSO et al., 1977](#), p.45).

Élcio Siqueira traz uma carta aberta dos pelegos ao governador em exercício na qual entre outras questões tais trabalhadores denunciam o padre Bianchi de armar mulheres e crianças com paus ([SIQUEIRA, 2009](#), p.305).

É provável que mulheres e crianças armadas com paus tivessem uma conotação muito mais simbólica do que um real apelo à violência, porém, ainda sim, tal situação demonstra que neste momento da mobilização um importante aspecto da não-violência gandhiana, a rejeição de qualquer tipo de violência, não era uma preocupação para o grupo.

JBP esclarece que no primeiro momento os líderes da greve já tinham a noção de que os operários precisavam manter a cabeça fria, pois se houvesse violência por parte dos grevistas a greve terminaria mal.

E conforme a tensão foi aumentando se viram forçados a entender as estratégias de Gandhi, porém isso era visto como um meio de ganhar a greve e em outro momento haveria um acerto de contas com os traidores.

No final de 1962, a greve de fome foi inspirada em jejuns públicos realizados por

Gandhi e o objetivo era refrescar a memória da opinião pública sobre os grevistas, visto que a demora do assunto na justiça fazia com que eles fossem sendo esquecidos, mas, a estratégia era que ao invés de realizar um gesto de protesto, realizariam um ato de humildade. Pararam o ativismo com a intenção de mobilizar a opinião pública e assim se mantiveram sentados ou deitados, meditando, conversando com as pessoas que vinham, etc. Ao final deste período o pensamento de JBP acerca da não-violência sofreu uma transformação qualitativa: a não-violência deixou de ser vista como uma simples tática e passou a ser vista como o conteúdo do trabalho que desenvolveria dali por diante (FRAGOSO et al., 1977, p.36).

No decorrer da greve o casal Jean Goss e Hildegard Goss-Mayr conheceu os Queixadas e indicou que aquilo que eles já faziam era uma forma de não-violência. Houve resistência com o termo, não-violência era entendido como fraqueza, como covardia diante da luta, questão que foi resolvida pelo uso da palavra “ativa”. Não-violência ativa dava uma noção mais clara de que o não-violento era também um ativista.

Outro fator que contribuiu pela busca de alternativas não-violentas foi a polarização política do início da década de 1960 e o contexto adverso da ditadura militar. A militância do doutor Mário se originou na Igreja, e ele seguia a cartilha do padre Lebrete, porém, devido ao sentimento crescente de anticomunismo, em diversas ocasiões a atuação do sindicato foi entendida como comunista por setores mais conservadores da Igreja e da sociedade. A perseguição às atividades sindicais a partir de 1964, e mesmo a campanha da mídia em 1962 para associar os Queixadas ao comunismo levou a FNT adotar um discurso que deixasse claro seu caráter pacífico. Em tal cenário de cerceamento de direitos, estratégias de ação não-violentas e de desobediência civil foram ganhando importância redobrada.

Em 1967, já comprometidos com a não-violência, antes do julgamento do processo dos Queixadas estáveis, e diante de uma provável vitória, é impressa uma brochura intitulada o “A Greve de Perus nos Tribunais”, e amplamente divulgada junto as mídias, intelectuais e outros sindicatos. Tal documento narra as artimanhas de Abdalla e a atuação dos Queixadas junto aos tribunais. A FNT utilizava a vitória iminente para divulgar sua alternativa sindical que ao invés de atuar através das cúpulas, partia para a organização das bases, que mobilizadas utilizavam as ferramentas da não-violência para lutarem por suas demandas, demonstrando que com tal estratégia quando o empresário saísse da legalidade os operários eram capazes de vencer nos tribunais.

Tal estratégia também apostava na competência da justiça trabalhista como uma instância capaz de resolver os conflitos mesmo em um ambiente político conturbado. Havia um medo pairando no ar de que as lutas sindicais estivesse indo contra as leis, tentando causar um desestabilização política para acabar com a propriedade privada, etc. Os Queixadas usavam um discurso que tranquiliza as autoridades judiciais, mostravam uma

atitude de grande reverência com as leis, para logo em seguida colocarem uma demanda ou que demonstrava a ilegalidade na ação do patrão, ou que sugeria uma interpretação da lei mais favorável ao funcionário.

Esta estratégia era complementada por uma ampla repercussão de suas ações por todos os meios que fosse capazes de conseguir, ajudando a tranquilizar a opinião pública sobre suas intenções e também a denunciar Abdalla, o que era favorecido pelo fato de Abdalla já ter frequentado às manchetes quando teve seu mandato de deputado federal cassado por corrupção.

#### 4.1.2 Fechamento da Primeira Etapa

O grupo vinha de campanhas de sucesso. Tanto a FNT quanto os Queixadas possuíam uma trajetória impressionante e havia a certeza de que estavam no caminho certo para a construção de uma terceira via com um projeto baseado nos ideais de Pe. Lebet e da Doutrina Social da Igreja (DSI).

Em Perus o sindicato tinha quase tanto poder quanto a chefia e os operários estavam engajados em uma luta pela cogestão como é bem trabalhado na tese de doutorado de Élcio [Siqueira \(2009\)](#).

Quando foi iniciada a Greve de 1962 havia a certeza de que sairiam vitoriosos. Porém, a demissão coletiva realizada por J.J. Abdalla deu uma rasteira geral no movimento. Como Siqueira explica, havia uma contradição estrutural entre o programa político moderado e a ação revolucionária do grupo. Tal moderação levou as lideranças a vacilarem no decorrer do processo e cometerem alguns equívocos que custaram caro ([SIQUEIRA, 2009](#), p.370-372).

Os Queixadas se viram na miséria, sem o apoio do governo populista de Adhemar de Barros, difamados como comunistas na mídia, traídos pelos outros movimentos sindicais e sofrendo reveses nos tribunais. O Golpe Militar, a nova Lei de Greve e a Intervenção no Sindicato foram as cerejas do bolo. Apesar disso os Queixadas seguiram organizados e lutando e a FNT seguiu atuante, foi um dos únicos grupos sindicais a expandir suas ações e ampliar seus quadros no pós-golpe, parando somente depois que o AI-5 fez aumentar a repressão. No entanto, apesar de não esmorecerem, esta série de episódios levou a um aprendizado acerca da necessidade de adaptações na visão política do grupo.

Até então as lideranças acreditavam na possibilidade de uma transformação social de acordo com o ideário lebetiano. Além disso havia também uma crença na boa fé dos patrões e que pelo fato de todos serem cristãos, quando a verdade fosse finalmente compreendida pelo interlocutor haveria a cogestão, participação nos lucros, etc. Esta visão anos mais tarde foi reconhecida como ingênua pelo próprio MCJ ([SIQUEIRA, 2009](#), p.231).

Desde 1962 o grupo começou a ter elementos para perceber que a partir do momento em que eles se apropriavam das leis e passavam a utilizá-las de forma favorável aos operários,

os grupos mais poderosos sem muita cerimônia poderiam atropelar as leis em nome de seus interesses. A ruptura do processo democrático em 1964 e as consequências para a luta dos Queixadas reforçou este ponto.

Neste momento o movimento passa a tentar se adaptar, encontrar um novo referencial teórico e em 1967 as lideranças se aprofundam no conceito da não-violência ativa (NVA). Houve então uma profunda reflexão que levou à percepção que desde o início das suas ações já adotava tal estratégia. Neste momento a NVA se apresenta como uma forma de ressaltar ao mesmo tempo o caráter lutador e também pacífico do movimento. Se em 1962-1963, para fugir da pecha de comunista, o grupo retrocedeu em alguns pontos de sua luta para se livrar da carapuça que tentavam lhe colocar, a partir de 1967 a estratégia para não ser confundido com os comunistas passou a ser a utilização do discurso da não-violência

Em 1968 também, em um discurso na CNBB, D. Hélder Câmara lançou o movimento “Pressão Moral Libertadora”(PML), cuja proposta era sistematizar um trabalho de defesa dos direitos humanos de inspiração não-violenta, afinado com os trabalhos do casal Goss-Mayr(COSTA; PANDOLFI; SERBIN, 2001, p.124). Quarenta e um bispos firmaram o chamado “Pacto do Rio de Janeiro” se comprometendo a articularem o PML em suas dioceses. Em Medellín D. Hélder reapresentou sua proposta mudando o nome para “Ação, Justiça e Paz”(AJP), inspirado pela Pontifícia Comissão Justiça e Paz do Vaticano. Ao retornar ao Brasil tentou articular o movimento, porém não conseguiu fazer com que ele decolasse apesar de seu caráter moderado(SANTOS, 2011, p.5-7).

## 4.2 2ª Etapa (1969-1974): O refluxo da ação após o AI-5

No encerrar do ano de 1968 foi decretado o AI-5 e o ano de 1969 inicia-se com uma forte repressão contra todo tipo de ativismo e o movimento tenta encontrar meios de continuar existindo dentro das limitações colocadas pela ditadura.

Este período de maior repressão vai de 1969, o ano seguinte ao AI-5, até 1974. E a palavra chave para definir o nosso objeto de estudo nesta etapa é “resistência”.

### 4.2.1 Reflexão e Definição de Novas Identidades

Neste momento as organizações da classe trabalhadora, estudantis e até mesmo ligadas à Igreja passaram a sofrer toda sorte de perseguições. A atividade sindical reduz-se e a FNT passa a funcionar em um ritmo mais lento, sobrevivendo a este período basicamente por conta das atividades jurídicas. Inclusive, surge uma tensão entre o núcleo jurídico e os demais grupos da FNT. A organização deixa de lado as grandes atividades de divulgação e formação e basicamente se “mantém funcionando como uma entidade de apoio a grupos de trabalhadores e intelectuais que procuravam manter-se organizados e atuantes nos poucos espaços de resistência possíveis, fornecendo recursos físicos e materiais a grupos de base e



principalmente atividades de capacitação” (MANFREDI, 1986, p.164-165). As atividades de formação se destina a pequenos grupos em igrejas e bairros, além das reuniões com reclamantes (reunião de orientação jurídica para trabalhadores e testemunhas que iniciam uma reclamação trabalhista)(MANFREDI, 1986, p.146; p.164-165).

Com menos atividade externa, o grupo diminui de tamanho e passou a realizar reflexões sobre sua identidade e quais caminhos poderia adotar para sobreviver neste período.

Tais reflexões levaram a uma mudança dentro da FNT e ao final do período havia uma diferenciação entre três grupos:

Um núcleo mais interessado em continuar com o trabalho de assessoria jurídica se destaca e se constitui como um escritório de advocacia.

Outro grupo, dialogando com a iniciativa do MIR de estruturar uma rede internacional de Justiça e Paz na América Latina, e também com as ações de Direitos Humanos que a hierarquia estava começando a desenvolver, funda em 1973 o Secretariado Justiça e Não-Violência.

E o núcleo que propriamente resta dentro da Frente passa a ser dirigido por trabalhadores e intelectuais que se definem por uma política de atuação e formação de quadros junto ao movimento operário-popular (MANFREDI, 1986, p.152).

Ao longo deste processo houve uma reflexão sobre a identidade e o projeto político do grupo.

Desde o seu início o projeto do grupo estava calcado na Doutrina Social da Igreja e nas propostas do padre Lebrecht. Havia uma crença muito forte no trabalho de base e na capacidade de organização popular. A FNT surgiu para difundir no mundo sindical esta proposta que já havia dado certo com os Queixadas. Assim o grupo se posicionava criticamente em relação à tendência sindical mais proeminente, que atuava desde as cúpulas. Porém, acreditavam também na possibilidade de que grupos bem organizados seriam capazes de levar o sistema capitalista a reformas. Neste nova fase de reflexão, a reforma deixa de ser vista como uma possibilidade e o grupo passa a defender que para transformarem a sociedade de acordo com seu projeto político alternativo precisam lutar com as armas da não-violência.

Em 1973 adotam o termo “firmeza permanente”, tradução do conceito gandhiano de *satyagraha*, como um dos valores principais do grupo e também a sua principal estratégia, assim dão uma mensagem clara para os militares de que eram avessos ao uso da violência, e para outros grupos de esquerda que propunham a luta armada, de que havia uma outra alternativa de luta (MANFREDI, 1986, p.155).



### 4.2.2 A Luta dos Queixadas Continua

Este também foi um momento de vitórias. Em janeiro de 1969, os Queixadas estáveis que desejaram, puderam retornar ao trabalho. A vitória foi parcial, visto que os não estáveis, que estavam lado a lado na mesma luta desde o início, perderam o processo, porém, ainda sim, dentro do cenário adverso do sindicalismo daquele período, foi um alento. Logo em sequência, porém, as lideranças sindicais foram detidas e MCJ permaneceu um mês na base de Cumbica.

Apesar deste episódio, a estratégia de denunciar Abdalla à opinião pública surtiu efeito e ele passou a sofrer investigações por conta das suspeitas de corrupção, inclusive chegando a ser detido na mesma base de Cumbica.

Em 1971 é elaborado o primeiro projeto de criação do Centro Cultural em Perus(JESUS, 1992, p.111).

Em 1973 o governo desapropriou a Cia de Cimento de Perus, para cobrar impostos atrasados e também para garantir o pagamento dos direitos dos Queixadas. Porém J.J. Abdalla havia adotado a estratégia de transferir o patrimônio e os funcionários para uma nova empresa, a SOCAL. Os Queixadas fizeram campanha junto ao governo federal para alertá-lo da artimanha e em 1974 a SOCAL também foi desapropriada e com a desapropriação completada, o governo federal assumiu o pagamento do passivo trabalhista e no final deste ano os Queixadas finalmente receberam pelos seus dias parados. A vitória não foi completa por conta dos não estáveis e embora houve a destinação de uma porcentagem da indenização recebida para ser rateada entre eles, esta solução não foi capaz de impedir a fratura que se formou dentro da comunidade.

## 4.3 3ª Etapa (1975-1979): Pressão pela Abertura Política

Esta etapa vai de 1975 até 1979, porém é necessária uma ressalva. O ano de 1974 foi escolhido como marco do período anterior, pois foi quando os Queixadas receberam as indenizações e os bens da SOCAL foram desapropriados pelo governo. Até este momento Queixadas e FNT se confundiam como um grupo só, porém depois disso houve uma diferenciação e a FNT continuou auxiliando os Queixadas, mas sem tratá-los como a sua grande prioridade, além disso houve a entrada de Geisel na presidência, o que levou a uma afrouxada na repressão. Porém, 1973 seria uma data igualmente interessante, visto que foi o ano de criação do Secretariado e a FNT lançou seus primeiros cadernos de formação, e assim já ensaiavam os primeiros passos característicos da nova etapa.

### 4.3.1 Diferenciação do Movimento

Neste momento o grupo estudado sai da situação de quase paralisia à qual estava submetido anteriormente e inicia uma série de novas ações balizadas pelo projeto político de transformação social através da não-violência. Verifica-se que as diferenciações ocorridas na etapa anterior levaram cada novo subgrupo a se especializar em uma trilha. Neste período todos ainda dividem o mesmo espaço em um prédio no Centro de São Paulo e há uma certa confusão sobre quem é quem, visto que MCJ, uma das figuras chaves do movimento circula por todos. A partir de 1975, no entanto, é possível observar que o foco de MCJ passa a ser o Secretariado, e pelo que é dito por [Gonçalves \(1989, p.226\)](#), FNT e os Queixadas se distanciam e as capacitações e a assessoria aos Queixadas passa a ser feita pelo Secretariado.

Já a FNT deixa de lado os temas ligados à DSI e passa a tratar de temas mais imediatos à realidade social, abordando desde questões políticas e sociais, até assuntos mais práticos, tais como oficinas de mídia impressa. Desde o ano de 1973 a FNT começou a lançar seus cadernos de formação, uma das poucas iniciativas sindicais do período e portanto utilizada por vários grupos, embora alguns criticassem seus conteúdos.

O Secretariado também faz um trabalho de formação, de preparação de materiais para a difusão da não-violência, se articulando com a rede internacional de não-violência organizada pelo MIR, o Serviço de Paz e Justiça da América Latina (SERPAJ-AL) e também com as comissões de justiça e paz ligadas à Igreja.

O estímulo da hierarquia à constituição de CEBs, clubes de mães, etc. propiciou uma situação muito particular onde havia grupos se estruturando de maneira abundante, se engajando em campanhas sobre questões locais, ou ainda nacionais, como a do Movimento Custo de Vida e tais grupos precisavam de apoio em seu processo formativo, o que levou a uma mudança nas ações dos ativistas que estamos estudando. Antes havia um peso maior em formar as próprias bases, porém nesta nova etapa, tanto a FNT quanto o Secretariado dão grande foco em assessorar estes grupos que estão nascendo.

### 4.3.2 A Resistência à Ditadura Entra em uma Nova Fase

Em 1975, o assassinato do jornalista Wladimir Herzog nas dependências do DOI-CODI foi o estopim para um ato interreligioso na Catedral da Sé que reuniu cerca de trinta mil pessoas, sendo um dos primeiros grandes protestos no pós-AI5.

Os ativistas não-violentos estavam reunidos um encontro nacional sobre não-violência na Freguesia do Ó, quando dom Paulo anunciou a morte do jornalista aos participantes, o que levou os presentes a pensarem em quais ações poderiam ser tomadas para a defesa dos direitos humanos e deste diálogo nasceu a proposta da criação de Centros de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH). No ano seguinte foi criado o primeiro centro

em João Pessoa e em 1977, o Pe. Dominique Barbé criou o segundo do país em Osasco (CDDH-O), com o tempo estes centros foram se espalhando por todo o país e chegaram a algumas centenas no começo dos anos 1980. A maioria deles não baseava seu trabalho na firmeza permanente, porém ainda sim o Secretariado produzia materiais e divulgava entre estes grupos.

O padre Dominique Barbé é uma figura que desempenhou um papel importante dentro do Secretariado. Tinha uma atuação na Pastoral Operária e uma preocupação forte com o trabalho de base. Fazia parte do grupo de “padres operários” franceses que desembarcaram em Osasco em 1968 e foram trabalhar na fábrica da COBRASMA para conhecer a realidade do operário brasileiro e também para começaram a articulação de CEBs. Ele formulou materiais que mesclavam as ideias da TdL com as da Firmeza Permanente e esboçou até mesmo uma teologia não-violenta, um de seus livros traz um diário de seu ativismo pelos Direitos Humanos no começo dos anos 1980 na periferia de Osasco.

Em 1975 um líder camponês foi preso na casa do Pe. Barbé. Houve um trabalho insistente de todo o grupo, com apoio também da hierarquia paulista até que ele fosse solto. Os ativistas chegaram a fazer um jejum em Itaici, durante um encontro da CNBB, o que gerou uma repercussão tanto com críticas quanto com elogios e posicionamento favorável de alguns nomes da alta hierarquia católica. Quando finalmente conseguiram a soltura, MCJ articulou com alguns contatos da Suíça a viagem do rapaz que foi aceito como exilado político.

Como foi demonstrado pelo professor Adilson José [Gonçalves \(1989\)](#) em sua dissertação de mestrado, o grupo passou a adotar uma estratégia de desobediência civil que consistia em acalmar a oficialidade ao reproduzir o próprio discurso oficial mostrando concordância com ele, porém, ao mesmo tempo apontar as suas contradições. Um exemplo pode ser visto no episódio da libertação desta liderança sindical. Antes de partir em exílio para a Suíça ele concedeu uma entrevista coletiva e por conta disso MCJ, seu advogado, foi chamado para depor. Seu comparecimento foi acompanhado por um depoimento por escrito no qual esclarece que a entrevista foi realizada para denunciar aquela prisão arbitrária, pois havia o entendimento que assim procedendo estariam ajudando o regime a acabar com um procedimento considerado ilegítimo pelo próprio discurso oficial. ([FRAGOSO et al., 1977](#), p.242-247)

Vê-se com este exemplo outra característica de uma ação não-violenta, ela se ampara no que é chamado de a força da verdade, deixando transparente para o opositor as estratégias e objetivos de luta.

Retomando a questão do exílio na Suíça, isto dá gancho para outro ponto: As relações internacionais do movimento. No fundo MCJ do Arquivo Edgard Leuenroth (seção MPR, caixa 109) pode ser vista a troca de correspondência entre MCJ e Hildegard Goss-

Mayr, e em várias delas a militante austríaca fala sobre a possibilidade de angariar fundos junto à grupos europeus simpáticos à militância do movimento. O dinheiro arrecadado era mantido em uma conta no exterior e enviado ao país quando solicitado. Hildegard era uma liderança importante e sua grande articulação a colocou como uma das figuras de proa do movimento não-violento na América Latina. Uma situação de grande simbolismo ocorreu em 1975, quando durante uma visita à São Paulo para conversar com dom Paulo Evaristo Arns, ela, juntamente com Adolfo Perez Esquivel, coordenador do SERPAJ-AL e MCJ, líder do movimento no Brasil foram presos ([CARMO, 2014](#)).

Com esta sucessão de prisões e arbitrariedades ocorridas em 1975, nota-se que a repressão militar continuava forte, porém a militância em prol da justiça e direitos humanos estava construindo aos poucos uma via de ação para pressionar o governo, recebendo incentivo e suporte da Igreja. O catolicismo se colocava como guarda-chuva para uma série de ações de denúncia à tortura, de luta por direitos, de contestação da política econômica, fundiária e urbanística, e suas consequências para as populações mais pobres.

Com o avolumamento das ações, em determinado momento o Secretariado precisou ser oficializado, inclusive como forma de receber recursos financeiros captados no exterior. Então, em 1978, agregou-se o termo Nacional ao nome e realizou-se um encontro para o lançamento do Secretariado Nacional de Justiça e Não-Violência. MCJ em uma carta datada de 13/02/1978 para Antônio Soligo (um ex-padre operário) e sua esposa Iara que estavam exilados na Holanda, declara:

Será um movimento de cúpula, mas com a preocupação de alimentar ideologicamente os grupos de base, quaisquer que sejam seus nomes, mas principalmente que forem ligados, ou que tiverem inspiração evangélica libertadora, entre eles, é claro, os Centros de Defesa de Direitos Humanos. (...) Será uma espécie de CNBB de leigos, embora bispos participem do Secretariado ([JESUS, 1978](#)).

O trabalho de base era um valor para MCJ, a própria FNT foi criada nos anos 1960 como uma alternativa a outras organizações sindicais que faziam apenas movimentos de cúpulas, e mesmo nos anos 1970, quando o Secretariado se converte em um trabalho de cúpula, há o discurso de que tal trabalho deve estar orientado para os grupos de base.

Dentro desta perspectiva de um trabalho com as cúpulas, o Secretariado, desde o Brasil, ajudou o SERPAJ-AL a organizar em 1977 o encontro “A não-violência evangélica : força de libertação. Encontro dos Bispos da América Latina em Bogotá”. Desde São Paulo esteve presente dom Angélico Sândalo Bernardino, então bispo auxiliar de São Paulo, atuando em São Miguel Paulista. Dom Angélico faz um relato sobre uma ação de desobediência civil realizada naquele ano para a colocação de cancelas nas linhas dos trens que cortavam sua região ([ENCONTRO DOS BISPOS DA AMÉRICA LATINA; GOSS, 1979](#)).

Em uma entrevista com Dom Angélico, ele explica que sua atuação na paróquia de São Miguel se baseava nos valores do cristianismo e da firmeza permanente, parecendo usar os dois termos como sinônimos. Mas, no livro em homenagem a ele lançado recentemente o termo não-violência ou firmeza permanente não aparecem (AUGUSTI, 2012).

Confrontando isso com outros documentos coletados no espólio de MCJ, observa-se uma torcida para que membros da hierarquia da Igreja dessem visibilidade ao termo “não-violência” em seus discursos. MCJ comemora que Dom Paulo Evaristo Arns, durante um discurso, embora não tenha citado a firmeza permanente, apontou uma frase dos Queixadas que estava escrita na lousa ao responder uma questão.

A igreja de São Paulo estava envolvida em uma luta não-violenta pelos direitos humanos e inclusive, afinados em muitas ações com o Secretariado e como visto no depoimento de Dom Angélico em Bogotá, inclusive tinham ciência do viés não-violento de suas ações, porém, a hierarquia não tinha preocupação em se autorrotular como não-violenta.

Em documentos do início do Secretariado afirma-se que uma de suas tarefas é divulgar a não-violência no Brasil e reconhece-se inclusive que há uma abundância de ações não-violentas que não se entendidas como tal, e portanto o Secretariado deveria ajudar outros atores a perceberem este valor em suas ações (ENCONTRO A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL PELA NÃO-VIOLÊNCIA, 1975, doc. 15). Algo muito parecido com o que o casal Goss-Mayr havia começado a fazer no país em 1962.

Uma hipótese a ser investigada posteriormente é que ao tratar com religiosos, o Secretariado demonstrou os princípios da não-violência como decorrentes do próprio cristianismo e nesse processo foi exitoso em gerar consciência sobre a natureza não-violenta de ações já existentes e inclusive ajudar a gerar outras novas, fazendo ampliar o repertório de ações possíveis, porém, ao fazer isso, a firmeza permanente que já era realizada de maneira intuitiva passou a ser reforçada como uma das implicações dos valores cristãos, mas sem se tornar necessariamente um tópico do discurso religioso. Ao agir como um movimento de cúpula, o Secretariado tentou influenciar o discurso de postos-chaves da hierarquia, como uma estratégia de difusão da não-violência, sem contudo obter muito sucesso em São Paulo.

Outra liderança importante que teve um papel destacado dentro do Secretariado foi frei Alamiro. Ele articulou diversas ações na paróquia em que atuava na Brasilândia, utilizando a perspectiva da não-violência em sua prática junto aos leigos, se tornando um dos grandes divulgadores da firmeza permanente em São Paulo.

O Secretariado e a FNT estiveram muito envolvidos no Movimento Contra o Custo de Vida, rebatizado de Movimento Contra a Carestia (MCC) a partir de 1979, e também na luta pela Anistia, participando de encontros, ajudando na divulgação ou na capacitação em grupos de base, etc.

A sociedade civil estava fervilhando de iniciativas. Em 1978 o MCC organizou um dos primeiros atos públicos da década de 1970 para a entrega de um abaixo assinado com quase um milhão e meio de assinaturas. Os metalúrgicos do ABC também em 1978 fizeram a primeira grande greve no Brasil em 10 anos. E em 1979 após muita pressão foi assinada a Lei da Anistia, embora diferente daquilo que era considerado justo, pois anistiou também agentes do governo acusados de cometerem crimes contra a humanidade, foi comemorada pela sociedade pois possibilitou o retorno dos exilados. Ainda em 1979 houve o assassinato do metalúrgico católico Santo Dias durante uma greve, o que causou grande comoção e mobilização popular.

A Igreja Latino Americana seguia sua marcha rumo ao progressismo. Em 1979 ocorreu a III CELAM em Puebla, cujos documentos finais tiveram um caráter crítico e de aprofundamento da Teologia da Libertação. Porém, ao contrário do encontro anterior, onde contava com apoio do papa, desta vez houve uma forte intervenção de caráter conservador por parte do Vaticano, que desde o final de 1978 estava sob o comando do papa João Paulo II. Tal situação foi um prelúdio da orientação que o novo papa imprimiria ao catolicismo na década seguinte.

#### 4.4 4ª Etapa (1980-1986): Abertura Política e o Fim da Perus

Na quarta etapa há uma inversão de duas tendências que marcaram o cenário anterior. No contexto da sociedade civil, uma crescente mobilização popular consegue afrouxar a repressão da Ditadura e abre ainda mais espaço para que novas iniciativas ocorram, a Igreja paulista ainda está muito presente com um apoio valioso, porém passa a compartilhar seu protagonismo com outras instituições que ganham força para enfrentar a repressão militar. No contexto internacional do catolicismo, no entanto, o papado conservador de João Paulo II começa a realizar ações para desmontar a Teologia da Libertação e subordinar a Igreja Latino Americana a uma visão mais conservadora.

Outro evento que impactou o grupo neste período foi o leilão da Cia de Perus promovido pelo Governo Federal em 1980. O vencedor do certame foi o consórcio Chohfi-Abdalla. Com o retorno da iniciativa privada ao comando da empresa, o Sindicato Queixada enfrentou uma série de desafios. O cartel do cimento coordenado por Antônio Ermírio de Moraes visava a compra das minas de calcário de Perus e passou a realizar uma série de pressões sobre a fábrica. Além disso havia a pressão de um bairro vizinho à fábrica, cujos telhados desabaram sob o peso do cimento carregado pela fumaça dos fornos e levou os moradores a se organizarem contra a poluição gerada pelos equipamentos antiquados. Em 1983 Toninho Abdalla, sobrinho de J.J. Abdalla que passou a administrar a empresa, preferiu desativar a ferrovia e as minas, além de desligar a maioria dos fornos. Com isso a fábrica ficou dependente do clínquer, produto intermediário na fabricação do cimento, que comprava de uma empresa do cartel. Em 1984 tal empresa parou de fornecer o clínquer,

Perus parou e os Queixadas iniciaram uma forte mobilização para denunciar o cartel, negociar o fornecimento de matéria prima, além de frearem demissões e também tentarem mais uma vez emplacar seus ideais de cogestão. Esta luta durou até 1986 quando a fábrica foi finalmente fechada.

Com o fechamento de parte da empresa em 1983, vários funcionários foram demitidos e o consórcio começou um processo de despejar os funcionários que há décadas moravam em uma vila dentro dos terrenos da empresa, o objetivo era demolir as casas e houve também luta em torno desta questão.

No cenário sindical mais amplo, a mobilização dos metalúrgicos iniciada no final dos anos 1970 levou a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e isso teve repercussões dentro do próprio sindicato dos Queixadas. Os Queixadas históricos continuavam ligados a um projeto político socialista e autogestionário com um viés não-violento, já os sindicalistas mais novos estavam mais alinhados à visão sindical da CUT (GONÇALVES, 1989).

O renascimento das mobilizações operárias deste período impactou a FNT. Até 1978 a Frente se caracterizou muito mais como uma entidade de capacitação e assessoria, porém, a partir de 1979, procura se definir como uma tendência política alternativa no interior do movimento operário-sindical (MANFREDI, 1986, p.174-175). Há inclusive um embate entre seu presidente e membros da CUT. Enquanto a CUT iniciava o processo de criação do Partido dos Trabalhadores (PT), a FNT se opunha, declarando que naquele momento, por volta de 1980, o mais importante era realizar trabalho de base para capacitar os operários, para que depois eles próprios criassem um partido a partir de suas demandas (MACHADO, 2010). Mais uma vez o olhar comunitário da FNT, de buscar a demonstração da viabilidade de seu projeto através de vitórias parciais, entrava em disputa com outras visões sindicais e neste embate passava a ser vista como reformista (GONÇALVES, 1989).

Outro evento importante para o grupo foi quando Adolfo Pérez Esquivel, coordenador do SERPAJ-AL foi premiado com o Nobel da paz em 1980 pelo trabalho a favor dos direitos humanos que o movimento estava realizando no continente, chegando a colocar suas vidas em risco diante de governos totalitários. O Secretariado era o braço do SERPAJ-AL no Brasil e com esta premiação, a agenda do grupo ganhou visibilidade.

O Pe. Alfredinho Kunz<sup>1</sup> registra que em dezembro de 1983 foi realizado um jejum

<sup>1</sup> Padre Alfredinho foi uma figura muito peculiar. Esteve em campos de concentração durante a segunda guerra e anos depois fez um voto de pobreza na casa de Lanza del Vasto, um católico espanhol que conviveu com Gandhi e organizou *ashrans* pela Europa, veio ao Brasil e escolheu a paróquia mais pobre em Tauá, uma região por si pobre, onde o arcebispo, dom Antônio Frago, era um dos entusiastas da não-violência no Brasil. Ambos tomaram contato com o conceito em uma das visitas do casal Goss-Mayr nos anos 1960. Depois, nos anos 1980 e 1990 optou por morar em uma favela em uma das regiões mais pobres de Santo André, além disso realizava um trabalho com moradores de rua da capital e do ABC, inclusive chegando a dormir nas ruas. Sua identificação com o conceito da firmeza permanente e da não-violência evangélica é total e sua atuação muito forte em organizar grupos de base em lugares de extrema carência, no período estudado sua atuação era mais concentrada no nordeste,



pelo SERPAJ em praça pública, com duração de nove dias. Tal ato protestava contra a fome, o desemprego que ocorriam concorrentemente ao esbanjamento de natal (KUNZ, 1997, p.43).

No início desta fase o grupo segue em uma ação tão intensa quanto no período anterior, com ações pela dignidade dos mais pobres, pelos direitos humanos, assessoria sindical e jurídica. Porém, em questão de uma década há indícios de que o movimento sofreu um declínio. O fato é que nas buscas textuais na imprensa, em livros e materiais de movimentos sociais é fácil encontrar menções ao Secretariado, à MCJ, à FNT ou aos Queixadas até meados dos anos 1980, depois disso, as menções são mais esparsas.

Sem condições de resolver esta questão no escopo deste trabalho, ficam aqui apenas questionamentos e hipóteses que tal situação suscitou.

A primeira hipótese é que a abertura política levou a uma progressiva perda da relevância do grupo no novo cenário. O que mudou de fato foi o contexto político. A sociedade civil em São Paulo pulsava, pressionando o governo por vários lados, os partidos políticos, as grandes mobilizações operárias, o movimento das Diretas Já, indicando que havia neste período uma aposta social por mudanças estruturais, com o foco posto no macro, no entanto o projeto político do grupo da não-violência evangélica se tornou dissonante, pois seguiu insistindo na importância da mudança estrutural etapista, iniciada a partir da microestrutura, do chão de fábrica, da CEB, etc. como pode ser visto no mapeamento do projeto político do grupo mapeado por Adilson Gonçalves (1989). Como é apontado pelo próprio Gonçalves, nos anos 1980 havia uma pequena cisão dentro do Sindicato de Perus, de um lado os velhos Queixadas engajados na velha visão sindical do grupo e de outro uma liderança mais jovem, mais articulada aos ideais da CUT. É possível observar que o discurso e as estratégias do movimento da não-violência passaram a disputar espaço com a CUT, o PT e outros movimentos que ganharam corpo nos anos 1980.

Uma hipótese derivada desta é que para demonstrar a viabilidade do trabalho de base o movimento se integrou a iniciativas maiores, perdendo sua identidade. Membros da FNT ajudaram na estruturação do setor jurídico da CUT e a própria FNT se converteu em uma corrente dentro da CUT. Houve também uma grande adesão do discurso não-violento ao da TdL, convertendo a Firmeza Permanente e a "Teologia do Conflito" em uma das correntes alternativas da própria TdL. Exemplo deste engajamento é a viagem de quinze mil quilômetros que padre Domingos Barbé e frei Alamiro realizaram para divulgar a não-violência em paróquias de todo o país (BARBÉ, 1983a). Havia também desde o fim dos anos 1970 um trabalho de assessoria por parte da FNT e do escritório de advocacia de

---

passou a atuar mais fortemente em São Paulo em fins dos anos 1980, porém já frequentava a cidade desde pelo menos os anos 1970 e participou do encontro de bispos pela não-violência em Bogotá no ano de 1977, onde guardou jejum, para lembrar a todos os presentes a importância do jejum e da oração.



MCJ aos afetados pelas barragens na região norte, tal assessoria era mediada por membros do Secretariado da região norte e nordeste, quase todos católicos e participantes da Igreja Popular. Há um intenso intercâmbio de cartas e documentos no espólio de MCJ sobre este assunto.

Deve-se ter em conta que em meados dos anos 1980 o Vaticano censurou elementos da TdL, o que gerou um impasse para a Igreja Popular. Isso em um primeiro momento não interferiu nas ações laicas na Arquidiocese de São Paulo, mas no começo dos anos 1990 o cenário começou já havia se transformado ([WANDERLEY, 2007](#)).

Devido ao caráter enraizado do trabalho de base é complicado saber como foi a repercussão do conceito da não-violência evangélica entre as comunidades e pastorais católicas nos anos 1980. Por exemplo, o livro pacifista de Marco Antônio [Gonçalves \(1986\)](#) é dedicado aos jovens de um movimento não-violento formado na Vila Califórnia, porém não foi possível encontrar qualquer registro sobre este grupo na literatura ou na internet, provavelmente para um trabalho desta envergadura seria necessário um trabalho de campo para tentar resgatar a memória destes grupos sobre a Firmeza Permanente.

Outra questão a ser considerada neste período, se anteriormente os Queixadas tinham facilidade em conseguir um espaço na mídia com suas estratégias, na década de 1980 os jornais já não se interessam tanto pelas suas mobilizações, talvez, como aventaram os Queixadas à época, por algum tipo de bloqueio causado pelas influências econômicas de Antônio Ermírio de Moraes, o líder do cartel do cimento, ou talvez porque naquela configuração social do período da abertura havia tantas novas ações surgindo que a luta dos Queixadas, uma história que se arrastava desde os anos 1960, já não despertava tanto interesse.



## Considerações Finais

O intuito original do trabalho era reforçar a historiografia do movimento não-violento para assim subsidiar uma futura pesquisa sobre o aprendizado coletivo de valores éticos e políticos. Cada capítulo buscou analisar um aspecto da história do grupo e de certa maneira e por conta disso o resultado final pode ser visto como uma série de pequenos estudos que se complementam.

O primeiro estudo, a revisão bibliográfica, foi na realidade o último a ser escrito e tem o intuito de compartilhar o conjunto de fontes mapeados de modo a contribuir para futuras pesquisas sobre o assunto. Os dois capítulos seguintes foram inspirados (livremente) em conceitos de Norbert Elias e Pierre Bourdieu, autores que estudei em um curso de Sociologia da Cultura. A contextualização histórica se inspirou nas ideias de campo/figuração para observar a tendência católica progressista à qual parte das lideranças do grupo estudado eram filiadas, além de observar a dinâmica do contexto social e sindical. Já as origens do ativismo não-violento fez o caminho inverso realizando uma análise de trajetória, tentando captar na interação do indivíduo com seu contexto as idiossincrasias e os eventos que foram decisivos para sua formação. Por fim o último capítulo foi um diálogo com a bibliografia na busca de esboçar o "ciclo de vida" do movimento, identificando suas principais etapas, bem como as mudanças nos padrões de comportamento.

Devido à natureza breve de um trabalho de conclusão de curso, alguns temas não puderam ser devidamente aprofundados. Fica pendente explorar qual o entendimento que o grupo tinha acerca do termo não-violência ao longo de cada uma de suas fases. Fica pendente também a verificação de algumas hipóteses sobre o aprendizado levantadas ao longo do texto.

Ao que tudo indica o engajamento social de algumas das lideranças do movimento foi influenciado por um grupo de religiosos que atuou desde a Ação Católica visando formar ativistas leigos sintonizados com uma visão de catolicismo mais progressista.

Esta condição de origem não ensinou a não-violência, porém parece ter fornecido a base para o aprendizado que se sucedeu daí para a frente ao longo da práxis do grupo.

Contudo, o que mais saltou aos olhos ao longo da análise é que esta hipótese sobre o desenvolvimento da não-violência parece também ser aplicável a forma como se sucedeu o desenvolvimento da Teologia da Libertação em vários epicentros da Igreja Latino Americana.

Ao longo de duas décadas uma série de situações propiciou que aquele ramo progressista do catolicismo assumisse posições de destaque na hierarquia até que nos anos 1960, quando o catolicismo passava por um momento de grandes reflexões, tiveram

condições de estenderem suas palavras para todo o catolicismo.

No caso dos Queixadas a greve de 1962 levou o grupo a uma radicalização de seus posicionamentos, porém a visão moderada herdada deste progressismo católico fez as lideranças realizarem uma série de recuos que se demonstraram desastrosos para o movimento, esta situação criou uma inquietação no seio do grupo e a não-violência de certa maneira foi uma fórmula que o grupo encontrou de assumir sua radicalização frente ao problema social que enfrentava e ao mesmo tempo ser coerente com seus valores cristãos.

No caso da América Latina a pobreza, a exploração dos trabalhadores, a ditadura militar, a violência urbana entre outras situações degradantes existentes colocaram em cheque a moderação de um progressismo pensado por teólogos europeus. A Teologia da Libertação foi a maneira que parte da igreja do continente encontrou de reformular estes valores de modo a poder radicalizar sua atuação frente a esta realidade agreste.

Será coincidência que o mesmo movimento tenha se dado no micro e no macro? Será que foi resultado do método "ver-julgar-agir" aplicado de uma forma sincera frente a um cenário explosivo? Ou será que havia uma "sensibilidade" na América Latina, um *zeitgeist* capaz de vivificar o catolicismo e colocá-lo a serviço da construção do reino divino na terra?

Enfim, o interesse desta pesquisa era dar subsídios para um estudo sobre como coletivos aprendem novos valores, porém, ao invés de trazer respostas, este pequeno estudo fez multiplicar as dúvidas, indicando que um futuro estudo sobre o tema precisa estar bem preparado para conseguir delimitar o que é um aprendizado coletivo, bem como desenvolver um método que permita efetuar comparações entre grupos de diferentes tamanhos, verificando suas sincronicidades, etc. É necessário também entender melhor o papel dos indivíduos na disseminação de um valor. Ao observar a história deste coletivo fica visível a importância de figuras como Dom Hélder Câmara, Dom Paulo Evaristo Arns, Hildegard Goss-Mayr e Mário Carvalho de Jesus. Será que essa relevância se deve simplesmente ao caráter hierárquico da Igreja? Do respeito que operários devotam ao advogado ou a uma socióloga estrangeira?

Este é um diálogo longe de se esgotar e espero que esta pesquisa tenha contribuído de alguma maneira com ele.

## Referências

- ALVES, M. M. *A Igreja e Política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979. Citado na página 48.
- ANDRÉ, J. A. M.; ASSIS, L. G. d. *Queixadas : Por trás dos 7 anos de greve*. São Paulo: FAPCOM, 2013. Citado na página 68.
- ANGELO, M. R. *Les Développeurs: Louis-Joseph Lebreton e a SAGMACS na formação de um grupo de ação para o planejamento urbano no Brasil*. Tese (Tese (doutorado)) — Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010. Citado 2 vezes nas páginas 57 e 59.
- ARRAES, M. *O Brasil, o Povo e o Poder*. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2008. (Coleção Língua de Fogo). Citado 2 vezes nas páginas 38 e 41.
- AUGUSTI, W. A. *Dom Angélico Sândalo Bernardino: Bispo Profeta dos Pobres e da Justiça*. São Paulo: ACDEM, 2012. Citado na página 83.
- BARBÉ, D. *A Graça e o Poder : As Comunidades Eclesiais de Base no Brasil*. São Paulo: Edições Paulinas, 1983. Citado 5 vezes nas páginas 23, 29, 32, 33 e 86.
- BARBÉ, D. *Teologia da Pastoral Operária : Experiência de Osasco, SP*. Petrópolis: Vozes, 1983. Citado na página 33.
- BARBÉ, D. *Uma Teologia do Conflito : A Não-Violência Ativa*. São Paulo: Edições Loyola, 1985. Citado na página 33.
- BIELSCHOWSKY, R. Cinquenta anos de pensamento na Cepal : uma resenha. In: *Cinquenta anos de pensamento na Cepal, Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Record, 2000. v. 1. Disponível em: <<http://repositorio.cepal.org/handle/11362/1610>>. Citado 2 vezes nas páginas 38 e 39.
- BOSI, A. Economia e Humanismo. *Estudos Avançados*, v. 26, n. 75, p. 249–266, ago. 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142012000200017&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142012000200017&lng=en&nrm=iso)>. Citado 3 vezes nas páginas 57, 58 e 59.
- CARDONHA, J. *A Igreja Católica nos “Anos de Chumbo”: Resistência e Deslegitimação do Estado Autoritário Brasileiro 1968-1974*. Tese (Tese (doutorado)) — PUC-SP, São Paulo, 2011. Citado 2 vezes nas páginas 29 e 36.
- CARMO, M. Nobel da Paz: Dom Paulo Arns me salvou duas vezes da ditadura brasileira. *BBC Brasil*, Buenos Aires, abr. 2014. Disponível em: <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/04/140411\\_esquivel\\_mc](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/04/140411_esquivel_mc)>. Citado na página 82.
- CORRÊA, R. Documentário, *Os queixadas*. 1978. Citado na página 23.
- COSTA, C. M. L.; PANDOLFI, D. C.; SERBIN, K. *O Bispo de Volta Redonda : Memória de Dom Waldyr Calheiros*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. Citado na página 77.

DELGADO, L.; PASSOS, M. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). In: *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, (O Brasil Republicano, 4). Citado 3 vezes nas páginas 23, 45 e 46.

ENCONTRO A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL PELA NÃO-VIOLÊNCIA. Apostila. In: . São Paulo: [s.n.], 1975. p. 109. Disponível em: <[http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=DOCBNM\\_A&PagFis=93105](http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=DOCBNM_A&PagFis=93105)>. Citado 4 vezes nas páginas 28, 29, 30 e 83.

ENCONTRO DOS BISPOS DA AMÉRICA LATINA; GOSS, J. *A não-violência evangélica: força de libertação*. 1ª. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1979. Citado 4 vezes nas páginas 23, 29, 33 e 82.

FRAGOSO, A. et al. *A Firmeza-Permanente: A força da não-violência*. 2. ed. São Paulo: Loyola-Vega, 1977. Citado 19 vezes nas páginas 21, 23, 27, 28, 29, 30, 57, 61, 62, 64, 66, 67, 68, 70, 72, 73, 74, 75 e 81.

GONÇALVES, A. J. *"Perus": A Violência dos Pacíficos : "Uma Nova Arma para uma Velha Luta"*. Tese (Dissertação de Mestrado em História) — PUC-SP, São Paulo, 1989. Citado 12 vezes nas páginas 23, 27, 28, 34, 55, 56, 61, 70, 80, 81, 85 e 86.

GONÇALVES, M. A. *Pela Vida e Pela Paz : Justiça e Não-Violência Ativa*. São Paulo: Edições Paulinas, 1986. Citado 2 vezes nas páginas 34 e 87.

HERZ, M. Carta da OEA (1948). In: *História da Paz: os Tratados que Desenharam o Planeta*. São Paulo: Contexto, 2008. Citado 2 vezes nas páginas 38 e 39.

JESUS, M. C. (Carta ao Senado) São Paulo (para) REZENDE, sen. Eurico. Brasília 25p., 27 nov 1973. In: FRANCO, M. (Ed.). *Anais do Senado Federal*. Brasília: Senado Federal, 1973. v. 13, p. 906–931. Citado 2 vezes nas páginas 33 e 57.

JESUS, M. C. Carta do Secretariado, (*Carta do Secretariado*) São Paulo (para) SOLIGO, Antônio & Iara. [*Capelle aan den IJssel*]. 2p. 1978. Citado na página 82.

JESUS, M. C. *Cimento Perus: 40 anos de ação sindical transformam velha fábrica em Centro de Cultura Municipal*. São Paulo: JMJ, 1992. Citado 3 vezes nas páginas 28, 32 e 79.

KUNZ, F. *À Sombra de Nabuco*. São Paulo: Edições Loyola, 1997. Citado 2 vezes nas páginas 34 e 86.

LEÃO XIII, P. Carta Encíclica, *Carta Encíclica Rerum Novarum : Sobre a Condição dos Operários*. Roma. 1891. Disponível em: <[http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_15051891\\_rerum-novarum.html](http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html)>. Citado na página 45.

MACHADO, A. H. *Os católicos oPTaram?: os “setores católicos” e o Partido dos Trabalhadores(PT) na grande São Paulo (1978-1982)*. Tese (Dissertação de Mestrado em História) — PUC-SP, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp151322.pdf>>. Citado na página 85.

MACIEL, C. *Não-Violência: Uma estratégia revolucionária*. São Paulo: FTD, 1988. (Série Vivência). Citado na página 34.

- MAINWARING, S. *Igreja Católica e Política no Brasil : (1916-1985)*. 1ª reimpr. da 1ª ed. de 1989. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004. Citado 10 vezes nas páginas 23, 37, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49 e 52.
- MANFREDI, S. M. *Educação sindical entre o conformismo e a crítica*. São Paulo: Edições Loyola, 1986. (Coleção Educação Popular, 6). Citado 10 vezes nas páginas 23, 28, 35, 41, 42, 43, 65, 69, 78 e 85.
- POMPEI, J. *Teoria e Prática do Método Estrutural Dinâmico*. São Paulo: Centro Mundial de Estudos Humanistas, 2013. Citado na página 24.
- ROVAI, M. G. *Osasco 1968: A greve no feminino e no masculino*. Tese (Tese de doutorado em História) — FFLCH/USP, São Paulo, 2012. Citado 2 vezes nas páginas 35 e 70.
- SANTOS, M. R. B. Por Debaixo da Batina: Padres e Bispos sob a Vigilância do DOPS/SP. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH*. São Paulo: ANPUH-SP, 2011. ISBN 978-85-98711-08-9. Disponível em: <[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1313005335\\_ARQUIVO\\_TrabalhoANPUH2011ULTIMAVERSAO.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1313005335_ARQUIVO_TrabalhoANPUH2011ULTIMAVERSAO.pdf)>. Citado 2 vezes nas páginas 36 e 77.
- SECRETARIADO JUSTIÇA E NÃO-VIOLÊNCIA. *Dossiê de Uma Ação Não-Violenta*. Cópia reprográfica enviada por mala direta, 5p., digitalizada., 1975. Disponível em: <[http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=DOCBNM\\_A&PagFis=93098](http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=DOCBNM_A&PagFis=93098)>. Citado na página 32.
- SECRETARIADO NACIONAL DE JUSTIÇA E NÃO-VIOLÊNCIA. *A Não-Violência Ativa : Aspectos Teológicos*. São Paulo: Edições Paulinas, 1982. (Coleção Desperta). Citado 2 vezes nas páginas 23 e 33.
- SERPAJ. *Historia de La Organización*. 2013. Disponível em: <<https://serpaj.wordpress.com/historia-de-la-organizacion/>>. Citado na página 74.
- SIQUEIRA, E. *Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus: contribuição para uma história da indústria pioneira do ramo no Brasil (1926-1987)*. Tese (Dissertação de Mestrado em História Econômica) — UNESP, Araraquara, 2001. Citado 4 vezes nas páginas 23, 27, 34 e 64.
- SIQUEIRA, E. *Melhores que o patrão : a luta pela cogestão operaria na Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus (1958-1963)*. Tese (Tese (doutorado)) — Universidade Estadual de Campinas . Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2009. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/zeus/auth.php?back=http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000441388&go=x&code=x&unit=x>>. Citado 12 vezes nas páginas 23, 27, 34, 57, 60, 64, 66, 67, 68, 69, 74 e 76.
- WALDIR, P.; TICÃO, P. (Ed.). *Dom Paulo Evaristo Arns : Cardeal : Pastor das Periferias, dos Pobres e da Justiça*. São Paulo: Casa da Terceira Idade Tereza Bugolim, 2015. Citado na página 52.
- WANDERLEY, L. E. W. *Democracia e Igreja Popular*. 1. ed. São Paulo: EDUC, 2007. ISBN 978-85-283-0366-7. Citado 3 vezes nas páginas 23, 48 e 87.
- ZWETSCH, R. Da Não-Violência Ativa ou Firmeza-Permanente à Educação para a Paz. *Protestantismo em Revista*, v. 22, p. p.2–12, ago. 2010. Citado na página 36.

ZWETSCH, R. A Luta Contra a Ditadura Civil-Militar a Partir da Prática da Não-Violência Ativa. *Revista Interações - Cultura e Comunidade*, v. 9, n. 15, p. p.7–28, jun. 2014. Citado 2 vezes nas páginas [28](#) e [36](#).